

**UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA
CAMPUS ARARAQUARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE - PPGDTMA**



JANAYSON RODRIGUES DOS SANTOS

**DO EXTRATIVISMO AO COOPERATIVISMO: uma análise da trajetória da
Associação Aroeira em Piaçabuçu-AL.**

ARARAQUARA-SP
2024

JANAYSON RODRIGUES DOS SANTOS

**DO EXTRATIVISMO AO COOPERATIVISMO: uma análise da trajetória da
Associação Aroeira em Piaçabuçu-AL.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, nível de Doutorado, da Universidade de Araraquara – UNIARA, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Desenvolvimento Territorial e Alternativas de Sustentabilidade.

Orientador: Prof. Dr. José Maria Gusman Ferraz

ARARAQUARA-SP
2024

FICHA CATALOGRÁFICA

S235e Santos, Janayson Rodrigues dos.

Do extrativismo ao cooperativismo: uma análise da trajetória da Associação Aroeira em Piaçabuçu-AL/Janayson Rodrigues dos Santos. Universidade de Araraquara, 2024.

122f.

Tese (Doutorado)- Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente- Universidade de Araraquara-UNIARA

Orientador: Prof. Dr. José Maria Gusman Ferraz

1. Pimenta rosa. 2. Políticas públicas. 3. Comercialização.
4. Sustentabilidade. I. Título.

CDU 577.4



UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA

Rua Voluntários de 1934, 1339 - Centro - Araraquara - SP
CEP 14891-320 | (14) 3301-7100 | www.uniara.com.br

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome do Aluno: **Janayson Rodrigues dos Santos**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Doutorado, da Universidade de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Desenvolvimento Territorial e Alternativas de Sustentabilidade.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Maria Gusman Ferraz

Profa. Dra. Janete Stoffel

Prof. Dr. Osvaldo Aly Júnior

Prof. Dr. Joelson Gonçalves de Carvalho

Profa. Dra. Flavia Cristina Sossae

Araraquara – SP, 04 de dezembro de 2024.

DEDICATÓRIA

A Sanielma e Euclides, minha
companheira e meu filho, que sempre me
apoiaram nos momentos mais decisivos da
jornada acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Venho agradecer a todos me ajudaram, direta e indiretamente, durante o percurso do doutorado. Principalmente a todos os docentes, discentes e técnicos da turma de 2021. Quero agradecer também a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara, que me concederam a bolsa no qual foi possível cursar o doutorado.

Em especial quero agradecer ao professor José Maria Gusman Ferraz, que aceito a nobre função de ser o orientador.

Quero Agradecer a todos os professores que participaram da banca de defesa, os professores: Professora Dr^a. Janete Stoffel da Universidade Federal Fronteira Sul – UFFS; Prof. Dr. Osvaldo Aly Júnior da Universidade de Araraquara – UNIARA; Prof. Dr. Joelson Gonçalves de Carvalho da Universidade de Araraquara – UNIARA; e a Prof^a. Dr^a. Flávia Cristina Sossae da Universidade de Araraquara – UNIARA, que dedicaram seu tempo para contribuir com a minha formação.

DO EXTRATIVISMO AO COOPERATIVISMO: uma análise da trajetória da Associação Aroeira em Piaçabuçu-AL.

RESUMO: Este estudo buscou evidenciar o extrativismo, o associativismo e o cooperativismo no município de Piaçabuçu-AL, como uma forma alternativa de produção e organização social que se contrapõem ao modelo convencional e tendem a se posicionar à margem do sistema capitalista. No caso em questão, refere-se ao formato extrativista, que por sua natureza tende a partir de uma relação ecologicamente sustentável, aliado ao formato do associativismo e cooperativismo, para coletivamente, estabelecer relações socioeconômicas que melhorem a qualidade de vida de seus participantes. Neste contexto o foco de estudo é a Associação Aroeira localizada em Piaçabuçu-AL, município que apresenta uma realidade socioeconômica com alto índice de pobreza e baixo IDH, o que torna necessária a busca por modelos alternativos sustentáveis de produção, em contraponto ao modelo capitalista. O problema que guiou a pesquisa foi: qual o impacto que a dinâmica socioprodutiva desenvolvida pela Associação Aroeira vem promovendo no formato extrativista de Piaçabuçu-AL? Como objetivo geral se propôs investigar a dinâmica socioprodutiva desenvolvida pela Associação Aroeira e a COOPEARP a partir do extrativismo da pimenta rosa. Os objetivos específicos são: a) Identificar de que forma a Associação Aroeira e a COOPEARP se relaciona com as políticas públicas de compras institucionais PNAE e PAA; b) Caracterizar a diversificação produtiva e o formato de comercialização dos produtos ofertados pela Associação/Cooperativa na busca de geração de renda para o extrativista associado; c) Analisar a relação socioambiental desenvolvida pela Associação Aroeira e a COOPEARP, observando o papel da biodiversidade e do associativismo para o desenvolvimento de sistemas produtivos sustentáveis. Quanto ao tipo de pesquisa foi utilizado o estudo de caso, sob uma abordagem qualitativa, organizando o estudo em duas etapas. Na primeira foi realizada a abordagem teórica ligada as temáticas: extrativismo, associativismo, políticas públicas e sustentabilidade, através do levantamento bibliográfico em sites de busca como Scielo, Scopus, Google Acadêmico e de levantamento dos dados secundários em plataformas como: IBGE Cidades, Sidra (censo agropecuário), Banco Central do Brasil, Portal da Transparência, CONAB etc. Na segunda etapa foi realizada a pesquisa de campo, por meio de visitas a sede da Associação Aroeira e a Secretaria de Agricultura do município de Piaçabuçu-AL, para a coleta de informações com o auxílio de roteiros semiestruturados. A hipótese foi confirmada indicando que a ação organizada do extrativista por meio do associativismo, aliada às políticas públicas, contribui para uma

evolução prática dos extrativistas associados com benefícios socioeconômicos e consciência socioambiental. A pesquisa conseguiu demonstrar o avanço na dinâmica socioprodutiva dos extrativistas associados da pimenta rosa, saindo de um formato desorganizado, para o desenvolvimento de um sistema socioprodutivo, do extrativismo da pimenta rosa, pautado na sustentabilidade ambiental, e avanço para o modelo do cooperativismo com foco, também, em ampliar outras oportunidades socioeconômicas para os cooperados.

Palavras-chave: Pimenta Rosa; Políticas Públicas; Comercialização; Sustentabilidade.

EXTRATIVISM, RURAL ASSOCIATIVISM AND PUBLIC POLICIES IN PIAÇABUÇU-AL: an analysis of the dynamics of the Aroeira Association.

ABSTRACT: This study sought to highlight extractivism, associations and cooperativism in the municipality of Piaçabuçu-AL, as an alternative form of production and social organization that oppose the conventional model and tend to position themselves on the margins of the capitalist system. In the case in question, it refers to the extractive format, which by its nature tends to create an ecologically sustainable relationship, combined with the format of associations and cooperativism, to collectively establish socioeconomic relationships that improve the quality of life of its participants. In this context, the focus of study is the Associação Aroeira located in Piaçabuçu-AL, a municipality that presents a socioeconomic reality with a high rate of poverty and low HDI, which makes it necessary to search for alternative production models, in contrast to the capitalist model, with focus on sustainable practices. The problem that guided the research was: what impact has the socio-productive dynamics developed by Associação Aroeira been promoting in the extractive format of Piaçabuçu-AL? As a general objective, it was proposed to investigate the socio-productive dynamics developed by the Aroeira Association based on the extraction of pink pepper. The specific objectives are: a) Identify how Associação Aroeira relates to public institutional purchasing policies PNAE and PAA; b) Characterize the productive diversification and the marketing format of the products offered by the Association in the search for income generation for the associated extractivists; c) Analyze the socio-environmental relationship developed by the Aroeira Association, observing the role of biodiversity and associations in the development of sustainable production systems. Regarding the type of research, the case study was used, under a qualitative approach, organizing the study in two stages. In the first, a theoretical approach linked to the themes was carried out: extractivism, associations, public policies and sustainability, followed by the collection of secondary data on platforms such as: IBGE Cidades, Sidra (agricultural census), Banco Central do Brasil, Transparency Portal, CONAB, etc. In the second stage, field research was carried out, through visits to the headquarters of the Associação Aroeira and the Department of Agriculture of the municipality of Piaçabuçu-AL, to collect information with the help of semi-structured itineraries. The main hypothesis managed to indicate that the organized action of extractivists through associations, combined with public policies, contributes to a practical evolution of extractivists associated with socioeconomic benefits and socio-environmental awareness. The research managed to demonstrate the advancement in the socio-

productive dynamics of associated pink pepper extractivists, moving from a disorganized format, to the development of a socio-productive system, of pink pepper extractivism, based on environmental sustainability, and advancement towards the cooperative model with a focus, also, in expanding socioeconomic opportunities for cooperative members.

Keywords: Aroeira Association; Pink pepper; Sustainability.

LISTA DE IMAGENS

Figura 01 – Localização do Município de Piaçabuçu no Estado de Alagoas e Brasil.....	58
Figura 02 – Mapa do estado de Alagoas com a localização das unidades de conservação ambiental	60
Figura 03 – Mapa do município de Piaçabuçu-AL, com a APA Marituba do Peixe (10) e APA de Piaçabuçu (17)	61
Figura 04 – Sede da Associação Aroeira em Piaçabuçu - AL	67
Figura 05 – A Planta Aroeira com a Pimenta Rosa (Schinus terebinthifolia).....	68
Figura 06 – Pratos gourmets desenvolvidos com a Pimenta Rosa (Schinus terebinthifolia)...	69
Figura 07 – Reuniões com os extrativistas durante o projeto Aroeira	70
Figura 08 – Banner promocional com os produtos da Associação Aroeira	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Produção das principais culturas em nível nacional e nas unidades da federação (em toneladas).	28
Tabela 02 – Número de estabelecimentos agrícolas familiares e não familiares e área ocupada (em hectares) no Brasil, Nordeste, Alagoas.	30
Tabela 03 – Quantidade de contratos e valores do Crédito Rural brasileiro no ano de 2023, em nível nacional, para o segmento do agronegócio (sem vínculo a programa específico), médio produtor rural (Pronamp) e para Agricultura Familiar (Pronaf).....	43
Tabela 04 – Valores acessados via Pronaf entre os anos de 2013 e 2023 (em bilhões de R\$) – no Brasil, Nordeste, Alagoas.	45
Tabela 05 – Número de contratos e valores direcionados ao PAA no período de 2010 a 2023 – no Brasil, Alagoas.....	49
Tabela 06 – Valor Total investido pelo PNAE e valor destinado aos 30% da Agricultura Familiar, no período de 2011 a 2022 – Brasil, estado de Alagoas.	51
Tabela 07 – Quantidade de famílias beneficiadas e beneficiários do Programa Bolsa Família entre os anos de 2004 até 2023, no Brasil, Alagoas e Piaçabuçu.	63
Tabela 08 – Valores (em R\$) destinados às famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família entre os anos de 2004 a 2023, no Brasil, Alagoas e Piaçabuçu.....	64
Tabela 09 – Quantidade de contratos e valores acessados via Pronaf entre os anos de 2013 e 2022 (em R\$) no município de Piaçabuçu.	77
Tabela 10 – Quantidade de beneficiários e valores do Seguro Defeso no município de Piaçabuçu-AL, entre os meses de janeiro e dezembro de 2022.	78
Tabela 11 – Número de contratos e valores investidos pelo PAA no período de 2010 a 2024 em Piaçabuçu.....	80
Tabela 12 – Valor Total investido pelo PNAE e valor destinado aos 30% da Agricultura Familiar, no período de 2011 a 2022 –em Piaçabuçu.....	84

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Valores do Orçamento anual (2023), Programa Bolsa Família (2023), Pronaf (2022), Seguro Defeso (2022) e do FPM no ano de 2023 em Piaçabuçu.....	76
--	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AL	Alagoas
APA	Área de Proteção Ambiental
BACEN	Banco Central
CEASAS	Centrais de Abastecimentos
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CF	Constituição Federal
CFP	Comissão de Financiamento da Produção
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CTRIN	Centro de Trigo Nacional
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DTRIG	Departamento do Trigo Nacional
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
FECOEP	Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza
IAA	Instituto do Açúcar e do Alcool
IBC	Instituto Brasileiro do Café
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IRGA	Instituto Riograndense do Arroz
Km ²	Quilômetros quadrados
MST	Movimento dos Sem Terra
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar

PPGDTMA	Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente
PROAGRO	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Pronamp	Programa Nacional do Médio Produtor Rural
PRONAN	Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
SE	Sergipe
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SUNAB	Superintendência Nacional de Abastecimento
UNIARA	Universidade de Araraquara
USP	Universidade de são Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2. MODELO CONVENCIONAL DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA E DE MODELOS ALTERNATIVOS: ASSOCIATIVISMO, COOPERATIVISMO E EXTRATIVISMO.20	
2.1 Modelos alternativos de produção: Associativismo, Cooperativismo e Extrativismo.	31
3 POLÍTICAS PÚBLICAS DIRECIONADAS PARA O SEGMENTO FAMILIAR.....	41
3.1 O Pronaf como parte do sistema de crédito brasileiro.....	42
3.2 Políticas de compras institucionais: o PAA e o PNAE	47
4 TRILHA METODOLÓGICA UTILIZADA DURANTE A REALIZAÇÃO DA PESQUISA	53
5 A ABORDAGEM TERRITORIAL DA PESQUISA	58
5.1 Aspectos socioambientais	60
5.2 Relação socioeconômica em Piaçabuçu-AL	62
6 DO EXTRATIVISMO AO COOPERATIVISMO: UMA ANÁLISE DAS AÇÕES LIGADAS AO MODELO PRODUTIVO DA ASSOCIAÇÃO AROEIRA A PARTIR DO EXTRATIVISMO DA PIMENTA ROSA EM PIAÇABUÇU-AL.	67
6.1 As políticas públicas e sua relação com o município de Piaçabuçu e a Associação Aroeira.....	74
6.1.1 PAA em Piaçabuçu	80
6.1.2 PNAE em Piaçabuçu-AL.....	83
6.1.3 Participação da Associação Aroeira em políticas públicas regionais	85
6.2 O Cooperativismo: a COOPEARP	86
6.3 Relações Socioeconômicas a partir da Associação Aroeira	89
6.4 Relações socioambientais a partir da Associação Aroeira.....	95
7 CONCLUSÃO.....	101
REFERÊNCIAS	105
APENDICES	112

1 INTRODUÇÃO

As grandes transformações climáticas, provocadas pelos efeitos do aquecimento global, juntamente com a pandemia mundial de Covid-19, evidenciaram, ainda mais, a necessidade de mudanças dentro do sistema hegemônico de produção do modelo capitalista estruturado na busca pelo lucro, acúmulo de bens e concentração de riquezas nas mãos de um grupo cada vez mais restrito. As mudanças necessárias devem ter como objetivo principal a produção de bens e serviços estruturados na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento social.

Leff (2001) enfatiza que muitos governos, impulsionados pela onda do neoliberalismo, estimularam a utilização dos recursos naturais para elevar o crescimento econômico, com uma produção para atender as demandas do mercado, contribuindo para aumento dos gases de efeito estufa que provocam o aquecimento global. Essas ações seguiram em direção contrária à necessidade de solução global dos problemas ambientais. Altieri (2004, p. 19) também se refere ao tema argumentando que

As estratégias de desenvolvimento convencionais revelaram-se fundamentalmente limitadas em sua capacidade de promover um desenvolvimento equânime e sustentável. Não foram capazes nem de atingir os mais pobres, nem de resolver o problema da fome, da desnutrição ou as questões ambientais.

Dentro do espaço rural esse modelo de desenvolvimento, ligado à visão hegemônica de produção, representante da visão capitalista, atualmente é conhecido como agronegócio. O qual, na realidade brasileira está estruturado na monocultura, no grande latifúndio, sendo a produção, baseada no uso intensivo de energia fóssil, insumos químicos (adubos e agrotóxicos), com destino prioritário voltado à exportação.

O referido modelo é amplamente debatido como um dos principais causadores da extensa redução de biomas como: Mata Atlântica, Cerrado, Amazônia, Caatinga, Pampa e Pantanal. Impactos que se tornaram mais evidentes nas últimas três décadas, quando o agronegócio avançou sobre estes biomas com as plantações de milho, soja e a criação de gado. Essas ações são vinculadas a degradação ambiental, diminuição da fauna e flora e perda da biodiversidade, com consequências nas transformações climáticas vividas atualmente (Moreira, 2023).

Sobre a intervenção do homem na natureza, por meio da agricultura, Romeiro (2003) enfatiza que, mesmo modificando as paisagens e o ecossistema original, é possível construir formas de produção agrícola baseadas em sistemas de produção que preservem as condições básicas para permitir a regulação ecológica.

A partir dos dados do Censo Agropecuários de 2017, com a atual estrutura agrária brasileira (IBGE, 2023), juntamente com o acesso e valores do crédito rural brasileiro e suas divisões por segmento (BACEN, 2023), consegue-se compreender as causas para o segmento representante do agronegócio, enquanto classe dominante, buscar exercer tanta influência dentro da sociedade brasileira.

Esse modelo, ligado ao agronegócio, consegue ter grande aceitação dentro da sociedade, principalmente por conta das propagandas através de meios de comunicação, buscando massificar a ideia de que seu formato produtivo está em consonância com o modelo de sustentabilidade (Mitidiero Júnior & Goldfarb, 2021). Como este termo tem um significado muito amplo, confunde-se a dimensão econômica, que retroalimenta esse modelo produtivo, com a ambiental que necessariamente se contrapõe a exploração desmedida para se obter lucro.

Um dos meios de atuação do Estado é por meio de políticas públicas, às quais buscam resolver problemas vivenciados por grupos sociais e podem ser criadas e implementadas para corrigir distorções socioeconômicas e regionais, por exemplo. No caso das políticas públicas de compras institucionais, PAA – Programa de Aquisição de Alimentos (modalidade doação da CONAB) e PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, é possível vislumbrar ações efetivas voltadas para grupos vulneráveis do campo brasileiro, tais como os agricultores que não são grandes produtores do agronegócio. Nestes dois programas a compreensão é de que neste tipo de política, sob a atuação direta do estado, é possível diminuir as distorções existentes dentro do modelo hegemônico do agronegócio.

Sobre a atuação do PAA, compreende-se que essa política tem como uma de suas funções estimular a produção de alimentos da agricultura familiar, além de ser um canal de comercialização com garantia de preços para os produtos advindos deste segmento. Contudo, essa política depende do orçamento federal do qual depende diretamente o seu desempenho. Tal situação pode ser observada no volume de recursos destinados para o programa no ano de 2012 quando foi alocado um valor de R\$ 386.093.480,60 para 2.219 compras, enquanto no ano de 2019 a destinação foi de R\$ 31.789.672,56 para 328 compras (CONAB, 2023). Resultados que foi consequência da redução de aproximadamente 82% no orçamento do programa.

Já o PNAE¹ tem uma abrangência maior que o PAA, por ser obrigatória a oferta da merenda escolar em todas as escolas públicas do país, tendo orçamento determinado por estar vinculado às verbas da educação. No caso do PNAE, a partir Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009, ficou determinado que 30% do volume de recursos federais, destinados à compra da merenda escolar, devem ser direcionados para a compra de produtos advindos da agricultura familiar (BRASIL₂, 2009).

Neste sentido, esta pesquisa busca evidenciar formas alternativas de produção de alimentos e organização social, que se contrapõem ao modelo convencional e tendem a se concentrar na margem do sistema capitalista. O modelo de produção, baseado no formato extrativista, é compreendido como uma forma de produzir alimentos de forma sustentável. O extrativismo parte de uma forma de exploração dos recursos que permitem a natureza renovar seu ciclo naturalmente, sem o uso de insumos artificiais.

Martins (2009) enfatiza o formato do extrativismo e sua potencialidade na busca do desenvolvimento local sustentável, destacando as peculiaridades da localidade, principalmente o bioma no qual está inserido, e, ao mesmo tempo, os aspectos culturais das comunidades. Deve-se também levar em consideração o papel do estado através do estímulo ao extrativismo sustentável por meio de políticas públicas.

Sob o formato de organização coletiva, por meio de associações e/ou cooperativas, compreende-se que estas têm ações complementares. Sendo que a associação tem como objetivo a ação com atuação preponderante na área social, e a cooperativa tem em seus objetivos atuar dentro das possibilidades socioeconômicas existentes na sociedade, sendo possível auferir lucros que serão alocados conforme decisões dos cooperados.

Com relação às formas de organização coletiva, geralmente utilizadas pelos menos favorecidos dentro do sistema capitalista, Ammann (1977) destaca que na associação seus membros ganham força e autonomia para ocupar seu espaço dentro da sociedade.

No contexto apresentado, esta pesquisa teve como foco de análise a Associação Aroeira, na busca de compreender a dinâmica existente a partir das ações que transcorreram desde sua constituição e o impacto na vida dos extrativistas associados. Tomando como ponto de partida, para esta compreensão, a dinâmica socioeconômica, onde por meio da organização social da associação os extrativistas conseguiram desenvolver formas para agroindustrializar a pimenta rosa (*Schinus terebinthifolia*) e efetuar sua comercialização com a obtenção de ganhos

¹ O referido programa tem atuado no Brasil desde a década de 1950.

econômicos. Juntamente com a dinâmica socioambiental, o manejo correto durante o período de coleta da pimenta rosa e as ações de reflorestamento da Mata Atlântica, consegue-se ter uma noção da evolução que ocorreu com os extrativistas associados.

A Associação Aroeira está localizada na zona rural de Piaçabuçu. O município está situado no extremo sul do estado de Alagoas, comportando uma população de 15.908 habitantes (Censo demográfico de 2022), onde um baixo percentual de pessoas está ocupado formalmente e 56,1% da população sobrevivem com renda mensal de até meio salário-mínimo (IBGE, 2024). Apresentando um IDH (2010) de 0,572, bem abaixo do nível estadual e nacional, e um PIB per capita anual, em 2021, de R\$ 25.653,76, equivalente a 60,79% do PIB per capita nacional. A partir destas informações consegue-se mapear a situação de pobreza existente no contexto socioeconômico no qual o município se encontra. Outra característica que demonstra a situação de vulnerabilidade econômica no local é o número de famílias que acessam o programa Bolsa Família, uma vez que no ano de 2019, aproximadamente 87% da população era beneficiada, direta e indiretamente, pelo programa.

Deve-se enfatizar que o estado de Alagoas, historicamente, foi um dos maiores produtores de cana de açúcar do país. Atualmente, mais de 50% dos municípios ainda têm como principal cultura de produção rural a cana de açúcar (Alagoas, 2023). Essa característica persiste desde o período Colonial, passando pelo Império até o Brasil republicano. Além das distorções socioeconômicas regionais, compreende-se que o modelo de produção hegemônico, dentro do processo histórico, causou devastações e extinção da fauna e da flora brasileira. Dentre os biomas mais afetados por esse modelo tem-se a Mata Atlântica, onde cerca de 90% da floresta original foi devastada. Em Alagoas da floresta original da Mata Atlântica só restam 9,7% (Lessa, 2016).

O problema que guiou a pesquisa foi: quais os efeitos que a dinâmica socioprodutiva, desenvolvida pela Associação Aroeira, vem promovendo no formato extrativista em Piaçabuçu-Al? Parte-se da hipótese de que a ação organizada dos extrativistas, por meio do associativismo, através da comercialização da pimenta rosa e apoiado pelas políticas públicas, conseguiu promover uma evolução na vida dos associados com benefícios socioeconômicos e consciência socioambiental, considerando o contexto social e econômico em que estão inseridos.

Como objetivo geral se propôs investigar a dinâmica socioprodutiva desenvolvida pela Associação Aroeira a partir do extrativismo da pimenta rosa (*Schinus terebinthifolia*). Este foi desdobrado nos seguintes objetivos específicos: a) Caracterizar a diversificação produtiva e o formato de comercialização dos produtos ofertados pela Associação, na busca de geração de

renda para o extrativista associado; b) Identificar de que forma a Associação se relaciona com as políticas públicas de compras institucionais PNAE e PAA; c) Analisar a relação socioambiental desenvolvida pela Associação Aroeira, observando o papel da biodiversidade e do associativismo para o desenvolvimento de sistemas produtivos sustentáveis.

A visão sobre o extrativismo, dentro da perspectiva da produção agrícola, ganha relevância para a pesquisa por ser um formato de produção com ações relacionadas à conservação e preservação ambiental, além de possibilitar os ganhos socioeconômicos, fazendo um contraponto ao modelo convencional de produção. Parte-se da noção de que, na maior parte dos casos, o modelo de produção extrativista carrega consigo uma relação harmônica na interação homem/natureza, podendo se encaixar, atualmente, dentro do olhar da sustentabilidade ambiental (Mapa, 2012).

Este trabalho está dividido em oito capítulos. Além da introdução, no qual se busca fazer um breve relato inicial das temáticas pesquisada. No primeiro capítulo constam as principais informações sobre o modelo de desenvolvimento do espaço rural brasileiro, apresentando dados da estrutura fundiária, da quantidade produtiva por monocultura, além de apresentar os formatos do extrativismo, associativismo e cooperativismo como modelo alternativo ao modelo convencional.

No segundo capítulo foi realizado um debate acerca das políticas públicas direcionadas para o segmento da agricultura familiar. Observando o papel do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, e das políticas públicas de compras institucionais, com foco na atuação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolas (PNAE). Mostra-se também, através dos dados expostos a importância de cada política para o fortalecimento da agricultura familiar da localidade.

O terceiro capítulo, é reservado para apresentar a metodologia que foi utilizada durante a construção da pesquisa. Onde se buscou mostrar os principais procedimentos utilizados, com ênfase no tipo de pesquisa, na abordagem utilizada, o formato do levantamento e tratamento dos dados e as principais temáticas que guiou o referencial teórico.

No quarto capítulo contém as principais informações referentes ao município de Piaçabuçu-Al. Onde se buscou fazer uma caracterização socioeconômica e socioambiental do município, destacando-se a atuação, e o tamanho, do Programa Bolsa Família e as duas Áreas de Proteção Ambiental que estão presentes dentro do território do município.

No quinto capítulo foram apresentados os principais resultados da pesquisa de campo realizada junto a Associação Aroeira e ao poder público local. Com foco no formato de extrativismo, associativismo e cooperativismo desenvolvido a partir da Associação Aroeira. Observando o sistema produtivo, a comercialização, a participação nas políticas públicas e a relação socioambiental construída.

No sexto capítulo, consta a conclusão tendo como foco principal indicar a relação existente entre o extrativismo, associativismo/cooperativismo e as políticas públicas no município de Piaçabuçu-AL, seu contraponto ao formato conservador de produção, e as ações socioeconômicas e socioambiental como dimensões da sustentabilidade. No item seguinte são apresentadas as referências utilizadas durante a construção da pesquisa, e no item final os apêndices onde estão inseridos os roteiros semiestruturados utilizados para a pesquisa de campo.

2. MODELO CONVENCIONAL DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA E DE MODELOS ALTERNATIVOS: ASSOCIATIVISMO, COOPERATIVISMO E EXTRATIVISMO.

Nesse capítulo busca-se fazer um sucinto debate sobre a formação do modelo convencional de produção, ligado a visão capitalista do agronegócio, que está estruturado do tripé: monocultura, grande propriedade, com produção voltada para exportação, além de ser estimulado pelos incentivos fiscais fornecidos pelo estado. Também são apresentados modelos alternativos de produção, como o associativismo, cooperativismo e extrativismo, apresentado como contraponto ao modelo convencional de produção.

Na atualidade, neste período pós-pandemia mundial provocada pela Covid-19, muitos debates vêm sendo promovidos nas áreas política, social, econômica, cultura e ambiental, sobre as consequências do modelo de desenvolvimento hegemônico de produção. Estes debates envolvem a busca de alternativas de conservação/preservação da biodiversidade e relações sociais e econômicas no contexto de um modelo estruturado na sustentabilidade, aliadas com as ações que permeiam as relações socioeconômicas.

A preocupação com ações voltadas para um desenvolvimento sustentável é motivada pelas consequências do aquecimento global, pandemia mundial (provocada pela pandemia de Covid-19). As disparidades climáticas: chuvas em abundância, secas prolongadas, frio intenso e ondas de calor, podem impactar no comportamento da sociedade, em nível global, fazendo com que as ações econômicas, políticas e sociais busquem modelo de desenvolvimento ligado à sustentabilidade.

Leff (2001) reflete sobre a crise ambiental e chama atenção para a necessidade de mudanças.

A crise ambiental coloca em questão os fundamentos da racionalidade econômica. Por isso surgiram diferentes respostas, desde as filosofias da natureza até os novos movimentos sociais que buscam integrar a democracia participativa, a descentralização econômica e a reapropriação da natureza como um sistema ambiental produtivo (Leff, 2001, p. 42).

Realizar o debate sobre a temática da sustentabilidade necessariamente remete à análise do formato da produção de alimentos e por consequência do modelo de desenvolvimento rural que guia essa produção. Nesta direção observa-se que o modelo rural brasileiro ganha destaque. Principalmente por pontos ligados à estrutura fundiária; formato de produção por meio de monoculturas; relações de trabalho; utilização de tecnologias e

assistência técnica; acesso às políticas públicas; mercados e a relação com o Estado brasileiro, que delinearão a construção deste modelo dentro do processo histórico e seu impacto para o meio ambiente.

Em relação ao tema, Tsai (2023, p. 7) menciona que

Assim como em anos anteriores, as mudanças do uso da terra responderam pela maior parte das emissões brutas brasileiras: 48% em 2022, contra 52% em 2021. Somando as emissões por desmatamento e outras mudanças de uso da terra com as do setor agropecuário, conclui-se que a atividade agropecuária responde por 75% de toda a poluição climática brasileira. Segundo um estudo recente, entre 90% e 99% do desmatamento tropical é impulsionado pela agropecuária, mesmo que nem toda a área desmatada seja colocada em produção.

Em tal análise, deve ser observado que o desenvolvimento esperado, por este modelo, é guiado pela noção de que o sistema capitalista de produção tem como objetivo gerar lucro através da exploração de mão de obra (e dos recursos naturais) e proporcionar acúmulo de bens (Marx, 2011). Dentro do espaço rural, desde os anos 2000 o formato de produção estruturado na monocultura, latifúndio e produção destinado para o mercado, tendo o lucro como meta principal, ficou denominado de agronegócio (Delgado, 2012).

Compreende-se que o modelo hegemônico no meio rural brasileiro, historicamente, tem como prioridade de suas ações, privilegiar o grande produtor rural que produz monoculturas em grandes extensões de terras, incentivado pelo Estado brasileiro por meio de isenções fiscais e linhas de crédito subsidiado. Sendo que a maior parte da produção é destinada para atender as necessidades do mercado internacional (Delgado, 2012; Kageyama, 2008; Grisa & Schneider, 2015).

Desta forma, pode-se compreender que dentro do espaço rural, o formato de desenvolvimento adotado possibilitou o surgimento de regiões e localidades com um alto vigor produtivo e dinamismo econômico que impulsiona as propagandas do agrobraziliano. Por outro lado, esse sistema resultou em regiões com baixo dinamismo econômico, alta concentração de renda, elevados índices de pobreza refletida pelo grande número de dependentes dos programas sociais, e baixo índice de desenvolvimento humano – IDH, que necessitam de intervenção do estado.

Além destes fatos, torna-se importante evidenciar que os pilares que sustentam o modelo convencional de produção baseado na monocultura, concentração dos recursos e propriedades e degradação ambiental, estão na contramão da construção de um modelo relacionado à visão de desenvolvimento sustentável. Com isso, deve-se compreender que para

se alcançar a sustentabilidade do sistema tem-se que questionar todas as ações, e consequências que envolvem seus pilares, direcionando estas ações para o foco da sustentabilidade ambiental.

Em relação ao espaço que o meio ambiente deve ocupar por meio das práticas voltadas à sustentabilidade, em contraponto às variáveis econômicas e sociais, Leff (2001, p. 48) destaca que

A sustentabilidade aparece como uma necessidade de restabelecer o lugar da natureza na teoria econômica e nas práticas do desenvolvimento, internalizando condições ecológicas da produção que assegurem a sobrevivência e um futuro para a humanidade.

Dentro desta perspectiva, deve-se compreender a importância de formatos de produção heterogêneos, e com amplitude local, que estão estruturados nos pilares do desenvolvimento sustentável, em detrimento das práticas relacionadas com o sistema hegemônico de produção.

Dentro do modelo de desenvolvimento agrícola brasileiro três pontos ganham destaque: a estrutura fundiária representada pelo grande latifúndio; o formato de produção ancorado na monocultura em grande escala; e o destino da produção que, prioritariamente, atende as demandas do mercado internacional. Pode-se compreender que, ao longo do tempo, estas ações foram aperfeiçoadas tornando-se os principais pilares do modelo de desenvolvimento agrícola (Ramos, 2007).

Nesta direção, consegue-se entender diante da realidade de cada região, que a situação da estrutura fundiária, peculiar ao modelo agrícola brasileiro, tornou-se um problema estrutural quando se observa a possibilidade de promover o desenvolvimento, por meio de políticas públicas, que visem diminuir as desigualdades locais e entre regiões.

A estrutura fundiária ganha destaque por ser um dos principais componentes do modelo de produção no espaço rural, e por proporcionar a concentração de poder e riqueza em posse de seus detentores. Observando que além de ocupar o espaço, proporciona o formato de produção (monocultura ou diversificada), como também exerce influência na relação de trabalho e mão de obra (Ramos, 2007).

Sob a ótica ambiental, esse formato de produção que vem sendo adotado por mais de 400 anos dentro da realidade brasileira, ganha destaque internacional, por permitir a devastação dos biomas com foco na plantação das culturas e/ou criação de animais que serão utilizados para o consumo de uma parcela da sociedade. Esse formato, com essa lógica que serve aos interesses do capital, vem sendo responsabilizado por causar problemas ambientais complexos relacionados ao efeito estufa e o aquecimento global.

Alberto Passos Guimarães no debate sobre o modelo de desenvolvimento rural brasileiro aponta a questão da concentração agrária como uma das principais causas de entraves dentro do modelo. Na sua obra, intitulada “Quatro Séculos de Latifúndio”, o autor detalha como o modelo rural brasileiro foi moldado promovendo concentração agrária, iniciando pela doação de sesmarias, pelo latifúndio açucareiro e cafeeiro, e com uma relação exploratória em relação à pequena propriedade etc. O autor destaca também como a posse da terra tem por consequência a manutenção da servidão daqueles que não tem a propriedade da terra e nelas trabalham, evidenciando as características feudais dentro do modelo agrícola (Guimarães, 1963; 2011).

Sobre a construção do modelo rural brasileiro, Wanderley (2009) afirma que foi a partir da década de 1950, que se iniciou a formulação de um novo projeto para sociedade brasileira, baseado na tríplice relação: capitalização do setor agrícola, as transformações tecnológicas dos processos produtivos e as exigências da integração agroindustrial, para atender a demanda da crescente população urbana e da indústria, além do mercado internacional.

Este modelo de modernização conservadora - por conservar o formato das grandes propriedades e inserir elementos novos, como as novas tecnologias durante o sistema de produção - impactou duplamente de forma negativa para as camadas sociais menos favorecidas. O primeiro envolve a posse dos meios de produção, suprimindo ao máximo o pequeno proprietário de terra, e segundo na mão de obra, onde as novas máquinas reduziram potencialmente a demanda pela classe trabalhadora rural.

Nas décadas seguintes, a atuação do Estado brasileiro foi determinante para organizar as ações necessárias para a implantação do modelo que incentivava o formato das grandes propriedades, produtoras de monoculturas, e excluía o pequeno proprietário camponês com base na produção familiar (Delgado, 2012; Wanderley, 2009; Medeiros 2021). Deve-se frisar que a partir de 1964 o governo federal era comandado por uma junta militar, fato esse que contribuiu para a escolha e implantação do modelo rural. Sobre o tema, Wanderley (2009, p. 10-11) afirma que

Por um lado, tentava reconhecer nas propriedades de grandes extensões uma capacidade, nem sempre real, para responder satisfatoriamente às transformações tecnológicas em curso. Como por um passe de mágica, a “modernização sob o comando da terra” esvazia o conceito de latifúndio que, sem muito esforço, pode ser apresentado como empresa rural e aceder aos benefícios assegurados às unidades de produção modernas. Por outro lado, tentava justificar a exclusão dos agricultores que operavam em pequena escala, no que se refere, tanto à terra, quanto ao capital. Aos pequenos agricultores, poder-se-ia oferecer a fixação no campo, uma eventual melhoria da renda, o acesso a certos bens, mas jamais a parceria no progresso da agricultura.

As ações do Estado brasileiro para facilitar as atividades do formato que privilegiava a grande propriedade, estavam amparadas por instituições do próprio estado em cada etapa da cadeia produtiva. Delgado (2012) mostra que foi utilizado um arcabouço de instituições e departamentos para facilitar a atividade produtiva da grande propriedade. Destacam-se: o Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR, e a Comissão de Financiamento da Produção – CFP, para liberar o crédito rural para a produção e aquisição de novas terras; a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMBRATER, com finalidade de realizar pesquisas e fornecer assistência e extensão rural para as monoculturas das grandes propriedades. A Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, e o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – PROAGRO, que tinha como uma de suas finalidades garantir o lucro das monoculturas.

Para tratar das monoculturas de forma específica, Delgado (2012) aponta as seguintes instituições: o Instituto do Açúcar e do Alcool - IAA, Instituto Brasileiro do Café – IBC, Centro do Trigo Nacional do Banco Brasil e Departamento do Trigo Nacional da SUNAB – CTRIN/DTRIG, Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC, Instituto Riograndense do Arroz – IRGA que buscar relacionar produção com comercialização de algumas monoculturas.

Paralelamente a estas ações o pequeno proprietário camponês de base familiar vivia a margem do sistema, excluído de todas as ações do Estado brasileiro voltado para o espaço rural. Sobre o futuro do campesinato, a partir da implantação desse novo formato de produção, Wanderley (2009) mostra que o campesinato tenderia a desaparecer ou sobreviver como semiproletários, ou ainda se transformar na chamada produção familiar tecnificada, representante do pequeno capital na agricultura. Segundo a autora,

Tendo em vista sua importância numérica e seu peso econômico, nas sociedades em processo de transição, os camponeses eram compreendidos como anticapitalistas, portadores de um grande potencial revolucionário, fruto, de um lado, dos conflitos essenciais que os oporiam às classes dominantes agrárias, de proprietários de terra ou empresários da agricultura nesses países e, de outro lado, do papel que desempenharam nas numerosas guerras anticolonialistas de emancipação nacional (Wanderley, 2009, p. 12).

Neste período um fato que ocorreu no espaço rural brasileiro, proveniente dos efeitos da implantação do formato mecanizado da “revolução verde” na propriedade rural, está relacionado ao desemprego promovido no campo, principalmente nas grandes propriedades.

Aonde, juntamente com a exclusão das pequenas propriedades do acesso ao conjunto de benefícios e políticas públicas que vinham surgindo, criou-se uma situação de grande desconforto social para a maior parte da população do espaço rural. Tal situação fez com que essas duas categorias, pequeno proprietário e trabalhadores rurais, tivessem que se organizar politicamente, fazendo surgir instituições representativas e recebendo apoio de outras ligadas à sociedade civil, para tentar ocupar o seu espaço e lutar por direitos dentro do âmbito rural ((Delgado, 2012; Wanderley, 2009; Medeiros 2021).

Várias instituições representantes dos direitos foram surgindo, em nível nacional e regional, para representar os “excluídos” durante o período da implementação da modernização conservadora, principalmente pela luta da posse das terras. Dentre elas, Medeiros (2021) destaca a atuação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag, que tratou da situação relativa ao desemprego no campo; a Comissão Pastoral da Terra – CPT, que estava relacionada a situação dos trabalhadores rurais que migraram para as cidades; e o Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais pertencente a Central Única dos Trabalhadores – CUT.

Além destas instituições, também se destaca a atuação das associações e sindicatos em âmbito local, expressado nos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Movimento dos Sem Terras – MST, e na Via Campesina. As representações dos trabalhadores rurais tiveram como principal bandeira de luta os direitos dos trabalhadores rurais pela ocupação de terras, que se tornaram um marco durante o período dos governos da junta militar.

Não se tratava de luta contra o latifúndio atrasado (embora às vezes fosse assim nomeada), mas o resultado de uma reconfiguração de atores e de formas de luta produzidas num novo contexto social, de intensa modernização, com crescente integração entre agricultura e indústria e intensa valorização de terras que passam a ser objeto de investimentos tanto produtivos, quanto visando atividades turísticas ou expansão urbana (Medeiros, 2021, p. 04).

Tem-se conhecimento que o formato de desenvolvimento agrícola, que tinha a grande propriedade como prioridade, teve seu auge durante os períodos dos governos militares entre 1964 e 1985 (Delgado 2012; Wanderley, 2009; Medeiros 2021). Sendo que após esse período dois fatos históricos foram decisivos para as mudanças no formato rural brasileiro. O primeiro deles foi a crise econômica da década de 1980, provocada pela dívida pública internacional e o processo inflacionário por qual passou a economia brasileira, acontecimentos que provocaram uma redução da atuação do Estado brasileiro, por meio dos incentivos fiscais e subsídios,

importantes para o modelo do grande produtor. O outro fato foi a constituição de 1988, que buscou, legalmente, ampliar os direitos, com legislação e regras claras que pudessem incluir todos os atores dentro do modelo rural brasileiro.

A partir da década de 1990 o Estado brasileiro teve que remodelar as ações que eram destinadas ao espaço rural. Influenciado diretamente pela crise econômica por qual o país passava, e pela necessidade de modernização, buscando se adequar as novas determinações com base na Constituição Federal de 1988, criar e refazer políticas que pudessem corrigir, ou atenuar as distorções existentes dentro do modelo.

Com isso, as ações do Estado brasileiro tiveram como objetivo desenvolver políticas que atendessem as necessidades do pequeno proprietário de terra e dos trabalhadores sem terras, que tinham sido assentados nas lutas travadas nas décadas anteriores. Assim, um conjunto de políticas foi desenvolvido para inserir a nova categoria ligada a base familiar. Neste processo algumas políticas ganharam destaque como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, em 1995, que buscou fornecer o crédito, mesmo limitado quando comparado aos outros segmentos, para a agricultura familiar. O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, a partir de 2003, com o mercado de compras institucionais direcionado para atender a oferta do segmento familiar, mesmo que limitado por conta do orçamento federal e sem abranger todos os municípios continuamente. E a mudança do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, a partir de 2009, que destina 30% do seu orçamento para a compra dos produtos da agricultura familiar, tendo alcance em todos os municípios (Grisa & Schneider, 2015).

Outras políticas, com base nas necessidades do novo segmento familiar também foram desenvolvidas, para atender as necessidades sociais e/ou ligar a produtividade a outras áreas da atividade econômica como o setor de energia. Entretanto, até o presente momento, não se observou uma política expansiva de acesso ao principal meio de produção, a terra.

Também foi percebida, após a constituição de 1988, a evolução, e regressão, na distinção do segmento que se convencionou chamar de agricultura familiar. Sobre a construção do formato do segmento da agricultura familiar pode-se compreender que foi o Decreto-Lei 1.166 de 1971 que iniciou essa distinção vinculando a agricultura familiar ao tamanho da propriedade, igual ou superior a um módulo fiscal.

Já a lei 11.326 de 24 de julho de 2006, além de vincular o segmento da agricultura familiar ao tamanho da propriedade, que foi a ampliado para quatro módulos fiscais, também acrescentou as categorias que seriam englobadas dentro do segmento da agricultura familiar,

principalmente para fins de acesso a políticas públicas como o Pronaf e o PAA. Dentre essas categorias atendidas citam-se: indígenas, quilombolas, silvicultores; aquicultores; extrativistas; pescadores, além do pequeno proprietário de terras. Contudo, o decreto 9.064 de 31 de maio de 2017, que criou a Unidade Familiar de Produção Agrária, limitou o acesso aos Pronaf buscando vincular essa política ao formato de produção rural, e excluindo categorias como: silvicultores; aquicultores; extrativistas; pescadores; quilombolas, e indígenas. Podendo ser considerado um regresso na ampliação das políticas públicas para o segmento de base familiar, com finalidade o foco na produção deste segmento em detrimento das condições sociais a que sempre foram submetidos dentro do modelo rural brasileiro.

Pela Constituição, foram criadas três categorias de propriedade no campo, definidas em termos de tamanho (pequena, média e grande), substituindo as categorias presentes no Estatuto da Terra (minifúndio, latifúndio por exploração, latifúndio por dimensão e empresa rural) (Medeiros, 2021, p. 6).

Mesmo com a inserção da agricultura familiar dentro do modelo rural brasileiro, e a criação de políticas para este segmento, observa-se que o grande produtor rural, reconhecido agora como agricultura não familiar ou agronegócio, segue sendo privilegiado. Tais ações são espelhadas nos dados do censo agropecuário de 2017, principalmente na posse da quantidade de terras; dentro do volume de recursos do crédito rural brasileiro, subsidiado pelo Estado; pelas linhas de pesquisa da EMBRAPA com direcionamento para pesquisas das monoculturas exportáveis; e com o incentivo fiscal da Lei Kandir, que direciona a produção rural para exportação sem a cobrança do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS.

Sobre o entendimento da força do incentivo fiscal que o Estado brasileiro destina para o grande produtor rural, Campos (2023) mostra que só com toda cadeia produtiva da monocultura da soja: fertilizantes, agrotóxicos e sementes (R\$ 18,5 bilhões), comercialização de farelo, óleo e de biodiesel destinados ao mercado interno (R\$ 10 bilhões), e na exportação (R\$ 28 bilhões), no ano de 2022, o Estado brasileiro deixou de arrecadar R\$ 56.803.292.031,84.

Nesta direção, consegue-se entender as distorções socioeconômicas dentro do modelo rural brasileiro, principalmente pelos privilégios destinados ao segmento da agricultura não familiar em detrimento do segmento a agricultura familiar dentro do modelo. Mas também em detrimento de todos os setores da sociedade, visto que se a maior parte desse incentivo fosse destinada para outros setores como o comércio e a indústria, além da parte destinada para a agricultura familiar, poder-se-ia promover um dinamismo econômico envolvendo a geração de

uma grande quantidade de emprego e de renda. Sendo que internamente a sociedade brasileira poderia avançar do setor primário, para o setor secundário e terciário.

Também corrobora para o entendimento desse modelo, o incentivo fiscal destinado para as diversas monoculturas existentes dentro do modelo rural brasileiro, destacando-se cana-de-açúcar, café, milho e soja, dentre outras. Observando que atualmente o Brasil tem grande destaque mundial na produção de commodities agrícolas, sendo São Paulo o maior produtor de cana de açúcar com 347.684.170 toneladas; café (grão verde) em Minas Gerais com 1.483.184 toneladas; milho e soja em Mato Grosso 28.555.889 e 29.778.544 toneladas (IBGE, 2023).

Na Tabela 01 estão expostos os números da produção nacional e das unidades da federação, em toneladas, das principais culturas agrícolas a partir dos dados do censo agropecuário 2017.

Tabela 01 – Produção das principais culturas em nível nacional e nas unidades da federação (em toneladas).

Brasil e Unidade da Federação	Cana-de-açúcar	Café arábica em grão (verde)	Milho em grão	Soja em grão
Brasil	638689875	88099622	103156255	4681069
Rondônia	83689	647413	800293	-
Acre	3988	59354	X	-
Amazonas	270587	9887	X	-
Roraima	2445	16429	80358	-
Pará	913097	553695	1155228	-
Amapá	1207	1333	33482	-
Tocantins	2353782	732809	2017693	-
Maranhão	2129116	1416342	1939221	-
Piauí	903201	1388239	1981892	-
Ceará	109625	241295	1060	-
Rio Grande do Norte	1963911	21307	X	-
Paraíba	5109030	36512	X	-
Pernambuco	10349049	55293	7	-
Alagoas	13625617	37290	814	-
Sergipe	1794744	157581	X	-
Bahia	3709128	2175597	4954412	12976
Minas Gerais	65984683	5953820	4666585	187345
Espírito Santo	2098740	37832	8	X
Rio de Janeiro	1702827	7876	X	-
São Paulo	347684180	3557371	2761916	330396
Paraná	37805994	14110882	15252347	1790995
Santa Catarina	106365	2915691	1909053	143318

Rio Grande do Sul	446392	5391089	17311971	2155467
Mato Grosso do Sul	50479440	9232573	8064607	24669
Mato Grosso	16333547	28555889	29778544	-
Goiás	72720538	10487540	10201843	29494
Distrito Federal	4950	298683	243805	6409

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do censo agropecuário 2017 (IBGE, 2023).

Com base nos dados da Tabela 01, pode-se compreender a influência que as referidas commodities exercem na economia nacional, dos estados e municípios. A situação desta influência fica ainda mais evidente quando se analisa os dados da balança comercial brasileira e observa-se que, entre janeiro e julho de 2022, a soja foi o produto brasileiro mais exportado com um valor de R\$ 35.203.267.033; os produtos derivados da cana de açúcar foram responsáveis por um valor de R\$ 4.923.237.716; o café R\$ 4.888.874.619; e o milho um volume de 2.961.975.169.

A partir da análise realizada por Delgado (2012) e os resultados da Tabela 01, entende-se a construção de um modelo rural organizado pelo estado brasileiro. Com o incentivo da produção de determinadas culturas em regiões e nos estados, com objetivo de aumentar a produtividade e atender as exigências do mercado internacional, mesmo com as distorções socioeconômicas e produtivas que esse formato promove dentro do modelo rural brasileiro.

Ainda na compreensão e entendimento do modelo rural brasileiro, principalmente sobre as distorções existentes, a Tabela 02 apresenta as informações sobre a quantidade de estabelecimentos agropecuários familiares e não familiares, destacando a área ocupada por estes estabelecimentos no Brasil, Nordeste, Alagoas e Piaçabuçu, com base nos dados do Censo Agropecuário de 2017.

Tabela 02 – Número de estabelecimentos agrícolas familiares e não familiares e área ocupada (em hectares) no Brasil, Nordeste, Alagoas.

Abrangência	Estabelecimentos Agropecuários	Total	Agricultura Não Familiar (Capitalista/patronal)		Agricultura Familiar (Camponesa)	
Brasil	Unidades	5.073.324	1.175.916	23%	3.897.408	77%
	Área (ha)	351.289.816	270.398.732	77%	80.891.084	23%
Nordeste	Unidades	2.322.719	483.873	26%	1.838.846	74%
	Área (ha)	70.983.865	44.968.122	63%	25.925.743	37%
Alagoas	Unidades	98.542	16.173	17%	82.369	83%
	Área (ha)	1.636.712	1.085.678	66%	551.034	34%
Piaçabuçu	Unidades	206	73	35%	133	65%
	Área (ha)	4.431	3.304	74%	1.127	26%

Fonte: Censo Agropecuário, 2017 (IBGE, 2023) Adaptado pelo autor.

O campo brasileiro conta com 5.073.324 estabelecimentos agropecuários (Tabela 02) dos quais 3.897.408, ou 77% das unidades, pertencem ao segmento da agricultura familiar os quais ocupam uma área de 80.891.084 hectares, ou seja, 23% do total dos estabelecimentos (IBGE, 2023).

Os dados do censo agropecuário 2017 permitem que se compreenda que o modelo rural baseado na monocultura com a utilização de grandes latifúndios com produção direcionada para a exportação ainda é a realidade predominante no campo brasileiro. Pois 1.175.916 estabelecimentos, ou 23% do total, integram a agricultura patronal (agronegócio) os quais ocupam uma área de 351.289.816 hectares, ou seja, 77% da área total, indicando a elevada concentração fundiária existente no campo brasileiro (IBGE, 2023).

De acordo com as informações contidas na Tabela 02, quando se faz a análise dos estabelecimentos agropecuários constata-se que em nível nacional e no Nordeste três quartos dos estabelecimentos pertencem à agricultura familiar. Já no estado de Alagoas essa quantidade sobe para quatro quintos.

O modelo de desenvolvimento agrícola, pautado em uma modernização conservadora (Delgado, 2012) proporcionou o surgimento de distorções sociais e econômicas, entre os segmentos e entre regiões do país, que se tornaram problemas crônicos dentro da sociedade brasileira. Sobre essas distorções, Delgado & Leite (2022) mostram a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017 que os estabelecimentos agropecuários menores de 10 hectares, apesar de representarem metade do total de unidades, respondiam por apenas 2,28% da área total,

enquanto os estabelecimentos com 1.000 ou mais hectares eram somente 1% do número total, mas detinham 47,52% da área, apontando elevada concentração fundiária. Na próxima subseção, será realizado um debate sobre os formatos de produção ligados as ações do associativismo, do cooperativismo e do modelo extrativista.

2.1 Modelos alternativos de produção: Associativismo, Cooperativismo e Extrativismo.

Tem-se conhecimento de que o sistema capitalista de produção, em seu desenvolvimento tem como um de seus principais objetivos a busca pelo lucro, que leva ao acúmulo dos meios de produção e por consequência a concentração de riquezas, nas mãos de uma minoria em detrimento da maioria (Smith, 2006; Marx, 2011; Hunt & Lautzenheiser, 2005).

Dentro do espaço rural brasileiro, o modelo de desenvolvimento vigente, estruturado no formato capitalista de produção, fomenta as distorções socioeconômicas existentes. Tomam-se como base os dados do censo agropecuário de 2017 na comparação entre os segmentos: familiar e não familiar, sobre a quantidade de estabelecimentos agropecuários e o acesso às terras produtivas (IBGE, 2023). Tais distorções também são percebidas nos dados do acesso ao volume de recursos do crédito rural subsidiado, com diferenças significativas no acesso ao volume repassados entre os segmentos e regiões do país (BACEN, 2023). Essas ações servem de base, dentro do modelo de produção, e estimulam prioritariamente monoculturas ligadas ao segmento da agricultura não familiar, como: café, soja, milho, cana de açúcar, carne de boi, frango e suínos etc.

Nesta direção, pode-se exemplificar o associativismo, o cooperativismo e o extrativismo, ligadas ao segmento da agricultura familiar, como modelos alternativos ao formato hegemônico dentro do sistema capitalista de produção. Sob esta ótica consegue-se deduzir que, tanto o modelo extrativista, como o modelo do associativismo/cooperativismo, faz parte, mas vive à margem do sistema, pois o primeiro deve ter como principal pilar uma produção natural e ecologicamente correta, e o associativismo/cooperativismo tendem a ter como principal objetivo distribuição equitativa da receita gerada pela associação e/ou cooperativa.

Durante a evolução do sistema capitalista, mais precisamente a partir do final do século XIX, consegue-se enxergar a tendência à concentração de renda e acúmulo de capital, nas mãos

de uma pequena parcela da população, em detrimento da maior parte da população que sobrevive para alimentar o sistema Marx, 2011). Observando que boa parte da população tende a viver à margem do sistema, ocupando espaço em sistemas alternativos com viés social. Dentre as opções se destacam as associações e cooperativas.

A partir da realidade do desenvolvimento rural brasileiro, e como aconteceu em sua evolução notadamente os fatores relacionados à posse da terra, do acesso ao crédito rural e os incentivos à produção de monoculturas, tem-se a compreensão da concentração dos meios de produção e das distorções socioeconômicas existentes dentro da realidade do rural brasileiro. Nesta direção, também se consegue compreender o formato de organização das classes que ficaram a margem no desenvolvimento do rural brasileiro, tendo como principais mecanismos o associativismo e cooperativismo ligados à agricultura familiar, na busca por ocupar um espaço e concorrer dentro do sistema. Mesmo compreendendo que o segmento da agricultura não familiar também se organiza em cooperativas².

Dentro do espaço rural consegue-se entender o crescimento do movimento associativista e cooperativista como resposta ao crescimento do processo de agroindustrialização alicerçado nas grandes corporações e estimulado a partir da década de 1960, com a introdução da revolução verde e o financiamento do crédito rural. Com as transformações que ocorreram, unindo a produção agrícola à indústria, tornou-se difícil para os pequenos agricultores conseguirem espaço para comercializar seus produtos, tendo que se aliar a outros pequenos agricultores, por meio de associações e/ou cooperativas.

Ammann (1977) enfatiza que por meio da representatividade das instituições coletivas, associação e cooperativa, os associados podem conseguir se organizar e lutar para ocupar o espaço dentro da sociedade que individualmente, concorrendo entre si, não seria possível de conseguir. Levando em conta que o formato do sistema capitalista tende privilegiar concentração de renda e poder para os que atuam individualmente. Nas palavras do autor supracitado,

O sucesso dos esforços para fazer-se representar e para influir na determinação da sociedade, é frequentemente alcançado pela organização. Atomizados e dispersos os indivíduos não têm voz nem peso, o fato individual isolado jamais alcança o nível do processo social, nem assume significação na sociedade global (Ammann, 1977, p. 57).

² É importante frisar que atualmente algumas cooperativas se tornaram grandes empresas, deixando de lado os princípios cooperativos clássicos.

Tomando como base a formação da primeira cooperativa, pelos pioneiros de Rochedale em 1844 no bojo da primeira revolução industrial, compreende-se que o fator diferencial desta instituição para outros tipos de associação existentes, foi a criação dos princípios que norteiam as ações dos cooperativados com vistas a agirem coletivamente, dentro de um modelo de sistema que presa pelas conquistas individuais. Tem-se o conhecimento de que o modelo desenvolvido em Rochedale é uma resposta de organização dos tecelões que não tinham condições para continuar a exercer suas funções individualmente e concorrer com o modelo industrial nascente da época (Holyoake, 2004).

Pode-se compreender que o modelo de associação e cooperativismo guiado pelos princípios do cooperativismo de Rochedale, tem como um dos principais objetivos criar as condições para que todos possam ocupar o seu espaço, sem evitar que outros cooperativados possam desempenhar suas funções dentro do mesmo campo de atuação, seja no setor produtivo, comercial ou de consumo. Desta forma, observa-se que o modelo de associação e cooperativismo é uma reação ao formato de atuação do mercado capitalista, que tende a excluir os pequenos produtores que individualmente não conseguem espaço para comercializar seus produtos dentro do mercado capitalista. Neste contexto, Ammann (1977, p. 57) afirma que

Os grupamentos voluntários assumirão, portanto, significância, na proporção que funcionem como veículos de participação social. Mediante a associação, as diversas camadas sociais podem partilhar seus problemas e interesses, adquirir poder reivindicatório e indiretamente ter acesso à gestão da sociedade.

Na prática, consegue-se entender as ações associativistas e cooperativistas como complementares, mesmo que uma não dependa da outra. O modelo associativista carrega consigo valores ligados à finalidade social dos associados, sua gestão não tem muita burocracia, e quase sempre suas ações estão vinculadas à defesa dos interesses de uma classe. Já o modelo cooperativista tem uma atuação direcionada para aproveitar às oportunidades econômicas, tendo suas ações ligadas a viabilização de um empreendimento, para a atuação individual ou coletiva dos cooperados (Somoscoop, 2023).

Os propósitos do associativismo e do cooperativismo estão interligados, e um pode ser condição para que o outro se organize e se estabeleça. O associativismo se configura como um processo de aproximação de ideais e pontos de vista diversos, mais relacionado à união de indivíduos em detrimento de uma causa, e define-se como estratégia para o fortalecimento dos laços sociais de determinado lugar, com potencial de transformação da realidade em que protagoniza (Lima & Silva, 2020, p. 177).

Uma das principais vantagens encontradas dentro do formato de produção estruturada no associativismo e cooperativismo, que especificamente trata de questões socioeconômicas complexas, está na forma coletiva do enfrentamento de questões que individualmente não seria possível resolverem. Guiando as ações individuais em prol da força coletiva.

Sobre o formato do cooperativismo, especificamente com relação a participação dos cooperados, é importante destacar dois formatos: o primeiro em que os cooperados trabalham na cooperativa e tem seu retorno de acordo com sua participação, em um caráter solidário. A outra forma admite empregados e os cooperados tem seu retorno após o desembolso dos custos e investimento, em que as sobras são divididas para os cooperados, como uma prática capitalista (Singer, 2022)

Com base no modelo de economia solidária onde não há divisão entre trabalho e capital, Singer (2002) mostra que, diferente da empresa capitalista que tem como finalidade o lucro, na empresa solidária não há lucro porque nenhuma parte de sua receita é distribuída na quantidade de cotas capital que cada cooperado tem. Entretanto, ele enfatiza que algumas cooperativas perderam o seu caráter solidário e passaram a contratar mão de obra, criando a divisão de classes e a exploração da mão de obra dentro da cooperativa enquanto empresa.

Atualmente, dentro da sociedade encontram-se vários ramos de atuação do cooperativismo. Dentre estes citam-se: cooperativa de produção; cooperativa de comercialização; cooperativa de consumo; e cooperativa de crédito. Observando que, pelo processo de intercooperação, uma cooperativa pode se associar a outra cooperativa de um ramo diferente para beneficiar os cooperados com prestação de serviços, ou aquisição de bens, que podem servir tanto para benefício pessoal como para a atuação produtiva dos cooperados. Essa ação de intercooperação visa fortalecer o movimento cooperativo (Louly, 2024).

No ano de 2023 havia no Brasil um total de 4.693 cooperativas com 20.489.154 cooperados e 524.235 empregados. Dentro dessa realidade 1.185 cooperativas são do ramo agropecuário com 1.011.023 cooperados e 249.584 empregados. Destacam-se as cooperativas de crédito, com um total de 728 unidades, mas com um total de 15.501.804 cooperados e 99.331 empregados (Número de cooperativas por ano, 2023).

Dentro do sistema capitalista a atuação do associativismo e cooperativismo, dentro do espaço rural, tem uma grande quantidade de adeptos ligada as classes sociais que estão à margem do sistema como: ribeirinhos, quilombolas, extrativistas, pequenos produtores, agricultores sem terras, meeiros etc. Parte da compreensão, que as referidas classes tendem a

utilizar o formato do associativismo e do cooperativismo como um mecanismo de se inserir dentro do modelo produtivo. Visto que, individualmente essas classes encontram grandes dificuldades para concorrerem com os outros segmentos dentro do modelo.

O formato de desenvolvimento, baseado no sistema capitalista, ao longo do tempo vem demonstrando que as consequências de sua atuação não só provocam distorções socioeconômicas, mas vem provocando grandes danos ambientais. Tal situação pode ser descrita pelas primeiras ações para promover o desenvolvimento das terras brasileiras a partir da chegada dos europeus, por meio do extrativismo da árvore pau-brasil, que ficou conhecido como o primeiro ciclo econômico da história do Brasil.

A partir desta ação, juntamente com outras que sucederam no intuito de solidificar o desenvolvimento das terras brasileiras, como o ciclo da cana de açúcar, do café, da borracha, do milho e da soja, pode-se inferir o impacto que este modelo de desenvolvimento, baseado no plantio de monoculturas, em grandes latifúndios, com produção voltada para exportação, provocou em biomas como a Mata Atlântica.

Atualmente restam pouco mais de 102.000 Km² (7,84% do tamanho inicial) da Mata Atlântica, floresta que já ocupou aproximadamente 1.306.421 Km² do solo brasileiro (Instituto Verde Brasil, 2024; Andrade & Santos, 2014). Deve-se levar em consideração a importância que este bioma exerce nas terras brasileiras, pois está presente em 17 estados da federação, unindo diferentes tipos de ecossistemas, representando grande potencial socioeconômico e ambiental dentro do território.

O formato de desenvolvimento territorial brasileiro, historicamente influenciou no avanço sobre os biomas. Kageyama (2008) faz referência ao modelo de desenvolvimento com a ocupação do território inicialmente na costa litorânea brasileira, por meio da exploração dos recursos naturais e em seguida o plantio da monocultura da cana de açúcar.

Após a rápida decadência da atividade de exploração do pau-brasil nas matas costeiras, a ocupação efetiva da colônia (1530-1640) teve início com a divisão do território em 12 capitanias, faixas do litoral para o interior, com a perspectiva de cultivar a cana de açúcar. As circunstâncias dessa exploração (alto engenhos) determinaram a associação da grande propriedade-monocultura e, mais tarde, trabalho escravo (Kageyama, 2008, p. 85).

Leff (2001, p. 49) mostra que “[...] a destruição ecológica e o esgotamento dos recursos naturais não são problemas gerados por processos naturais, mas determinados pelas formas sociais e pelos padrões tecnológicos de apropriação e exploração econômica da natureza”.

Warren Dean em seu clássico livro *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*, mostra que além da devastação provocada pelas monoculturas, a Mata Atlântica também sofre com ações ligadas ao modelo de desenvolvimento promovido pelo estado brasileiro, enfatizado no décimo terceiro capítulo do livro como “desenvolvimentos insustentáveis”. O autor mostra que a partir de 1970, enquanto o mundo começava a se voltar para o debate de um modelo de desenvolvimento sustentável, na prática o estado brasileiro agia (e ainda vem agindo) na direção contrária. Segundo Dean, (1996, p. 309).

O mais prejudicial de todos os programas de desenvolvimento talvez tenha sido o dos projetos hidrelétricos. A topografia acidentada e as chuvas abundantes da região da Mata Atlântica haviam atraído empreendedores, engenheiros civis e fabricantes de equipamentos elétricos para colaborar, logo depois da virada do século XX, na construção de usinas hidroelétricas nas proximidades de quase todas as cidades do Sudeste.

Atualmente, muito já foi debatido, demonstrando os impactos negativos que o formato de desenvolvimento capitalista exerce nos biomas, tomando como referência os impactos negativos do extrativismo do carvão mineral, dos minérios e de madeiras. Com isso, também vem sendo discutido, com grande amplitude envolvendo as esferas: política, econômica, social, ambiental e acadêmica, um formato de desenvolvimento, que tenha como um dos objetivos principais a sustentabilidade ambiental.

Nesta direção, o modelo de extrativismo sustentável pode se tornar uma alternativa para contribuir na recuperação e restauração de matas e florestas que foram, e vêm, sendo devastadas pela ampliação do formato de monoculturas em grandes extensões de terras. De um modo geral o modelo extrativista, que está em consonância como o viés da sustentabilidade ambiental, deve ser considerado como uma forma responsável de extrair os recursos da natureza e transformá-los em produtos para atender o consumo humano. Tornando-se assim, uma prática sustentável sob a ótica da conservação e preservação ambiental, como também pode-se tornar uma fonte geradora de renda, o que também traz o olhar da sustentabilidade econômica.

Dentro da realidade do modelo rural brasileiro, o agroextrativismo, que é compreendido como o formato extrativista com finalidade de atender as demandas do mercado, é regulamentado pela Instrução Normativa Conjunta n. 17, de 28 de maio de 2009 do ministério da agricultura e ministério do meio ambiente (Brasil⁷, 2009). A referida instrução determina em seu artigo 2º

I - Agroextrativismo: combinação de atividades extrativas com técnicas de cultivo, criação e beneficiamento; é orientado para a diversificação, consórcio de espécies, imitação da estrutura e dos padrões do ambiente natural, e uso de técnicas geralmente desenvolvidas a partir dos saberes e práticas tradicionais, do conhecimento dos ecossistemas e das condições ecológicas regionais (Brasil⁷, 2009, art. 2º).

Sob a vinculação do modelo extrativista a prática da sustentabilidade ambiental, deve-se levar em conta que neste formato de produção os processos naturais do meio ambiente vão guiar a produção, principalmente a quantidade produzida. Ainda que, a ação racional de guiar a produção por meio da utilização de insumos artificiais e químicos, não faz parte deste modelo de produção.

Sob a ótica do desenvolvimento social, pode-se considerar que o modelo de produção extrativista precisa de políticas públicas específicas, nos moldes das políticas de acesso a crédito rural e isenção de impostos que beneficiam o modelo do agronegócio. Tais políticas, direcionadas para o modelo extrativista, devem ser formuladas visando o formato de distribuição, e não uma política que leva a concentração de renda e dos meios de produção.

[...] a atividade extrativista precisa ser mais bem apoiada, revista e integrada às ações públicas para um desenvolvimento sustentável, a fim de que, com a incorporação de avanços tecnológicos para infraestrutura (armazéns e maquinário de beneficiamento), processos e produtos (logísticos de distribuição, embalagens, rótulos), a produtividade possa ser alavancada. As inovações sociais e o atendimento a necessidades fundamentais de famílias extrativistas são prementes para a continuidade sociocultural mais qualificada em termos de acesso à educação, saúde e seguridade social por parte destas populações (Simoni, 2010, p. 50).

Com a tendência de aumento da população mundial para os próximos anos, e a orientação para copiar e seguir o padrão de consumo dos países considerados ricos e industrializados, tidos como países de primeiros mundos, compreende-se que haverá um aumento na demanda por alimentos para as próximas décadas. Com isso, nota-se que o modo de produção extrativista pode se tornar uma alternativa como um dos modelos de produção complementar de alimentos, aliado a conservação e preservação dos biomas da localidade (Oliveira; Silva; Makishi; 2019).

Sob a ótica da preservação e conservação dos recursos naturais, deve-se levar em conta que o alto padrão de vida e os hábitos de consumo das sociedades industrializadas, são considerados como causadores das mudanças climáticas que vem ocorrendo, sob um duplo olhar incentivador. O primeiro é que o alto padrão de consumo demanda novos produtos e serviços fabricados à custa da devastação e degradação ambiental, e o segundo está ligado ao

rápido formato de consumo dos produtos e serviços que causam poluição, com o aumento dos gases que provocam o efeito estufa e aquecimento global. Mostrando a insustentabilidade desse sistema. Buarque (2008, p. 60) chama atenção para:

O crescimento das atividades econômicas e da população, nos níveis e padrões de consumo atuais, tende a degradar e destruir o meio ambiente e os recursos naturais, levando no futuro, a um estrangulamento das possibilidades de desenvolvimento e a um comprometimento da qualidade de vida da população. Parte dos recursos naturais não é renovável e se esgota, em algum horizonte de tempo, com a exploração econômica, dependendo do ritmo de aproveitamento e dos estoques e reservas dos recursos. E mesmo os recursos renováveis, como as florestas e os recursos hídricos, parte dos quais explorados numa intensidade superior ao seu próprio ritmo de auto-reprodução, começam também a se esgotar, levando a uma desorganização do meio ambiente.

Indo na direção contrária ao modelo de produção hegemônico, o incentivo à ampliação do modelo de produção extrativista deve promover o despertar da consciência para necessidade de conservar os recursos naturais, dentro da sociedade. Dentro de uma análise do olhar da sustentabilidade, pode-se vincular o modelo de produção extrativista aos pilares do modelo de desenvolvimento sustentável, com as ações direcionadas a um formato de produção ecologicamente correta, socialmente justa e economicamente viável. Tais ações podem ser visualizadas através da conservação do ambiente rural com produção de alimentos prioritariamente do bioma local; distribuição de terra e trabalho para famílias dos extrativistas ligadas ao formato sustentável; e proporcionar um crescimento na renda com a comercialização do recurso extraído.

Nesta direção deve-se compreender o papel do Estado sob duas perspectivas. A primeira delas ligada ao incentivo para a ampliação do modo de produção extrativista por meio de políticas públicas, não só as políticas públicas conservadoras como o Pronaf, PAA, PNAE e a política ambiental, mas também por meio de políticas específicas com incentivo à produção extrativista juntamente com a conservação/preservação do meio ambiente. A segunda está ligada a organização da participação do modelo extrativista dentro da sociedade, principalmente como concorrente ao modelo do agronegócio, não somente na área comercial, como também dentro da área cultural e educacional.

Quando se observa a realidade brasileira, relacionando com a quantidade de biomas e ecossistemas existentes, enxerga-se o tamanho das possibilidades e diversidades existentes para a produção de alimentos por meio do modelo extrativista. Deve-se levar em conta, as peculiaridades que são próprias de cada bioma e localidade, tendo como um ponto de

diferenciação o clima da região. Neste sentido, o padrão extrativista do modelo da região amazônica é diferente do bioma caatinga, que é diferente do pampa gaúcho etc (Sousa, 2024).

De acordo com os dados do censo agropecuário de 2017, em nível nacional existem 467.340 estabelecimentos agropecuários que trabalham com o modelo de produção extrativista, sendo 72.289 estabelecimentos pertencentes ao segmento não familiar, e 394.051 estabelecimentos pertencentes ao segmento da agricultura familiar. Dentro do segmento familiar 302.233 estabelecimentos acessaram os recursos do PRONAF B; 90.135 estabelecimentos acessam recursos da linha de crédito do PRONAF V; e 1.683 estabelecimentos agropecuários não acessaram os recursos do PRONAF (IBGE, 2023).

A partir dos dados do censo agropecuário de 2017, nota-se que menos de 1% do total dos estabelecimentos agropecuários utilizam o modelo de produção extrativista, pertencentes ao segmento da agricultura familiar ou não. Com isso, deduz-se que com as regras atuais do modelo rural brasileiro o formato extrativista não é atrativo para convencer aqueles agricultores que praticam o formato convencional. “É evidente que se a “sustentabilidade” fosse claramente entendida como “um bom negócio”, esta discussão se veria esvaziada, pois o capital já teria migrado para esse fim” (Martins, 2009, p. 295).

Nesta direção, consegue-se entender que um formato de produção que venha a fazer frente ao modelo capitalista de produção, que dentro do espaço rural está ligado a visão do agronegócio, necessariamente tem que estar alicerçado dentro do padrão de sustentabilidade e de um modelo de desenvolvimento sustentável. Com foco na conservação ambiental, progresso social por meio da distribuição de renda, tendo o Estado como principal organizador do modelo.

Assim, pode-se compreender que modelos alternativos de produção, como o extrativismo, associativismo e o cooperativismo, para se constituírem como um modelo que venha a concorrer com o formato convencional de produção de alimentos, ligado a visão do agronegócio, necessita de uma ação estatal abrangente. Tais ações precisam estar alicerçadas em incentivos fiscais e no crédito rural subsidiado para poder atrair os agricultores. Com isso, nota-se que o caminho do aperfeiçoamento do modelo extrativista e associativista/cooperativista passa pelas mãos do Estado.

Na próxima subseção serão discutidas as informações referentes as políticas públicas direcionadas para o segmento da agricultura familiar, com foco no Pronaf, PAA e PNAE. Tomando como ponto de observação as diferenças existentes entre o formato de agricultura não

familiar, representante do setor do agronegócio e do grande produtor rural, e da agricultura familiar que engloba principalmente o pequeno produtor.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS DIRECIONADAS PARA O SEGMENTO FAMILIAR

Este capítulo busca evidenciar o papel do Estado brasileiro, por meio de políticas públicas específicas para o segmento da agricultura familiar, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, e a mudança no Programa Nacional de Alimentação Escolar, buscando garantir um mercado para escoamento da produção de alimentos do referido segmento. Como forma de tentar atenuar as diferenças existentes entre os segmentos do modelo rural brasileiro.

O modelo agrícola brasileiro com suas distorções socioeconômicas expressas no acesso aos recursos do crédito rural, na quantidade de estabelecimentos agropecuários e no formato de acesso às terras, tem boa parte das explicações relacionadas ao papel desempenhado pelo Estado. Neste sentido, toma-se como referência as políticas de compras institucionais como uma ação do Estado para tentar amenizar as distorções existentes entre os segmentos do modelo rural, com foco estímulo a produção de alimentos do segmento da agricultura familiar, e um mercado garantido para escoar sua produção. Visto que sob as regras usuais do mercado, a categoria do segmento familiar não dispõe de condições para concorrer de forma equilibrada, em oferta e distribuição dos alimentos, com os demais segmentos do modelo rural brasileiro.

Sob a atuação das políticas públicas Secchi (2011) mostra que estas podem ser utilizadas para corrigir distorções, principalmente sociais e econômicas, e diminuir as desigualdades. Souza (2018) enfatiza que as políticas públicas desempenham um papel importante dentro de um modelo de desenvolvimento praticado na cultura de uma nação.

Na observação do modelo rural brasileiro, o Estado utiliza mecanismos para poder promover o estímulo e o desenvolvimento de setores e segmentos, nas mais diversas regiões do país. Neste sentido, depreende-se que após o estímulo à produção do segmento familiar por meio do crédito do Pronaf, e sabendo da capacidade limitada da agricultura familiar de organização para concorrer com os demais segmentos na oferta de seus produtos nas regras do mercado, foi necessária a implementação de outras políticas, por meio de compras institucionais de órgão públicos, que pudessem atenuar tal situação e criar um mercado próprio para os produtos advindos da agricultura familiar.

Dentro da análise histórica, observa-se que a atuação do estado direcionada para a valorização e organização da agricultura familiar, iniciou-se a partir de meados da década de 1990, com a criação do Pronaf (Grisa & Schneider, 2015). Bem recente na comparação com a

estruturação dos incentivos direcionados ao grande produtor rural como Sistema Nacional do Crédito Rural (SNCR) criado em 1965 (Delgado, 2012). Com isso, consegue-se entender como o Estado brasileiro desenvolveu um arcabouço de políticas públicas como acesso ao crédito, compras institucionais e seguro agrícola, aliado às políticas sociais de renda mínima e segurança social, visando desenvolver uma estrutura mínima para o fortalecimento da agricultura familiar.

3.1 O Pronaf como parte do sistema de crédito brasileiro

Nesta seção será debatido, de forma breve, o papel do crédito rural como um dos pilares do modelo rural brasileiro. No qual é evidenciado a função do crédito rural como um dos principais instrumentos de conservação do modelo rural que beneficia o grande proprietário, além de buscar demonstrar a importância do Pronaf como um dos principais mecanismos de diminuir as distorções existentes entre os segmentos, e promover certo desenvolvimento e dinamismo dentro do modelo rural brasileiro.

As linhas voltadas ao crédito rural apresentam elevada importância para a estruturação, e conservação, do modelo de desenvolvimento agrícola observado dentro da realidade brasileira. Nesta direção, tomando como base o formato de produção de cada segmento estimulada pelo crédito rural, tem-se o entendimento que a produção do grande produtor, em sua maior, tem como finalidade atender o mercado internacional. O médio produtor rural, além de destinar parte de sua produção para exportações, também atende o mercado interno através das grandes redes de supermercado e as centrais de abastecimentos (CEASAS) de cada região. E o segmento da agricultura familiar, por questões relacionadas à organização e tamanho da produção de cada agricultor, tem sua produção destinada prioritariamente para atender feiras e os mercados locais.

A partir das teses de Delgado (2012), consegue-se entender como evoluiu o modelo do crédito rural brasileiro, sendo moldado a partir do Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR, proporcionando aos grandes proprietários a aquisição de terras e máquinas para o período do plantio, irrigação e colheita, além dos insumos agrícolas necessários para garantir uma grande produção. Deve-se enfatizar que até meados da década de 1990 o segmento da agricultura familiar não tinha linha de crédito específica, e mesmo após a criação de linha específica a sua atuação foi direcionada para a produção sem a aquisição de terras, o que dificulta o acesso ao principal meio de produção, limitando a agricultura familiar dentro do

modelo e relacionando-a com agricultura de pequena produção ou subsistência, ou estimulando a produção de commodities.

É preciso considerar que a maior parte do volume de recursos do crédito rural neste período, foi direcionada para as grandes monoculturas cultivadas nos grandes latifúndios. Delgado (2012) e Delgado & Leite (2022) informam que um dos principais instrumentos de apoio à produção do agronegócio são as políticas de crédito rural, que direcionam recursos públicos subsidiados para determinadas atividades, em especial para culturas como soja, café, cana-de-açúcar e milho (que chegam a concentrar 80% dos recursos de todo o Sistema Nacional de Crédito Rural para lavouras).

Na mesma linha da análise anterior, quando são analisados os volumes de recursos e quantidade de contratos de crédito rural acessados por segmento, observa-se que o modelo agrícola brasileiro vai ganhando forma e se acentuando no formato estrutural das desigualdades.

Na tabela 03 consta a quantidade de contratos do crédito rural em nível nacional, acessada pelos segmentos do Agronegócio (Sem Vínculo a Programa Específico), Médio Produtor Rural e Agricultura Familiar no ano de 2023.

Tabela 03 – Quantidade de contratos e valores do Crédito Rural brasileiro no ano de 2023, em nível nacional, para o segmento do agronegócio (sem vínculo a programa específico), médio produtor rural (Pronamp) e para Agricultura Familiar (Pronaf).

	Segmento	Quantidade de contratos	Valores do crédito rural R\$
01	Agronegócio (Sem vínculo a programa específico)	314.415	264.878.668.999,25
02	Médio Produtor Rural (Pronamp)	197.281	51.186.031.420,96
03	Agricultura Familiar (Pronaf)	1.564.524	54.753.603.464,53

Fonte: Elaboração própria do autor a partir de dados do Banco Central do Brasil (2024)

Com relação à quantidade de contratos efetuados em nível nacional, a partir das informações contidas na Tabela 03, observa-se que o segmento da agricultura familiar, representado pelo Pronaf em 2023, acessa uma quantidade de contratos de 1.564.524, enquanto a agricultura não familiar (agronegócio e médio produtor rural) um total de 511.686 contratos

(BACEN, 2024). Ou seja, pela análise da quantidade de contratos, o segmento da agricultura familiar tem acesso a uma quantidade superior em 200% à soma dos demais segmentos.

Ainda de acordo com os dados apresentados na Tabela 03, na análise do volume de recursos do crédito rural do mesmo período por segmento, nota-se que o volume de recurso destinado ao segmento da agricultura não familiar (agronegócio e médio produtor rural) é superior em aproximadamente 577%, ao da agricultura familiar, que tem uma quantidade de contrato superior em 185%.

A partir de uma análise comparativa dos dados da Tabela 03, pode-se compreender como o crédito rural brasileiro, um dos principais pilares do modelo rural, provoca distorções dentro do formato rural e sendo utilizado como mecanismo para conservar a estrutura produtiva. Por outro lado, pode-se analisar as possibilidades de desenvolvimento, local, regional e nacional, se houvesse um aumento do volume de recursos e quantidade de contratos para o segmento da agricultura familiar, compreendendo a possibilidade deste direcionamento no contexto de um sistema voltado para um modelo de produção sustentável.

Na relação entre a quantidade de contratos do crédito rural por segmento, e a quantidade de estabelecimentos agropecuários informados na tabela 02, se observa que, os contratos correspondem a 40% do número total de estabelecimentos agropecuários do segmento familiar. Já no segmento da agricultura não familiar, o número de contratos corresponde a 43% dos estabelecimentos agropecuários nesta categoria. É importante salientar que, com relação ao Pronaf, dentro do mesmo estabelecimento agropecuário a mesma família pode acessar linhas de créditos diferentes, podendo contemplar jovens, mulheres e o próprio agricultor familiar.

O Pronaf³ foi criado a partir do Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996 (BRASIL₂, 2023) e passou a ser um importante recurso de crédito que poderia ser acessado pela agricultura familiar. Na análise histórica dentro da estrutura agrícola e agrária brasileira, até aquele momento, não se observavam políticas específicas direcionadas para o segmento familiar⁴ (Peraci & Bittencourt, 2010; FAO, 2016).

De acordo com o Decreto nº 3.991 de 30 de outubro de 2001, em seu Artigo 1º o Pronaf tem por finalidade promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, por intermédio de

³ O Pronaf tem como precursor o PROVAPE – Programa de Valorização da Pequena Produção Rural, criado pela resolução do Banco Central nº 2101/1994, que teve uma atuação reduzida, sobretudo por conta da grande burocracia e exigências colocadas pelas instituições financeiras (BRASIL₃, 2023).

⁴ O referido segmento pode receber várias denominações: camponês, colono, pequeno agricultor, meeiro, agricultor sem-terra, lavrador.

ações destinadas a implementar o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a elevação da renda, visando a melhoria da qualidade de vida e o exercício da cidadania dos agricultores familiares. Já o Art. 3º mostra que o Pronaf tem por finalidade apoiar as atividades agrícolas e não agrícolas desenvolvidas por agricultores familiares no estabelecimento ou aglomerado rural urbano próximo (BRASIL⁴, 2023).

No caso brasileiro, o lugar institucional do principal programa de desenvolvimento rural – o Pronaf – sempre esteve vinculado às rubricas orçamentárias e aos fluxos da hierarquia administrativa federal relativos aos programas de combate à pobreza. Com isso, o Pronaf nunca foi alçado à categoria de política permanente, nem dispõe de uma maior articulação com outras políticas estruturais do governo federal (Favareto, 2007, p. 156).

Para fins de ilustração sobre como vem ocorrendo o acesso aos recursos do Pronaf, na Tabela 03 são apresentados os valores acessados em nível nacional, para o Nordeste, o estado de Alagoas, entre os anos de 2013 e 2023.

Tabela 04 – Valores acessados via Pronaf entre os anos de 2013 e 2023 (em bilhões de R\$)⁵ – no Brasil, Nordeste, Alagoas.

Ano	Brasil	Nordeste	Alagoas
2013	19.947.800.807,38	2.957.515.881,45	183.903.744,01
2014	24.684.009.187,77	3.414.788.504,71	216.396.393,83
2015	21.746.703.452,59	3.051.223.839,33	197.701.411,72
2016	16.621.381.694,14	1.823.525.620,71	121.782.186,08
2017	22.551.691.551,43	3.301.441.790,14	228.621.457,86
2018	24.570.194.674,62	3.738.549.564,53	256.416.784,53
2019	25.935.871.623,06	3.780.833.972,50	229.191.680,25
2020	31.153.227.726,41	4.372.085.107,52	264.623.669,50
2021	39.592.043.692,98	5.079.283.292,97	302.515.883,63
2022	49.737.110.917,39	6.134.306.920,30	374.881.696,46
2023	54.753.603.464,53	8.618.458.200,65	532.655.982,38

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Banco Central do Brasil (2024), Datax.net.br (2024). * os dados dos municípios não estavam disponibilizados até a data da construção da tabela.

Quando se faz a análise utilizando como base os dados da Tabela 03, infere-se que o Pronaf pode se tornar um instrumento de desenvolvimento do segmento familiar dentro do modelo rural brasileiro, principalmente quando se analisa a quantidade de estabelecimentos

⁵ Os dados da tabela 03 estão apresentados em valores nominais.

rurais que podem acessar os recursos do crédito rural. Mas, também, o Pronaf pode ser um mecanismo limitador dentro do modelo de desenvolvimento rural, sob a ótica orçamentária, quando se observa o volume de recursos que é destinado para ele e em comparação com a quantidade de recursos que é acessado pelo segmento da agricultura não familiar.

Para Carvalho (2015, p. 132)

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é o programa que financia projetos (individuais ou coletivos) que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. As condições de acesso ao Pronaf, incluindo as formas de pagamento, foram elaboradas para serem de fácil acesso, inclusive aos agricultores mais necessitados. Por isso, apresenta as taxas de juros mais baixas para os financiamentos rurais.

O Pronaf constitui um importante instrumento para estimular a produção no segmento da agricultura familiar. Por se tratar de um crédito produtivo, que se encontra na base da atividade primária, inferem-se as possibilidades de estimular, e dinamizar, a economia local com o fomento de cadeias produtivas direcionadas para o segmento familiar. Visto que o referido segmento é composto por uma grande quantidade de atores da zona rural, com características bem diferentes, como: quilombolas, ribeirinhos, agricultores sem terras, meeiros, indígenas, pequenos agricultores e povos tradicionais, o Pronaf tem um grande desafio em promover o desenvolvimento dentro do modelo rural, principalmente pelo tamanho da agricultura familiar, diante desta diversidade. Observando que dentro das linhas de crédito existentes no Pronaf existe a linha voltada para a agroecologia que pode atender esta diversidade de atores.

Com isso, pode-se observar o tamanho que o Pronaf pode ocupar dentro do modelo rural brasileiro, a partir do aumento no volume de recurso que venha acontecer e esteja disponível para atender as demandas advindas da agricultura familiar. Compreendendo que além de estimular a produção do segmento familiar, tal produção costuma ser escoada em circuitos curtos como as feiras livres de cada localidade. No qual o aumento da oferta de produtos deve beneficiar todas as camadas da população, podendo ser um mecanismo de combate a desnutrição alimentar com a diversidade de produtos.

Na próxima seção será apresentada as ações do Estado brasileiro através das políticas públicas de compras institucionais, com foco principalmente na atuação do PAA e no PNAE.

3.2 Políticas de compras institucionais: o PAA e o PNAE

As políticas públicas direcionadas para a aquisição dos produtos advindos do segmento da agricultura familiar representa um grande avanço, quando se observa o processo histórico de construção do modelo rural brasileiro. Grisa & Schneider (2015) mostram um conjunto de ações desenvolvidas pelo Estado brasileiro para estruturar o segmento da agricultura familiar, criando um arcabouço de políticas, em diversas áreas, que pudessem servir de base. Destaca-se o mercado de compras institucionais, através do PAA e do PNAE, que desempenha um papel diferencial na garantia do escoamento dos produtos e recebimento de melhores preços pela produção, contribuindo para reduzir a especulação de preços que ocorre no período da colheita com o segmento da agricultura familiar.

Mesmo sendo uma ação que representou um avanço dentro do modelo rural brasileiro, é importante enfatizar que tanto o PAA quanto o PNAE têm instrumentos que limitam a sua atuação. O PAA (modalidade doação da CONAB), conforme demonstrado na Tabela 05, tem como principal condicionante o seu orçamento que depende exclusivamente das decisões anuais do governo federal. Já o PNAE tem duas ações que limitam a sua atuação mesmo que o seu orçamento tenha aprovação garantida pela verba federal. A primeira é o número de alunos que limita o valor do repasse dos recursos, e o segundo é o percentual mínimo de 30% que deve ser destinado para os produtos da agricultura familiar.

Silva & Nunes (2024), a partir de uma pesquisa realizada entre os anos de 2013 e 2019, apontam a importância do PAA, enquanto política pública para a região do Nordeste. A análise também conseguiu identificar que o PAA tem contribuído para estruturação do segmento da agricultura familiar, na qual sua produção consegue atender grupos da sociedade em situação de vulnerabilidade social.

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA deve ser considerado o primeiro formato de política destinada para compras dos produtos da agricultura familiar, com alcance nacional. A política foi organizada a partir do art. 19 da Lei nº 10.696 de 02 de julho de 2003, com a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos (Brasil, 2023).

A “novidade” trazida pelo Programa e que despertou grande interesse consiste justamente em articular, em uma mesma política pública, o apoio à comercialização da agricultura familiar com ações de segurança alimentar e nutricional. Em termos

gerais, o PAA compra alimentos e sementes da agricultura familiar e doa para equipamentos públicos de alimentação e nutrição, entidades da rede socioassistencial, famílias em situação de vulnerabilidade social, e destina para a formação de estoques estratégicos (Grisa & Porto 2015, p. 156).

Neste sentido, pode-se compreender que a partir do ano de 2003, com a criação do PAA, foi iniciado o formato de compras institucionais direcionadas as aquisições de produtos de grupos específicos da agricultura familiar. Tendo também o intuito de garantir a segurança alimentar de pessoas vulneráveis por meio de entidades socioassistenciais.

Em 2003 teve início o PAA e com ele várias mudanças na perspectiva dos mercados institucionais. Trata-se do primeiro programa de compras públicas com uma orientação exclusiva para a agricultura familiar, articulando-a explicitamente com a segurança alimentar e nutricional. O Programa é destinado à aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), incluídas aqui as categorias de assentados da reforma agrária, trabalhadores rurais sem-terra, acampados, quilombolas, agroextrativistas, famílias atingidas por barragens e comunidades indígenas. Recentemente, o PAA também deu início a um processo de estímulos institucionais para promover e incrementar a participação de mulheres e de agricultores familiares em maior vulnerabilidade social (beneficiários do Programa Bolsa Família) (Grisa & Schneider, 2015, p. 163).

Simoni (2010) enfatiza a ação do Estado, através do PAA para a estruturação das categorias que compõe o segmento da agricultura, e a diversidade dos estilos de produção de cada categoria, com a possibilidade de garantia das compras de cada grupo.

As ações da CONAB, via PAA, têm sido fundamentais para a garantia de compra da produção do pequeno agricultor ou extrativista. No que é considerada uma das principais ações estruturais do Programa Fome Zero enquanto mecanismo complementar ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) por meio do PAA, o governo assegura, no período de plantio da safra, a aquisição dos produtos da agricultura familiar e do extrativismo a preços compatíveis com a expectativa dos mercados regionais para a época de colheita (Simoni, 2010, p.51).

Com relação ao PAA, modalidade doações da CONAB, a Tabela 05 apresenta informações relacionadas à quantidade de contratos e os valores gastos em compras no Brasil e no estado de Alagoas, com referência ao período que inclui os anos de 2010 a 2023.

Tabela 05 – Número de contratos e valores⁶ direcionados ao PAA no período de 2010 a 2023 – no Brasil, Alagoas.

ANO	Brasil		Alagoas	
	Quantidade de compras	Valor (R\$)	Quantidade de compras	Valor (R\$)
2010	1848	268.632.691,06	33	4.383.391,60
2011	2206	361.956.818,70	54	7.892.498,39
2012	2219	386.093.480,60	63	9.390.689,88
2013	828	178.676.296,62	54	8.218.440,92
2014	1063	285.683.595,08	76	17.206.982,75
2015	872	241.079.416,96	69	19.972.455,24
2016	816	181.835.067,18	68	13.862.386,22
2017	798	96.848.724,81	70	6.487.800,36
2018	515	55.775.238,46	35	3.560.520,07
2019	328	31.789.672,56	15	1.467.813,78
2020	1.721	217.733.867,94	137	14.428.584,31
2021	153	18.674.694,88	04	309.978,05
2022	455	64.021.973,07	45	6.616.000,72
2023	1.570	433.891.033,52	81	20.329.028,15

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do CONAB (2023). Dados obtidos até a data 02/05/2024.

A partir dos dados da Tabela 05, é possível fazer a análise da importância desta política para a cadeia produtiva da agricultura familiar. Observa-se que em nível nacional a maior atuação do Programa foi no ano de 2012, tanto em volume de recursos como na quantidade de compras. Contudo, observa-se que a partir do ano de 2016 o programa começa a reduzir substancialmente o orçamento, com um forte abatimento no volume de compras até o ano de 2022. Sendo que essa redução só foi interrompida no ano de 2020, muito provavelmente por conta da pandemia mundial provocada pela pandemia de Covid-19.

Como o PAA tem seu orçamento vinculado às verbas federais, infere-se que a redução no volume de recursos percebido a partir do ano de 2016, se deve à mudança política do governo federal, que tinha uma visão ideológica diferente da atuação do Estado como ator ativo na

⁶ Os valores apresentados na tabela correspondem aos valores nominais.

redução das desigualdades sociais e econômicas, como determina a CF 1988. Assim, pode-se deduzir o impacto negativo na cadeia produtiva da agricultura familiar, sobretudo na geração de trabalho e renda, a partir da limitação da atuação do PAA.

No mesmo sentido, nota-se que a atuação do PAA no estado de Alagoas, guardadas as devidas proporções, teve comportamento semelhante ao nacional. A diferença pode ser observada em 2015 quando o programa injetou um valor maior de recursos no território alagoano. Já sob a perspectiva da quantidade de contratos o ano que se destaca é 2020, período da pandemia.

O PNAE constitui uma importante política para alimentação de alunos de escolas públicas em um país com o índice de pobreza como o Brasil, no qual há municípios em que só existem escolas públicas. Neste sentido, consegue-se compreender a relevância do PNAE na alimentação dos alunos, em pequenos municípios com alto índice de pobreza.

O PNAE ganha maior importância, dentro do modelo rural brasileiro, com a vinculação da aquisição de produtos da agricultura familiar. Dentro do processo histórico a alimentação escolar ofertada nas escolas públicas, tem uma atuação conhecida desde a década de 1950, recebendo destaque a partir de 1976 com o II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição – PRONAN (USP, 2022).

Foi a partir de 2009, através da Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009, que o PNAE passou a prever a destinação de no mínimo 30% do volume de recursos para a compra de produtos da agricultura familiar (BRASIL², 2009). Observando que, enquanto política pública, essa mudança representou um grande avanço para a cadeia produtiva da agricultura familiar em todo país, pois abrange todos os municípios, o que pode estimular a produção local.

Deve-se compreender o PNAE, e suas possibilidades junto ao incentivo da produção do segmento familiar, sobre a ótica do custo aluno repassado pelo Ministério da Educação. Pois, quanto maior a quantidade de alunos da rede pública um município tiver, maior será a sua possibilidade de incentivar a produção da agricultura familiar em nível local, principalmente se o poder público local ultrapassar o mínimo dos 30% de aquisição destes produtores, conforme exigência legal.

Os dados apresentados na Tabela 06 explicitam o valor total que foi designado para o PNAE, e o quanto foi gasto com os produtos da Agricultura Familiar no Brasil, e no estado de Alagoas, nos anos de 2011 a 2019⁷.

Tabela 06 – Valor⁸ Total investido pelo PNAE e valor destinado aos 30% da Agricultura Familiar, no período de 2011 a 2022 – Brasil, estado de Alagoas.

ANO	Brasil		Alagoas	
	100% do Valor do PNAE (R\$)	30% da A.F. (R\$)	100% do Valor do PNAE (R\$)	30% da A.F. (R\$)
2011	2.990.297.175,20	234.670.508,55	54.207.132,00	2.471.490,71
2012	3.218.920.826,00	366.611.838,48	41.830.372,00	3.165.585,21
2013	3.539.356.603,40	637.722.661,32	62.863.848,00	5.731.649,85
2014	3.329.109.837,20	719.384.367,45	58.391.054,80	8.817.913,49
2015	3.762.308.428,56	858.570.675,64	66.053.594,40	11.070.383,80
2016	3.882.673.284,31	858.777.139,55	66.092.271,08	13.701.902,41
2017	3.918.241.887,80	846.788.086,68	69.470.919,15	12.811.684,64
2018	3.488.231.294,93	1.236.420.777,69	73.113.350,65	24.753.990,06
2019	3.950.473.554,00	1.475.089.156,00	74.500.817,32	25.116.485,60
2020	4.285.112.523,06	715.367.188,33	79.533.872,49	8.002.449,55
2021	4.162.973.082,40	788.243.881,38	76.633.611,80	8.793.598,53
2022	3.552.946.332,88	1.602.423.611,37	52.687.527,00	25.481.415,89

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do FNDE (BRASIL¹, 2023). Dados obtidos até a data 24/05/2024.

Analisando os dados da Tabela 06, nota-se que em nível nacional, como no estado de Alagoas, o percentual dos 30% do volume de recursos do PNAE, só foi atingido nos anos de 2018, 2019 e 2022. Entre os anos de 2011 e 2017 houve crescimento nos valores do PNAE destinados para a compra de alimentos da agricultura familiar, apesar de não atingir o mínimo exigido por lei. Observando que o PNAE, por ser uma política que está ligada a alimentação das escolas públicas, pode estimular a diversificação da produção dentro da agricultura familiar, principalmente por ser uma política que tem uma atuação de dez meses dentro do ano civil.

⁷ Cabe destacar que, até a finalização deste trabalho, não foram disponibilizadas as informações sobre o PNAE posteriores a 2022.

⁸ Os valores apresentados na tabela correspondem aos valores nominais.

Com isso, nota-se que esta política pode promover certo dinamismo produtivo e econômico dentro do setor rural local de cada município.

Ao aprofundar a análise, constatou-se que o PNAE reflete, atualmente, uma das principais distorções do modelo de desenvolvimento rural brasileiro. Pois, quando se compara o percentual mínimo de 30% exigido por lei, com os dados da Tabela 01, observa-se que a política traz consigo uma prática conservadora, continuando a favorecer o grande produtor rural com a maior parte dos recursos do PNAE. Visto que o segmento da agricultura não familiar só tem 23% dos estabelecimentos agropecuários e acessa uma quantidade de terras equivalente a 77% do total. Nesta direção, observando que a lei que destinou parte dos recursos do PNAE para a agricultura familiar, poder-se-ia ter como um dos parâmetros para a distribuição dos recursos do PNAE o número de estabelecimentos agropecuários, principalmente onde o segmento da agricultura familiar conseguir fornecer a quantidade demandada de alimentos do PNAE.

Com isso, compreende-se que a atuação do Estado por meio de políticas públicas específicas, como é o caso do PAA e do PNAE, tornou-se essencial para o fortalecimento do segmento da agricultura familiar. No entanto, observa-se a necessidade de ampliar a atuação do Estado, por meio das referidas políticas com um desempenho maior no território nacional e local, ou o surgimento de novas políticas que possa tentar atender as demandas da diversidade de produtos da cadeia produtiva da agricultura familiar.

No próximo capítulo serão expostas as principais características do universo da pesquisa. No qual será mostrado os principais instrumentos metodológicos utilizados para na realização da pesquisa.

4 TRILHA METODOLÓGICA UTILIZADA DURANTE A REALIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa tem como característica principal realizar um estudo de caso da Associação Aroeira, uma associação rural localizada no município de Piaçabuçu-AL, tendo como um dos objetivos principais traçar um panorama da dinâmica encontrada na referida associação, juntamente com o modelo produtivo praticado, o extrativismo, e o acesso às políticas públicas existentes. Yin (2001) contribui para explicar a preferência pelo estudo de caso em comparação com os outros tipos de pesquisa, trazendo de forma clara seus principais benefícios.

Em geral, os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo "como" e "por que", quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real (Yin, 2001, p. 19).

Gil (2008) enfatiza que o estudo de caso vem sendo utilizado com frequência cada vez maior pelos pesquisadores sociais, visto servir a pesquisas com diferentes propósitos. Com o objetivo de: a) explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos; b) descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação; e c) explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos.

A partir das análises propostas por Gil (2008) e alguns pontos principais evidenciados por Yin (2001), no estudo de caso surge o desejo de compreender fenômenos sociais complexos. Durante a realização desta pesquisa buscou-se trazer pontos da dinâmica encontrada nas práticas da Associação Aroeira, e mostrar como as ações foram realizadas, as principais transformações, e por que elas foram necessárias. Tendo como foco principal os benefícios socioeconômicos e ambientais para as famílias dos extrativistas e o município de Piaçabuçu-AL.

A pesquisa apresentou uma abordagem qualitativa, na qual

O cientista objetiva aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estuda – ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente ou contexto social –, interpretando-os segundo a perspectiva dos próprios sujeitos que participam da situação, sem se preocupar com representatividade numérica,

generalizações estatísticas e relações lineares de causa e efeito. Assim sendo, temos os seguintes elementos fundamentais em um processo de investigação: 1) a interação entre o objeto de estudo e pesquisador; 2) o registro de dados ou informações coletadas; 3) a interpretação/ explicação do pesquisador (Guerra, 2014, p. 11).

Na busca da fundamentação de seus objetivos, a pesquisa foi realizada em duas etapas: na primeira foi elaborado o referencial teórico, que juntamente com um amplo levantamento de dados secundários, serviram de base e evidenciou os objetivos da pesquisa, e na segunda etapa uma pesquisa de campo para o levantamento de dados primários junto à Associação Aroeira e o poder público municipal.

Na primeira etapa foi realizada pesquisa bibliográfica e revisão de literatura, sobre os temas norteadores da: Extrativismo; Associativismo / Cooperativismo; Agricultura Familiar, Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável/Sustentabilidade, assim como as relações existentes entre estas temáticas.

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço (Gil, 2008, p. 50).

Sobre a pesquisa bibliográfica e revisão da literatura, tentou-se construir uma análise, por meio de um referencial teórico, que possibilite fazer a estruturação acadêmica da dinâmica socioprodutiva e ambiental encontrada a partir da prática da Associação Aroeira. Na construção do referencial teórico, apresentam-se alguns conceitos e autores (as) que nortearam a pesquisa e a análise foram:

- Associativismo, cooperativismo e organização social: Ammann (1977); Singer (2002);
- Políticas públicas: Grisa & Schneider (2015); Secchi (2011); Souza (2018);
- Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar: Delgado (2012) Kageyama (2008), Medeiros (2021);
- Extrativismo e Sustentabilidade: Simoni (2010); Leff (2001).

Nesta etapa ainda foi realizado um levantamento de dados do município indicado no objeto de estudo e do estado de Alagoas, na busca do entendimento do contexto em que está

inserido o objeto de estudo. As buscas aconteceram em base oficiais de instituições públicas como: IBGE; Censo Agropecuário (2017); Banco Central do Brasil; Portal da Transparência; Ministério da Cidadania; Alagoas em Dados etc.

Na segunda etapa, o caso escolhido foi estudado por meio de uma pesquisa de campo. Segundo Marconi e Lakatos (2010, p. 169) ela é utilizada com o objetivo de obter informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, uma hipótese que se queira comprovar, ou ainda de descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. Gonsalves (2007, p. 68) afirma que a pesquisa de campo é aquela que exige do pesquisador um encontro mais direto com o objeto/sujeito de estudo. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre – ou ocorreu – e reunir um conjunto de informações a serem documentadas.

Os estudos de campo apresentam muitas semelhanças com os levantamentos. Distinguem-se destes, porém, em relação principalmente a dois aspectos. Primeiramente, os levantamentos procuram ser representativos de um universo definido e fornecer resultados caracterizados pela precisão estatística. Já os estudos de campo procuram muito mais o aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis. Como consequência, o planejamento do estudo de campo apresenta muito maior flexibilidade, podendo ocorrer mesmo que seus objetivos sejam reformulados ao longo do processo de pesquisa (Gil, 2008, p. 57).

O levantamento de dados primários foi realizado com a direção da associação e representantes da secretaria municipal de agricultura. Na coleta das informações foi utilizado como instrumento para a entrevista um roteiro semiestruturado. Também foram efetuados registros das entrevistas por meio de gravação e relato de fotos das áreas de produção, processamento e mercados.

Pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação (Gil, 2008, p. 109).

As entrevistas e os roteiros semiestruturados foram direcionados para a Direção da Associação Aroeira, o presidente ou representante indicado por ela; 01 representante do poder público local da secretaria de agricultura, o secretário ou algum técnico indicado por ele. As entrevistas com a direção da Associação Aroeira tiveram um recorte temporal transversal, que

permitiu fazer uma análise do atual momento, mas também, com questões que abordaram as mudanças ocorridas na vida dos agricultores familiares associados após o surgimento da Associação Aroeira.

Os roteiros semiestruturados foram utilizados como forma de guiar as entrevistas, tendo como objetivo avaliar o processo histórico da Associação Aroeira, a lógica produtiva da Associação Aroeira e enfatizando o imperativo da conservação ambiental. De forma geral a aplicação dos questionários proporcionou coletar informações sobre:

- O histórico de criação da Associação Aroeira, quais os produtos ofertados e o formato das operações de produção; capacitação para os associados; participação e formas de entrada na associação; local de extração da pimenta rosa e a relação com meio ambiente;
- Comercialização dos produtos ofertados pela associação: mercado nacional, e participação em mercados institucionais;
- Poder público municipal/secretaria de agricultura: quais os serviços ofertados pela gestão pública para a Associação Aroeira e os agricultores familiares associados; difusão do modelo encontrado na Associação Aroeira para outras associações da localidade e utilização de outros recursos naturais local;

Os dados levantados no decorrer da pesquisa foram tratados de forma complementar na busca de ratificar os objetivos da pesquisa. Os dados secundários, derivados principalmente das políticas públicas pesquisadas, foram tratados com estatística descritiva. Já os dados primários, coletados por meio das entrevistas, foram analisados de uma forma mais ampla buscando fazer uma ligação com o referencial teórico e bibliográfico apresentado como também com os dados secundários, no intuito de descobrir vínculos entre as categorias e os conceitos para cumprir os objetivos da pesquisa.

Nesta pesquisa, para a interpretação dos dados obtidos na pesquisa de campo foram utilizadas as ações indicadas por Bardin (2016, p. 134), em que os dados coletados passaram por uma análise qualitativa com base nos seguintes critérios: 1) leitura e releitura dos documentos e transcrição dos áudios gravados para fins de interpretação; 2) Reconhecimento e delimitação do campo temático e foco no objeto do estudo; 3) síntese, inferência, e interpretação dos resultados com fins e vinculação do objeto da pesquisa.

O analista, tendo a sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas (Bardin, 2016, p. 133).

No decorrer da pesquisa de campo, durante a visita a Associação Aroeira, realizou-se uma pesquisa documental com análise das atas e com acesso aos documentos pertencentes à Associação Aroeira. Tal análise proporcionou verificar como foram tratadas as informações que foram objeto da pesquisa, tais como: fundação da Associação Aroeira, projeto Aroeira, políticas públicas, projeto bosque berçário e a criação da cooperativa.

Essa pesquisa foi pautada pelos princípios éticos que regem as regras acadêmicas. Durante a sua realização utilizou o Termo Circunstanciado Livre e Esclarecido – TCLE, como principal instrumento na abordagem aos representantes das instituições que colaboraram no fornecimento das informações. As informações coletadas ficaram na guarda do pesquisador por um prazo mínimo de cinco anos, podendo ser consultados para publicações futuras.

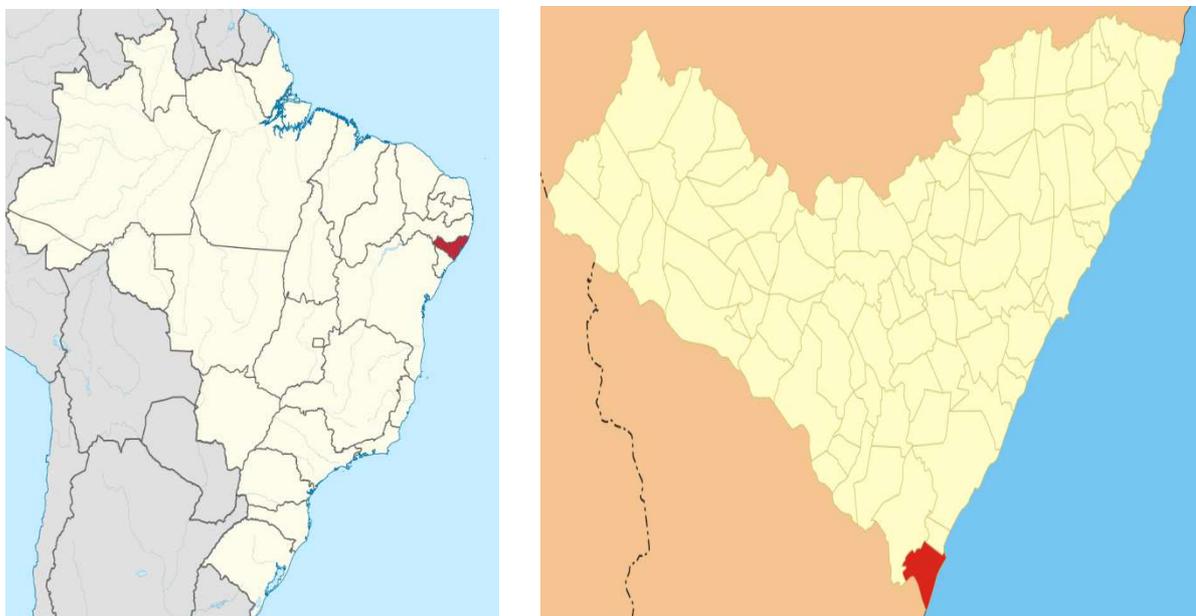
Desta forma, com a realização desta pesquisa, tenta-se compreender a dinâmica socioeconômica ambiental encontrada na Associação Aroeira e sua influência na melhoria da qualidade de vida dos agricultores associados, além da construção de um modelo de produtivo que tem como base a relação homem/natureza na perspectiva de sustentabilidade.

5 A ABORDAGEM TERRITORIAL DA PESQUISA

O município no qual foi realizada a pesquisa apresenta características marcantes que conseguem denotar a importância das ações e práticas da Associação Aroeira para a localidade. Dentre essas, destaca-se a relação socioambiental, com a conservação/preservação do bioma local, amparada por duas Áreas de Proteção Ambiental (APA) existentes dentro do município; a relação socioeconômica expressa na vulnerabilidade econômica dos índices de pobreza existente na localidade.

O nome Piaçabuçu deriva das palavras indígenas do Tupi: “piaçava” (palmeira) e “guassu”, grande, recebendo essa homenagem pela elevada quantidade de árvores que existiam em seu território. Seus moradores são conhecidos como piaçabuçuense. Em maio de 1882 Piaçabuçu foi elevado à categoria de Vila, desmembrando-se do município de Penedo (IBGE, 2023).

Figura 01 – Localização do Município de Piaçabuçu no Estado de Alagoas e Brasil.



Fonte: Adaptado do Wikipedia (2021)

O município está situado ao Sul do estado de Alagoas, região litorânea, divisa com o estado de Sergipe, com uma distância de aproximadamente 135 km de Maceió, capital do estado. Possui uma extensão territorial de 243,686 km², pertencente à região imediata de Penedo e a região intermediária de Maceió-AL.

A população do município, tomando como base os dados do censo 2022 15.908 habitantes, e a quantidade de domicílios particulares permanentes ocupados eram de 5.247 (IBGE, 2024). Na Figura 01 é possível ver a localização do município de Piaçabuçu no estado de Alagoas e no mapa do Brasil.

Dentro da ótica produtiva, um fator que contribui para este setor é a localização do município, influenciando diretamente o setor turístico e atividade pesqueira. Está localizado na foz do rio São Francisco e conta com uma parte do seu território banhado pelas águas do Oceano Atlântico. O setor turístico é alavancado principalmente pela praia do Pontal do Peba, com aproximadamente 23 km de extensão, proporcionando visitas às dunas e passeios de bugues, e de barcos até a foz do rio. Já a atividade pesqueira é impulsionada pela população ribeirinha que vive na região.

Ainda com base nos dados do IBGE, utilizando como referência o ano de 2022, Piaçabuçu apresentava um total de 1.233 pessoas ocupadas com emprego formal, com média mensal de 1,6 salários-mínimos. Sendo que este quantitativo de pessoas trabalhando formalmente representa um pequeno percentual total da população do município (IBGE, 2024). Demonstrando assim, uma alta taxa de informalidade existente no município, podendo ser entendido como um dos fatores para os baixos índices socioeconômicos existentes. Esta situação vem corroborar para a importância da Associação Aroeira, objeto de estudo desta tese, frente à realidade do município.

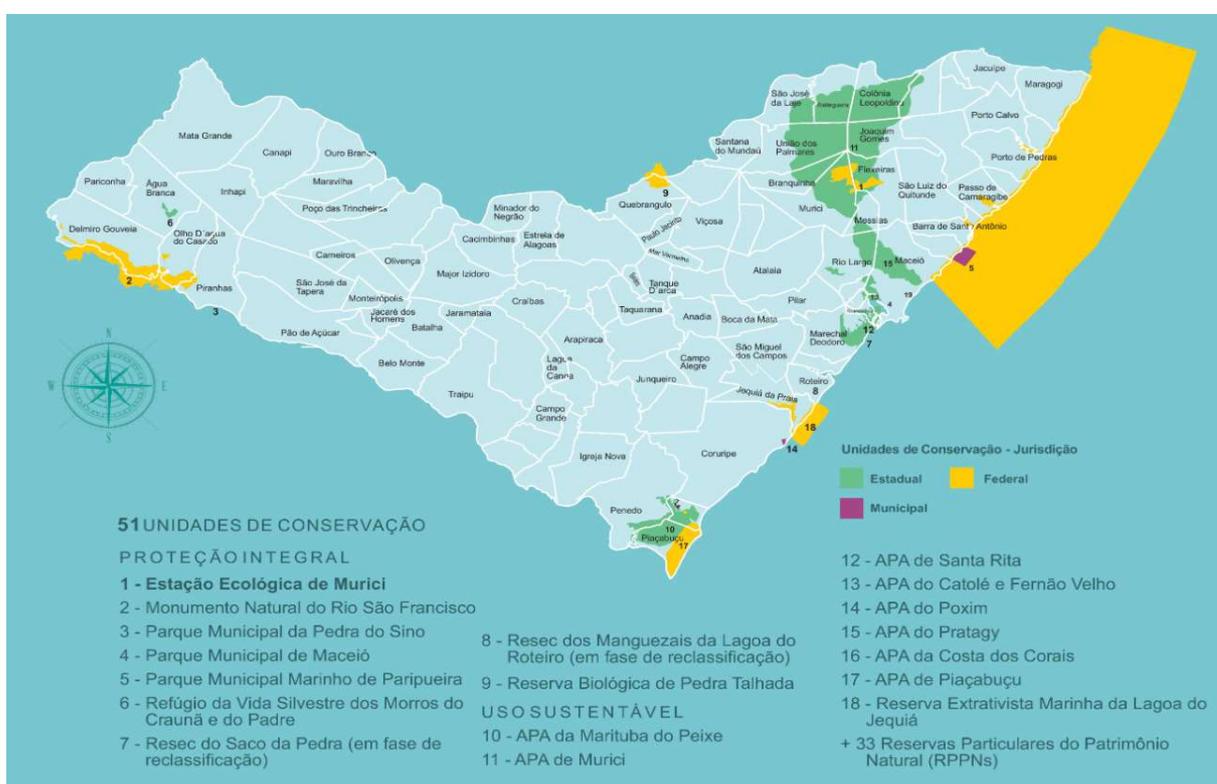
Sobre o espaço rural, de acordo com as informações contidas na Tabela 01, o município de Piaçabuçu possui 206 estabelecimentos agropecuários, sendo que 133 (65%) são pertencentes ao segmento da agricultura familiar e 73 estabelecimentos agropecuários (35%), pertencem ao segmento da agricultura não familiar. A agricultura familiar ocupa um espaço equivalente a 1.127 Hectares, correspondente a 26% da área produtiva, enquanto a agricultura não familiar ocupa 3.304 hectares equivalente a 74% da área produtiva total (IBGE, 2023).

Com relação à produção agrícola do município de Piaçabuçu, como cultura permanente se destaca o coco da baía com 140 estabelecimentos agropecuários produtores com mais de 50 pés. Sobre a lavoura temporária, tem-se a cana de açúcar como a principal cultura, se sobressaindo sobre as demais com relação a quantidade produzida com 479 toneladas em três estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2023).

5.1 Aspectos socioambientais

No Estado de Alagoas há 18 áreas de preservação ambiental – APA, duas das quais estão localizadas em Piaçabuçu. A APA Piaçabuçu é de responsabilidade e controle da esfera federal e a APA Marituba do Peixe de responsabilidade e controle da esfera estadual. Na Figura 02 é possível visualizar a localização das APAS do estado de Alagoas.

Figura 02 – Mapa do estado de Alagoas com a localização das unidades de conservação ambiental



Fonte: adaptado pelo autor a partir do site Infoescola (Ebbesen, 2023).

A partir das informações da Figura 02 observa-se que as APA's exercem grande poder no desenvolvimento do município de Piaçabuçu. Criada em 1983 pelo Decreto n.º 88.421, abrange uma área de 8.751,9752 ha, a APA Piaçabuçu tem como um de seus objetivos preservar o bioma e ecossistemas: Restingas, Dunas e Mangues (ICMBio, 2010).

A Área de Proteção Ambiental (APA) da Marituba do Peixe contempla um território de 18.600 hectares e abrange parte dos municípios de Feliz Deserto, Piaçabuçu e Penedo. Foi criada pelo Decreto Estadual n.º. 32.858/1988 com o objetivo principal de preservar as características ambientais e naturais, visando garantir a produtividade pesqueira e a diversidade

da fauna e da flora, assim como assegurar o equilíbrio ambiental e socioeconômico da região (Ebbsen, 2023).

A APA Marituba do Peixe possui Plano de Manejo desde 2006 e um Conselho Gestor atuante, tendo, como um dos marcos da sua influência, ações diretas como a retirada da cana-de-açúcar do interior da APA e a aplicação de programas específicos ligados à educação ambiental e implantação de módulos sanitários nos povoados próximos à várzea do Marituba (Ebbsen, 2023).

Figura 03 – Mapa do município de Piaçabuçu-AL, com a APA Marituba do Peixe (10) e APA de Piaçabuçu (17)



Fonte: adaptado pelo autor a partir do site Infoescola (Ebbsen, 2023).

Com relação ao extrativismo praticado no município de Piaçabuçu-AL, as APA's ganham importância por poderem permitir que os extrativistas locais, e do município circunvizinhos, possam fazer a coleta dos recursos naturais. Sendo que um dos principais objetivos de uma APA é a busca pela conservação do bioma local, Mata Atlântica.

Além das duas APAS, outro ponto que se destaca na relação ambiental no município de Piaçabuçu é a ação do Seguro-Desemprego Pescador Artesanal, o seguro defeso. Essa política tem forte presença dentro do município, principalmente por este ter parte de seu

território banhado pelo Rio São Francisco e ser banhado pelas águas do oceano Atlântico. Propiciando assim, as possibilidades para a ação dos pescadores artesanais.

5.2 Relação socioeconômica em Piaçabuçu-AL

Consegue-se ter uma noção da situação socioeconômica de Piaçabuçu quando se analisa o Produto Interno Bruto (PIB) per capita anual, visto que em 2019 o município apresentou um valor de R\$ 17.458,15, inferior a 50% do PIB per capita nacional que foi de R\$ 35.161,70, no mesmo período (IBGE, 2023). A partir deste dado, consegue-se traçar um panorama da pobreza na qual o município de Piaçabuçu se encontra.

Os dados econômicos – produto interno bruto, distribuição de riqueza, estrutura fundiária – desenham o quadro de dificuldades a ser enfrentado por Alagoas, para romper o atual estágio de subdesenvolvimento econômico. Mas, esse perfil atrasado vem, principalmente, dos indicadores sociais negativos que levam a reflexão permanente sobre a necessidade de um longo trabalho para modificar a paisagem humana do Estado (Carvalho, 2008, p.26).

Com relação ao Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – do município, Piaçabuçu apresenta um IDHM (2010) de 0,572, mostrando uma forte evolução quando comparado com os IDHM's de 1991 e 2000 que foram 0,316 e 0,417 respectivamente. Contudo, tomando como base o ano de 2010, e fazendo uma comparação com o IDH do estado de Alagoas, que foi de 0,631, e com o IDH nacional, que foi de 0,699, vai se ampliando a compreensão da situação de vulnerabilidade socioeconômica em que Piaçabuçu está inserida (IBGE, 2023; Sousa, 2022).

Outra característica marcante na situação em que se encontra o município de Piaçabuçu, de vulnerabilidade social, é a atuação do Programa Bolsa Família. Criado através da Lei 10.836 de janeiro de 2004, o Programa Bolsa Família desempenha um papel importante no desenvolvimento social brasileiro. O Programa teve mudanças nos anos de 2021 e 2022 quando sua denominação passou a ser Auxílio Brasil e em 2023 passou à nomenclatura de Novo Bolsa Família, para se adequar as conveniências ideológicas e de marketing do governo federal de cada período. Contudo, entre os Programas Bolsa Família, o Auxílio Brasil e o Novo Bolsa Família não se observaram mudanças na estrutura de concessão dos benefícios (Brasil₉, 2004; Brasil₁₀, 2021; Brasil₁₁, 2023).

No ano de 2024 o programa social de renda mínima, que se iniciou com a nomenclatura de Bolsa Família, completa vinte anos de atuação e se destaca como a principal ação do Estado brasileiro no combate à extrema pobreza. Contudo, a partir do ano de 2020, com as ações

emergenciais estatais por conta da pandemia, se destacando o auxílio emergencial, e essencialmente a partir do ano de 2023, as ações do programa social se destacaram pelo aumento considerável no número de beneficiários, e principalmente, no volume de recursos destinados.

Na Tabela 07 são apresentados os dados referentes à quantidade de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família entre os anos de 2004 e 2023 em nível nacional, no Nordeste, estado de Alagoas e no município de Piaçabuçu.

Tabela 07 – Quantidade de famílias beneficiadas e beneficiários do Programa Bolsa Família entre os anos de 2004 até 2023, no Brasil, Alagoas e Piaçabuçu.

Ano	Brasil	Alagoas	Piaçabuçu
2004	6.571.839	214.726	761
2005	8.700.445	253.745	1.466
2006	10.965.810	339.921	2.018
2007	11.043.076	351.402	2.209
2008	10.557.996	347.585	2.155
2009	12.370.915	395.459	2.909
2010	12.778.220	414.112	2.925
2011	13.361.495	425.094	3.157
2012	13.902.155	436.270	3.330
2013	14.086.199	438.656	3.288
2014	14.003.441	439.655	3.403
2015	13.936.791	418.405	3.363
2016	13.569.576	396.054	3.451
2017	13.828.609	405.105	3.833
2018	14.142.764	412.116	4.164
2019	14.204.795	387.195	4.094
2020*	14.274.021	406.800	3.999
2021*	14.724.536	416.680	4.023
2022*	28.951.269	566.676	6.051
2023*	49.805.971	592.269	5.881

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Portal da Transparência (2023).

* (2021 e 2022) Auxílio Brasil; e *(2023) Novo Bolsa Família.

⁹ Nos anos de 2020 e 2021 os beneficiários do Programa Bolsa Família foram incorporados ao programa de Auxílio Emergencial durante o período da pandemia provocada pela covid 19. E a partir de outubro de 2021 o Programa Bolsa Família passou a ser chamado de Auxílio Brasil.

A partir dos dados da Tabela 07 pode-se entender a importância, e a influência do programa Bolsa Família sob a ótica da quantidade de famílias beneficiadas que, em nível nacional no ano de 2019, abrangia 14.204.795 famílias, e no estado de Alagoas contemplava 387.195 famílias. Entre os anos de 2004 e 2019 o crescimento deste número foi de aproximadamente 115% em nível nacional, e 80% em Alagoas.

Ainda sobre as informações da Tabela 07, observa-se que entre os anos de 2004 e 2023 o crescimento do número de famílias beneficiadas foi de 670% no município. Considerando que residem neste local 15.908 habitantes (IBGE, 2024), e 5.881 famílias foram beneficiadas pelo programa, nota-se que 36% da população foi beneficiada diretamente pelo Programa Bolsa Família.

Na Tabela 08 são apresentados os dados referentes aos valores destinados às famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família entre os anos de 2004 e 2023 em nível nacional, estado de Alagoas e no município de Piaçabuçu.

Tabela 08 – Valores¹⁰ (em R\$) destinados às famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família¹¹ entre os anos de 2004 a 2023, no Brasil, Alagoas e Piaçabuçu.

Ano	Brasil	Alagoas	Piaçabuçu
2004	3.791.785.038,00	137.724.223,00	629.270,00
2005	5.691.667.041,00	187.942.388,00	738.932,00
2006	7.524.661.322,00	237.778.776,00	1.432.470,00
2007	8.965.499.608,00	289.229.113,00	2.039.031,00
2008	10.606.500.193,00	351.696.815,00	2.538.609,00
2009	12.454.702.501,00	418.051.447,00	3.167.481,00
2010	14.372.702.865,00	482.955.041,00	3.723.755,00
2011	17.364.277.909,00	574.287.768,00	4.476.999,00
2012	21.156.744.695,00	684.449.448,00	5.257.522,00
2013	24.890.107.091,00	801.449.280,00	6.061.514,00
2014	27.187.295.233,00	871.570.605,00	6.785.671,00

¹⁰ Os valores informados na tabela são nominais.

¹¹ Nos anos de 2020 e 2021 os valores do Programa Bolsa Família foram incorporados ao programa Auxílio Emergencial criado durante o período da pandemia de Covid 19. E a partir de 2021 o Programa Bolsa Família passou a ser chamado Auxílio Brasil, retornando a nomenclatura de (Novo) Bolsa Família em 2023.

2015	27.650.301.339,00	872.275.136,00	7.242.011,00
2016	28.506.185.141,00	853.968.339,00	8.151.707,00
2017	29.046.112.934,00	880.053.947,00	9.009.811,00
2018	30.625.641.619,00	922.689.785,00	9.929.194,00
2019	31.159.235.696,00	934.749.645,00	10.161.211,00
2020*	9.667.753.462,00	277.849.457,00	3.139.025,00
2021*	27.194.341.346,00	794.922.132,00	8.268.164,00
2022*	69.560.549.639,00	1.851.637.965,00	17.742.252,00
2023*	241.342.634.444,68	3.515.254.317,00	27.392.487,00

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Portal da Transparência (2023).

A partir dos valores apresentados na Tabela 08 e tomando como base o ano de 2019 pode-se ter uma noção, sobre a ótica econômica da importância do Programa Bolsa Família para o desenvolvimento e o dinamismo da economia de localidades como o município de Piaçabuçu-AL, além da análise da ótica social no combate à pobreza e diminuição da vulnerabilidade social. Contatou-se, que em nível nacional, no período de 2022 e 2023, houve um expressivo aumento no volume de recursos destinados ao programa, observado também no estado de Alagoas e no município de Piaçabuçu.

A pobreza combinada com a má distribuição de renda são os elementos determinantes para a compreensão de outros fenômenos regionais. A economia do Estado (Alagoas) possui um reduzido parque industrial, uma agricultura com alguns poucos setores dinâmicos e uma rede de comércio e serviços com forte presença da economia informal, pouco desenvolvida, e, por isso, incapaz de gerar mais empregos. Apresenta, ainda, uma das mais concentradas distribuições de renda do Brasil (Carvalho, 2008, p.11).

Com relação à atuação do Programa Bolsa Família no município de Piaçabuçu-AL, pode-se fazer três importantes questionamentos. O primeiro deles está ligado à abrangência do programa, denotada na quantidade de famílias beneficiadas permitindo estipular o índice de pobreza do município. O segundo está ligado à dependência da dinamização econômica do município estimulada pelos recursos que são destinados às famílias beneficiadas e a forma como estas fazem uso dele. E o terceiro está vinculado ao risco que o município está sujeito por ter sua situação socioeconômica dependente de uma política social totalmente ancorada no orçamento federal, no qual podem ocorrer mudanças a depender das crises econômicas ou das mudanças dos rumos políticos.

Neste contexto, compreende-se a importância de instituições como associações e cooperativas, como forma de incentivo à produção de ocupação e renda. Assim, nota-se o valor das ações da Associação Aroeira, para os extrativistas associados, e principalmente para o município de Piaçabuçu diante da situação socioeconômica descrita acima. No próximo capítulo, serão realizadas as discussões da pesquisa a partir das informações levantadas por meio da pesquisa de campo na sede da Associação Aroeira e com o poder público (secretaria de agricultura) do município de Piaçabuçu.

6 DO EXTRATIVISMO AO COOPERATIVISMO: UMA ANÁLISE DAS AÇÕES LIGADAS AO MODELO PRODUTIVO DA ASSOCIAÇÃO AROEIRA A PARTIR DO EXTRATIVISMO DA PIMENTA ROSA EM PIAÇABUÇU-AL.

Este capítulo foi destinado a apresentar as informações coletadas durante a pesquisa de campo junto a Associação Aroeira e a Secretaria Municipal de Agricultura. Na busca de evidenciar a dinâmica socioeconômica e ambiental desenvolvida a partir do surgimento da Associação Aroeira.

A pesquisa foi realizada na Associação Aroeira, com foco no formato produtivo desenvolvido pelos extrativistas associados. A Associação está localizada na rodovia Engenheiro Dalmo Santana, quilômetro 02, zona rural do município de Piaçabuçu, estado de Alagoas (Figura 4).

Figura 04 – Sede da Associação Aroeira em Piaçabuçu - AL



Fonte: Arquivo do autor (2022)

A constituição da Associação Aroeira está relacionada com o consórcio envolvendo o Instituto Ecoengenho¹², a Petrobras, a prefeitura municipal e os extrativistas, e ocorreu através do projeto Aroeira. Tomando como ponto de partida a necessidade de organização do modelo de extrativismo da pimenta rosa que acontece nos municípios da foz do rio São Francisco,

¹² INSTITUTO ECOENGENHO – instituição sem fins lucrativos, tem sua sede localizada na Rua Claudio Regis, 14 - Gruta de Lourdes, Maceió - AL, 57.052-680. Seu foco principal de atuação é de Atividades de associações de defesa de direitos sociais.

Penedo e Piaçabuçu no estado de Alagoas, Santana do São Francisco e Neópolis do lado do Estado de Sergipe. Além de buscar ofertar uma alternativa de trabalho e renda para os extrativistas desta região

Antes do projeto Aroeira, iniciado no final do ano de 2010, os extrativistas da pimenta rosa agiam de forma desorganizada e individualizada. Durante o período da safra sem conseguir desenvolver as condições favoráveis para obter benefícios socioeconômicos, os extrativistas ficavam a depender das regras do mercado, e não se preocupavam com a relação com o meio ambiente, principalmente com o manejo da planta aroeira, observada na Figura 05, que fornece o fruto e proporciona a geração de parte de sua renda.

Figura 05 – A Planta Aroeira com a Pimenta Rosa (*Schinus terebinthifolia*)



Fonte: site: <https://www.plantasonya.com.br/> e Instituto Ecoengenho (página do facebook)

Desorganizados, até a safra de 2010, os extrativistas coletavam a pimenta rosa e as vendiam de forma in natura, por um preço de R\$ 0,50 o quilo. Comercializavam com atravessadores que repassavam o produto para uma empresa do estado do Espírito Santo. Neste período, também havia extrativistas que compravam a pimenta rosa de outros extrativistas, tirando vantagens, e revendia para o atravessador.

No município de Piaçabuçu a coleta deste fruto, sempre ocorreu em terras públicas, de preservação ambiental, e em terras privadas, na área de conservação ambiental, principalmente por estar contida dentro de uma APA (área de proteção ambiental). Extrativistas de outros municípios, como de Santana do São Francisco-SE, também coletavam a pimenta rosa em Piaçabuçu. Durante a realização da pesquisa de campo, observou-se que, ainda no período anterior ao projeto Aroeira, não se tinha conhecimento se no momento da coleta os extrativistas praticavam alguma ação que viesse trazer algum benefício ambiental, como a poda das árvores

e/ou deixar frutos da pimenta rosa para alimentar os animais, e com isso promover a renovação natural. Não existia um plano de manejo e os extrativistas coletavam toda a pimenta rosa que havia na planta aroeira para comercializar.

É importante enfatizar que a pimenta rosa da aroeira é um produto valorizado no continente europeu, tendo uma demanda considerável. No mesmo sentido, a valorização deste fruto ocorre por ocupar espaço dentro da alta gastronomia, utilizada em pratos requintados. Na Figura 06, pode-se ver alguns pratos com a utilização da pimenta rosa desenvolvidos pela Associação Aroeira.

Figura 06 – Pratos gourmets desenvolvidos com a Pimenta Rosa (*Schinus terebinthifolia*)



Fonte: Instituto Ecoengenho (página do facebook)

A partir do conhecimento sobre o formato desorganizado dos extrativistas da pimenta rosa dos municípios da foz do rio São Francisco, e levando em conta a situação socioeconômica, com alto índice de pobreza no qual estes municípios se encontram, o Instituto Ecoengenho desenvolveu o projeto Aroeira, que foi submetido à seleção do Programa Petrobras Desenvolvimento & Cidadania¹³ no final de 2010. O projeto foi aprovado e teve duração entre os anos de 2011 e 2015, com as ações financiadas pela Petrobras durante a sua vigência.

Assim, o projeto Aroeira teve como um dos objetivos organizar e capacitar os extrativistas da região da foz do Rio São Francisco, nos municípios de Piaçabuçu, Penedo em Alagoas, e Santana do São Francisco e Neópolis em Sergipe. Foram desenvolvidas ações de capacitação e o acompanhamento dos extrativistas relacionados com o manejo das árvores da

¹³ Projeto da Petrobras, ligado a ações de sustentabilidade, encontrado em: <http://sites.petrobras.com.br/minisite/desenvolvimento-e-cidadania/apresentacao/>.

planta Aroeira, capacitação sobre o modelo de associativismo e como trabalhar no coletivo; capacitações relacionadas ao beneficiamento: seleção do produto na coleta, lavagem, secagem, separação e seleção da pimenta rosa para agroindustrializar; comercializar e vender.

O projeto Aroeira contemplou 503 extrativistas da pimenta rosa dos quatro municípios, da foz do rio São Francisco. A primeira reunião com os extrativistas, para explicação do projeto Aroeira, ocorreu em fevereiro de 2011. Sendo que durante o período de duração do projeto os extrativistas foram beneficiados com alimentação e transporte, para participar das ações e capacitações relacionadas com o tema. Na Figura 07 é possível ver as reuniões que ocorreram durante o período de criação da Associação Aroeira.

Figura 07 – Reuniões com os extrativistas durante o projeto Aroeira



Fonte: Instituto Ecoengenh (página do facebook)

A Associação Aroeira foi criada em junho de 2011, em assembleia da qual participaram 85 extrativistas fundadores, sendo o município de Piaçabuçu-AL escolhido através de sorteio, pois o projeto Aroeira só possuía recursos para a construção de uma sede. A construção do prédio ocorreu em um terreno doado pelo município de Piaçabuçu-AL, e foi projeto para a introdução e sustentabilidade do formato de produção a ser desenvolvido pelos extrativistas da Associação Aroeira, compreendendo todo o processo de beneficiamento da pimenta rosa, inclusive com a utilização de energia solar para ajudar na viabilidade econômica da associação.

Carvalho (2019, p.35) mostra que

Quanto ao processo de formação da Associação Aroeira, de acordo com a Diretoria, os extrativistas foram incentivados a participar da Associação, pois até então não sabiam como era a atuação de uma associação e os benefícios que poderia trazer para

valorizar o seu trabalho e aumentar o conhecimento sobre suas atividades, como também obter representação de seus interesses e ganhar voz frente às instituições políticas para alcançar reconhecimento do potencial do seu produto.

Após o término do projeto Aroeira, os extrativistas dos outros municípios, Penedo, Santana do São Francisco e Neópolis, deixaram de participar da Associação no município de Piaçabuçu, principalmente por não receberem mais a ajuda que era concedida pelo projeto e terem que arcar com as despesas de deslocamento e alimentação nas idas para a Piaçabuçu. A pesquisa realizada não permitiu saber se estes extrativistas buscaram se organizar em uma associação em seus municípios, nos mesmos moldes da associação Aroeira aproveitando as vantagens socioeconômica e ambiental desenvolvidas, ou voltaram a agir nos moldes anteriores ao projeto Aroeira.

Atualmente, em 2024, a Associação Aroeira conta 90 extrativistas associados que permanece, somente, durante o período da safra da pimenta rosa. Sendo que após a safra a participação dos associados se restringe a aproximadamente 30, que permanecem durante todo o ano, inclusive participando das outras atividades da associação como a participação em políticas públicas. Oliveira (2016) mostra que a maioria dos extrativistas associados dedica menos de seis meses as atividades da associação.

Com o fim do projeto Aroeira, no ano de 2015, a associação buscou encontrar outros meios para fornecer renda ao extrativista associado, visto que o ciclo da pimenta rosa ocorre durante quatro meses ao longo do ano. Nesse sentido, os associados foram estimulados a desenvolver outros produtos que pudessem ser comercializados e promover geração de renda nos meses em que não há beneficiamento da pimenta rosa. Até os dias atuais vários produtos já foram desenvolvidos, dentre eles se destacam a produção de: doce de leite, doce de caju (*Anacardium occidentale*), geleia de caju, geleia de mangaba (*Hancornia speciosa*), cocada de coco (*Cocos nucifera*) com tamarindo (*Tamarindus indica*), coco com mangaba, coco com cambuí (*Peltophorum dubium*), frutas desidratadas como caju e jenipapo (*Genipa americana*), bolo de macaxeira (*Manihot esculenta*), bolo de jenipapo e bolo de rolo, entre outros tipos de bolo. Onde são comercializados, principalmente, para atender os pedidos privados e do comércio local ou políticas públicas como o PAA.

O fenômeno encontrado na dinâmica praticada pela Associação Aroeira apresenta fatores sociais, produtivos, econômicos e ambientais que podem se contrapor ao modelo de desenvolvimento hegemônico capitalista e, principalmente, ao que se encontra na maioria dos

municípios alagoanos, baseado na monocultura da cana de açúcar. Instigando, desta forma, a busca de uma análise mais aprofundada destas práticas.

[...] emerge um novo paradigma de produção, baseado no potencial ecológico de sua geografia e na pluralidade de suas identidades étnicas. Este paradigma ambiental promove a sustentabilidade a partir de suas bases ecológicas e culturais através da descentralização da economia e da diversidade e da diversificação dos tipos de desenvolvimento, mobilizando a sociedade a reapropriar-se de seu patrimônio de recursos naturais e autogerir seus processos de produção (Leff, 2007, p. 48).

As práticas coletivas desenvolvidas a partir da Associação Aroeira, guiadas pelas capacitações do projeto Aroeira, tiveram como ponto referencial remodelar o formato de comercialização, e o formato de extração da pimenta rosa e manejo da planta aroeira, que existia dentro do cotidiano dos extrativistas no município da foz do Rio São Francisco em especial Piaçabuçu-AL.

Deve-se enfatizar o formato produtivo, da pimenta rosa, desenvolvido na Associação Aroeira. Compreendendo as etapas de colheita da pimenta rosa sob a condução de práticas sustentáveis, retirada dos galhos e preparação para o processo de beneficiamento, lavagem do fruto, secagem na estufa, separação dos produtos, envasamento e rotulação, tendo como produto final a pimenta rosa na forma agroindustrializada (ver Figura 08) e a granel.

Essas ações desenvolvidas pela Associação Aroeira permitiram agregar a valor a pimenta rosa por meio de um formato de agroindustrialização, de forma artesanal, que pode proporcionar melhorias socioeconômicas na vida dos extrativistas associados.

A iniciativa de fortalecer cadeias produtivas e de oferecer serviços gerados a partir da diversidade se apresenta como alternativa para a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais a partir de uma lógica mais integrada e coerente com os princípios que regem a própria economia solidária. Agregar valor à produtos advindos da sociobiodiversidade valoriza modos de vida e conhecimentos intrínsecos à natureza local, permitindo a manutenção, para além da mera sobrevivência, de grupos sociais e suas relações com o meio ambiente físico e cultural (Simoni, 2010, p. 52).

A lógica produtiva desenvolvida na Associação Aroeira tem como base a gestão do recurso natural, neste caso a pimenta rosa, e a ação racional dos extrativistas em conservar os recursos contidos no ambiente, para dele conseguir obter o seu sustento. Por meio do associativismo, que tende a ter uma distribuição de renda proporcional entre os seus participantes, houve a possibilidade do crescimento na renda dos extrativistas, resultando em um avanço no desenvolvimento social.

Sobre a importância do modelo desenvolvido na Associação Aroeira, Carvalho (2019, p.41) aponta que A Associação permite aos extrativistas obter autonomia, livrando-se do assistencialismo a qual estão condicionados utilizando sua força de trabalho para mudar a realidade local.

Maciel, Barbosa e Bergamasco (2020, p. 10) evidenciam quê

Logo, ao se organizarem por meio da “Associação Aroeira”, o grupo extrativista se inseriu num sistema produtivo, participando em todo plano de trabalho realizado, como: a coleta da pimenta; processo de beneficiamento e do processo gerencial do empreendimento. A organização social, nesse caso possibilitou viabilização e valorização da atividade extrativista local, sobretudo contribui para que os extrativistas associados dominassem toda a cadeia produtiva da pimenta rosa, logrando assim mais retornos econômicos.

Nesta direção, através do método praticado na Associação Aroeira, consegue-se compreender a racionalidade socioprodutiva, que se contrapõe ao modelo hegemônico. Conseguindo suscitar a consciência crítica dos associados mostrando que é possível obter ganhos na área econômica tendo como foco principal a conservação/preservação dos recursos naturais. Traçando, assim, um caminho que está direcionado nas ações ligadas a sustentabilidade.

Outra visão relacionada à importância das práticas desenvolvidas a partir das ações coletivas da Associação Aroeira está ligada ao espaço territorial e socioeconômico no qual está à associação está inserida. A geração de renda proporcionada através da associação, em sua maior parte composta por mulheres, traz consigo valores relacionados a cultura, que proporcionam transformações na realidade das famílias dos extrativistas associados, que antes estavam submetidos aos padrões culturais conservadores das relações familiares.

A emergência de novas formas de inserção econômica e a revitalização de princípios de uma outra economia – em reconhecimento aos movimentos mundial contra a globalização hegemônica e em favor de identidades territoriais, modos de produção localizados e valorização sociocultural – fortalecem o horizonte de possibilidades para inserção e/ou criação de mercados mais justos e solidários, em sintonia com a continuidade da produção sustentável e do saber fazer e viver local (Simoni, 2010, p. 49).

O contexto das práticas da Associação Aroeira ganha importância por estar relacionado ao modelo rural brasileiro, principalmente por estar ligada a um formato de extrativismo que não possui terras próprias, e nem concessão do estado para utilização de terras. Expondo desta forma uma realidade de concentração de terras, espelhada na Tabela 02, em que

no município de Piaçabuçu-AL, 65% das terras pertencem aos produtores não familiares. Fazendo com que a realidade dos extrativistas da Associação Aroeira ganhe extrema relevância na construção de um sistema sustentável de produção, e ao mesmo tempo na busca do acesso aos meios de produção.

Para a realização da conservação da diversidade biológica e sociocultural por meio do extrativismo, alguns passos precisam ser dados em direção a um desenvolvimento sustentável, no qual processos mercadológicos injustos, desiguais, opressores e alienadores são transformados em justiça, humanidade, criatividade, cooperação, alinhamento e respeito aos ciclos da natureza provedora (Simoni, 2010, p. 51).

Sobre o modelo produtivo desenvolvido a partir da criação da Associação Aroeira, que engloba as relações socioeconômica e socioambiental, Oliveira (2016) chama a atenção para o fortalecimento do capital social que vem sendo despertado entre os extrativistas da pimenta rosa. Sendo enfatizado que todo o processo desenvolvido que envolve o beneficiamento da pimenta rosa também se caracteriza como uma tecnologia social.

Nas próximas subseções serão apresentados os demais resultados da realização da pesquisa de campo. Evidenciando o processo de construção da Associação Aroeira a partir do projeto Aroeira; o formato de comercialização dos produtos; a participação nas políticas públicas; a relação com o meio ambiente e seu caráter sustentável; e obstáculos enfrentados pela Associação em sua atuação.

6.1 As políticas públicas e sua relação com o município de Piaçabuçu e a Associação Aroeira

Nesta pesquisa buscou-se evidenciar a relação das políticas públicas com a Associação Aroeira. Para isso foi necessário ampliar a análise e inserir o contexto na qual estão inseridos a associação, o município de Piaçabuçu, para se buscar compreender a real importância de cada política pública, para o município, para associação e os extrativistas associados. Observação realizada, especialmente, sob a perspectiva do modelo de desenvolvimento, incluindo o espaço rural, e o envolvimento com o meio ambiente no viés da sustentabilidade.

A partir das informações socioeconômicas do município de Piaçabuçu-AL, pode-se entender a intervenção do Estado, por meio de políticas públicas, na busca por estimular o desenvolvimento local, promover a dinamização econômica e diminuir as distorções regionais. Souza (2018) mostra que as políticas públicas exercem uma importante função dentro de um

formato de desenvolvimento, sendo que estas são utilizadas pelo Estado para estimular setores ou segmentos específicos. Já Secchi (2011) salienta que a ação de uma política pública está relacionada a resolver um problema público sob responsabilidade do Estado.

Sobre a atuação das políticas públicas no município de Piaçabuçu-AL, nesse estudo utiliza-se como base os programas da política de transferência de renda Programa Bolsa Família e o crédito rural do Pronaf. Nessa primeira parte, para evidenciar a dimensão das políticas no município, buscou-se fazer uma comparação com o recurso do Fundo de Participação dos Municípios – FPM¹⁴, que é utilizado pela administração municipal na manutenção de bens e serviços do município.

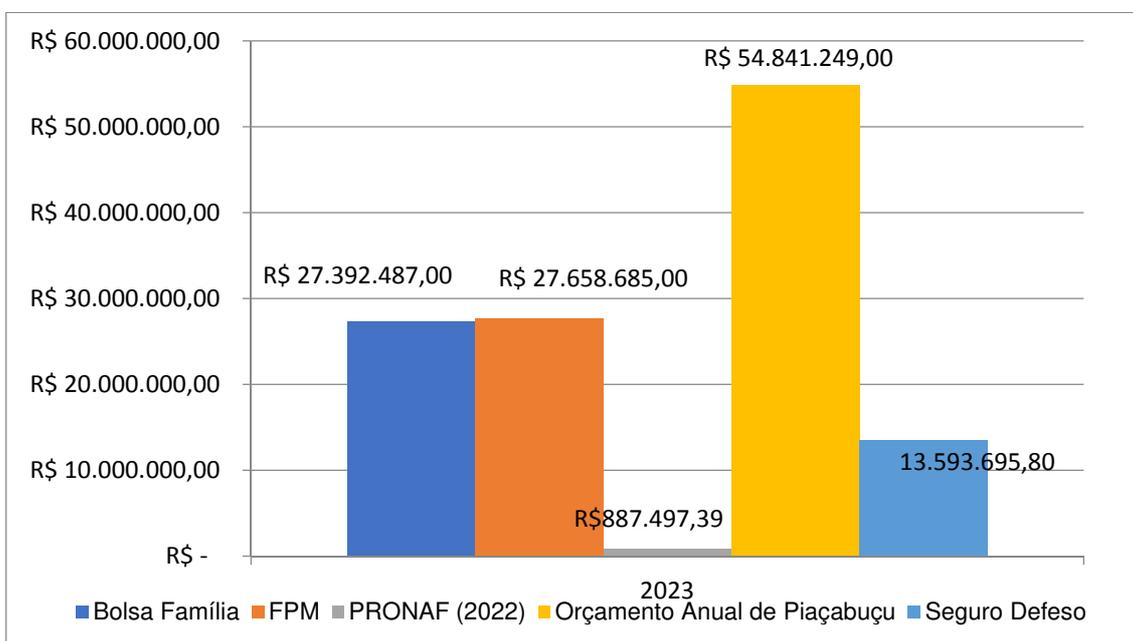
Em relação às políticas públicas acessadas pela Associação Aroeira, como o PNAE e o PAA, buscou-se fazer a análise sobre a importância da própria política como incentivadora do desenvolvimento do segmento da agricultura familiar da localidade, e seu impacto no desenvolvimento do município. Além de serem observadas políticas públicas específicas para Associação Aroeira, acessadas através de verba legislativa e do poder executivo estadual.

Adicionalmente foi analisada a política pública seguro-desemprego pescador artesanal, conhecido como seguro defeso. No intuito de compreender a importância desta política pública para o município, bem como a sua importância enquanto política pública para a preservação do meio ambiente.

No Gráfico 01 estão demonstrados os valores do Orçamento Anual (2023), FPM (2023), Programa Bolsa Família (2023), Pronaf (2022) e Seguro Defeso (2022) do município de Piaçabuçu-AL.

¹⁴ O Fundo de Participação dos Municípios é uma transferência constitucional (CF, Art. 159, I, b), da União para os Estados e o Distrito Federal, composto de 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A distribuição dos recursos aos Municípios é feita de acordo com o número de habitantes, onde são fixadas faixas populacionais, cabendo a cada uma delas um coeficiente individual (Minas Gerais, 2024).

Gráfico 01 – Valores do Orçamento anual (2023), Programa Bolsa Família (2023), Pronaf (2022), Seguro Defeso (2022) e do FPM no ano de 2023 em Piaçabuçu.



Fonte: Elaboração própria do autor a partir de dados do Datax.net.br (2022) Portal da Transparência (2023).

A partir dos dados do Gráfico 01 pode-se constatar o peso que os valores do Programa Bolsa Família e Pronaf exercem na economia do município de Piaçabuçu-AL, quando comparados com o recurso recebido via FPM. No ano de 2023 os recursos do Programa Bolsa Família corresponderam a um valor muito próximo daquele do FPM e 50% do valor do orçamento anual do município de Piaçabuçu. Já o Pronaf (2022) representou aproximadamente 1,61% do recurso do orçamento anual do município. Assim, pode-se fazer uma dedução do tamanho do espaço que cada política - o Pronaf como crédito produtivo e o Programa Bolsa Família como política social de transferência de renda - ocupam no município e quais as possibilidades de desenvolvimento a partir da atuação de cada uma.

Ainda com base nas informações do Gráfico 01, consegue-se depreender sobre as possibilidades existentes dentro do município de Piaçabuçu-AL, se houver um avanço com relação ao aumento do acesso ao crédito rural, em especial o Pronaf, deduzindo o seu impacto na redução da pobreza do município, espelhada nos dados do Programa Bolsa Família. Observando a necessidade de orientação aos extrativistas para superar o receio da burocracia que é pertinente aos trâmites de acesso do crédito do Pronaf, as diferentes linhas de crédito e os valores relacionados.

É importante enfatizar também, a necessidade do surgimento de políticas públicas com crédito específico, diferentes do Pronaf e que atenda às necessidades de cada região, para a construção de cadeias produtivas sustentáveis como é o caso da pimenta rosa, principal produto da Associação Aroeira. Com isso, compreende-se a atuação do Estado enquanto principal incentivador destas ações ligadas as cadeias produtivas sustentáveis.

Na Tabela 09, é possível ver a atuação do Pronaf no município de Piaçabuçu. Tomando como base que o Pronaf além de conseguir estimular a produção local da agricultura familiar, também pode ser utilizado como mecanismo de estimular a criação de cadeias produtivas.

Tabela 09 – Quantidade de contratos e valores¹⁵ acessados via Pronaf entre os anos de 2013 e 2022 (em R\$) no município de Piaçabuçu.

Ano	Quantidade de contratos	Valores
2013	185	551.735,40
2014	260	1.725.520,34
2015	239	718.248,16
2016	277	1.019.824,91
2017	86	738.873,67
2018	81	966.429,76
2019	172	973.015,37
2020	311	1.247.650,00
2021	202	1.154.197,39
2022	90	1.182.710,31

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Banco Central do Brasil (2024), Datax.net.br (2024).

Tomando como base o ano de 2022, dos 90 contratos acessados pelo Pronaf, 10 foram para custeio com o um valor médio de contrato de R\$ 29.521,29, e 80 contratos foram para investimentos com um valor médio de R\$ 11.093,72 por contrato acessado (datax.net.br/pronaf, 2024). Sobre o olhar da destinação dos recursos do Pronaf para as atividades agrícola ou pecuária, 89 contratos, 10 de custeio e 79 de investimentos, foram direcionados para a pecuária, e só um contrato, de investimento, foi para a atividade agrícola.

Observando as linhas de crédito existente dentro do Pronaf, e direcionando para o público específico da Associação Aroeira, encontra-se três linhas de crédito. O Pronaf mulher,

¹⁵ Os valores apresentados na tabela são nominais.

considerando que a maior parte dos extrativistas associados são mulheres; o Pronaf Agroecologia, principalmente pela relação de conservação e preservação ambiental que os extrativistas praticam; e o Pronaf Agroindústria, compreendendo que todo o processo de agroindustrialização da pimenta rosa é realizado manualmente.

Com relação ao Pronaf, na realização da pesquisa junto a sede da secretaria municipal de agricultura foi informado que o referido órgão regularmente realiza reuniões junto com instituição financeira, instituição de projeto e agricultores, inclusive do segmento familiar, para divulgar as linhas do crédito produtivo que estão disponíveis. Entretanto, foi enfatizado que o principal empecilho para o acesso ao crédito é a inadimplência, juntamente com o desvio dos recursos para a aquisição de outros produtos que não estão ligados a cadeia de produção ligada a linha de crédito acessada.

Outra política que ganha relevância dentro do município de Piaçabuçu, principalmente por seu território estar em contato com o oceano atlântico e o rio São Francisco, é o Seguro Desemprego Pescador Artesanal ou seguro defeso. Sobre a esta política a Tabela 10 mostra a quantidade de pescadores artesanais que são beneficiados com a política, assim como os valores mensais no ano de 2022.

Tabela 10 – Quantidade de beneficiários e valores do Seguro Defeso no município de Piaçabuçu-AL, entre os meses de janeiro e dezembro de 2022.

Mês	Quantidade de Beneficiários	Valores do Programa (R\$)
01/2022	1.666	2.391.344,00
02/2022	2.289	3.580.138,30
03/2022	2.547	4.586.349,76
04/2022	47	206.166,42
05/2022	40	193.920,00
06/2022	208	852.838,81
07/2022	226	835.231,86
08/2022	20	58.104,05
09/2022	04	9.696,00
10/2022	01	4.848,00
11/2022	01	4.848,00
12/2022	720	870.210,60
Total		13.593.695,80

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Portal da Transparência (2023).

O seguro defeso pode ser distribuído em até 05 parcelas de 01 salário-mínimo e observando os dados da Tabela 10 observa-se que os principais meses de pagamentos deste benefício no município de Piaçabuçu-AL, são de dezembro a março. O destaque principal é para o mês de março com destaque para este último mês, no qual se encontra o maior número de beneficiários e o maior valor mensal de acesso à política.

Os dados da Tabela 10 indicam que no ano de 2022 foram injetados na economia do município de Piaçabuçu-AL R\$ 13.593.695,80, evidenciando a importância da política para a comunidade ribeirinha local e sua relação socioambiental. Nota-se também a importância desta política, quando se compara ao valor do FPM e do Orçamento do município, equivalendo a 49% do FPM e a 24% do orçamento anual do município de Piaçabuçu.

Ainda observando que no mês de março 2.547 pescadores artesanais do município foram beneficiados com o seguro defeso, considerando que o município tem 15.908 habitantes, segundo o censo de 2022 (IBGE, 2024), constata-se que, aproximadamente 16% da população é beneficiada diretamente por esta política. Estes números permitem estabelecer como hipótese que este percentual da população do município de Piaçabuçu têm uma relação sociopolítica direta na conservação do meio ambiente. Aspectos que podem também ser evidenciados nos extrativistas da pimenta rosa, quando estes buscam uma relação socioambiental vinculada à conservação ou preservação do bioma local, principalmente por ser uma fonte de renda.

Neste sentido, pode-se observar que o município estudado tem o seu formato de desenvolvimento socioeconômico e socioambiental, influenciado diretamente pelas áreas de proteção ambiental e políticas públicas, principalmente no espaço produtivo rural. Como é o caso do objetivo da pesquisa que em sua análise busca conhecer o modelo do associativismo rural praticado pela Associação Aroeira e sua organização, que parte da relação entre os agricultores familiares extrativistas da planta aroeira que pertence ao bioma Mata Atlântica. Além disso, também se constata a prática de outras atividades socioprodutivas, como o ecoturismo, que estão ligadas no entorno das áreas de proteção ambiental.

Durante a realização do levantamento de dados junto a Associação Aroeira averiguou-se que aproximadamente 05 extrativistas dos 90 associados que permanecem, participam da política pública do seguro defeso. A política mais acessada pelos associados é o benefício do programa bolsa família. Com relação ao Pronaf, não foi possível identificar se algum

extrativista, dos 90 associados que atuam junto à associação durante o período de colheita da pimenta rosa, tem acesso a essa política.

6.1.1 PAA em Piaçabuçu

As políticas públicas contribuem para promover mudanças em municípios com desempenho socioeconômico igual ao de Piaçabuçu-AL, como é o caso daquelas que são direcionadas para a agricultura familiar. Dentre os instrumentos utilizados pelo estado têm-se o PAA, direcionadas para adquirir produtos da agricultura familiar, garantindo mercado próprio e estimulando a produção. Deve-se frisar que o estado brasileiro poderia ser mais ousado e direcionar estas políticas públicas para formas de produção sustentáveis do ponto de vista ecológico, estimulando a transição de modelo de produção para um formato ligado a agroecologia.

Na pesquisa constatou-se que a Associação Aroeira participou do PAA, mas não foi por meio da oferta da Pimenta Rosa ou produto derivado da pimenta rosa, mas nos acessos ocorridos foi para outros produtos. Este acesso ao PAA foi realizado para dinamizar as ações dentro da associação e gerar renda para os extrativistas associados, principalmente nos meses de entre safra da colheita da pimenta rosa. Na Tabela 11 são apresentadas as informações referentes a participação do município de Piaçabuçu no PAA.

Tabela 11 – Número de contratos e valores¹⁶ investidos pelo PAA no período de 2010 a 2024 em Piaçabuçu.

ANO	Piaçabuçu	
	Quantidade de compras	Valor (R\$)
2010 a 2015	-	-
2016	01	96.000,00
2017 a 2019	-	-
2020	01	120.000,00
2021 e 2022	-	-
2023	01	451.194,02
2024	01	299.987,84

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do CONAB (2023). Dados obtidos até a data 02/05/2024.

¹⁶ Os valores informados nessa tabela são nominais.

A partir dos dados da Tabela 11 observa-se que o município de Piaçabuçu-AL, foi contemplado no PAA em quatro oportunidades nos anos de 2016, 2020, 2023 e 2024. No ano de 2016 a Associação Aroeira se submeteu a chamada pública do PAA sendo contemplada para fornecer doce de leite pastoso, sendo ofertados 8.000 quilos. Foram beneficiadas 12 extrativistas mulheres, sendo 10 da categoria da agricultura familiar e 02 assentadas da reforma agrária, cada participante arrecadou um total de R\$ 8.000,00. A instituição que foi contemplada neste período foi o fundo municipal de assistência social de Piaçabuçu-AL.

No ano de 2020 a Associação Aroeira também foi contemplada na chamada pública do PAA, sendo ofertados três tipos de bolo: caseiro, artesanal e macaxeira. Foram beneficiadas 15 extrativistas mulheres, 13 da categoria da agricultura familiar, 01 agroextrativista e 01 assentada da reforma agrária, cada participante arrecadou um total de R\$ 8.000,00. A instituição que foi contemplada neste período foi a diocese de Penedo - paróquia São Francisco de Borja.

No ano de 2023 o acesso ao PAA em Piaçabuçu ocorreu por meio da Cooperativa dos Agricultores Familiares e dos Empreendimentos Solidários, que contemplou 70 agricultores familiares do município. Onde foram fornecidos biscoitos sequilhos, doce de coco, cocada com leite de coco, e o leite de coco, com três instituições contempladas, uma em Maceió a instituição SESC Sev. Soc. do Comercio Mesa Brasil al., e duas em Piaçabuçu, Associação de Jovens Recicladores Rurais Leilton Da Conceição Santos e Associação de Desenvolvimento Comunitário É Da Gente.

No ano de 2024 a instituição que foi contemplada no PAA foi a COOPEARP, contemplando um total de 20 cooperados, 16 mulheres e 04 homens. Onde cada agricultor foi contemplado com o valor de R\$ 15.000,00. Os Produtos ofertados foram três tipos de bolo: caseiro, artesanal e macaxeira. A instituição que vai receber os produtos será diocese de Penedo - paróquia São Francisco de Borja.

Sobre o acesso ao PAA no município de Piaçabuçu-AL, deve-se evidenciar a atuação do programa, principalmente como gerador de renda e estimulando a atividade da agricultura familiar, onde a informalidade e o índice de pobreza são altos e acabam impactando diretamente na qualidade de vida dos moradores do município.

Entretanto, é importante enfatizar que nos 14 anos de atuação do PAA, modalidade doação da CONAB, o município de Piaçabuçu-AL, só conseguiu participar em três anos. E a maior quantidade de beneficiados que o programa conseguiu contemplar foram setenta

agricultores associados a Cooperativa dos Agricultores Familiares e dos Empreendimentos Solidários no ano de 2023. Tais fatos podem ter sido provocados pela interferência do orçamento federal do programa, que diminuiu a oferta para a quantidade de municípios. Como também, da falta de organização dos moradores de Piaçabuçu-AL em não terem participado das chamadas públicas nos outros anos.

Ainda nesta direção, cabe evidenciar a necessidade de uma atuação mais efetiva do estado brasileiro, principalmente nas instâncias Estadual e Municipal, na ampliação da atuação de políticas como o PAA ou de políticas similares, que venham a estimular a produção diversificada de alimentos em cada município. Ações através de políticas específicas como o PAA, devem servir de base para a comercialização da produção da agricultura familiar, assim como geração de renda e diminuição da pobreza no âmbito local.

Na realização da pesquisa de campo, sobre a relação com o órgão executivo municipal, a prefeitura, foi possível identificar relações conflituosas entre membros da Associação e os gestores públicos municipais, o que estaria prejudicando a participação da Associação em políticas públicas como o PAA e PNAE. Estes conflitos teriam como causa o fato de uma das extrativistas associadas ter sido candidata à vereadora em oposição aos candidatos que venceram as eleições em 2020. Foi utilizada a palavra ‘perseguição’ por parte do representante da Associação que forneceu as informações desta pesquisa, uma vez que a entidade não conseguia participar das oportunidades que a prefeitura municipal disponibilizava. Tal situação provocou, inclusive, uma divisão dentro da Associação Aroeira com a criação de outra associação que foi contemplada pelo PAA em 2023.

É importante enfatizar que, em situação socioeconômica igual ao do município de Piaçabuçu, com alto índice de vulnerabilidade social, a atuação do poder público municipal juntamente com políticas públicas específicas, como é o caso PAA e do PNAE e/ou política públicas municipais, se transformam no diferencial para a geração de trabalho e renda. Na realização da pesquisa, na sede da secretaria municipal de agricultura, foi informado os editais de chamadas públicas, como é o caso do PNAE, sempre é divulgado para as instituições locais, como as associação e cooperativas, concorrerem sem beneficiamento.

Com relação ao PAA por parte do poder executivo municipal, na pesquisa de campo tentou-se saber se a prefeitura, por meio da receita dos órgãos do município, tem algum PAA próprio direcionado para estimular a produção da agricultura familiar local. Tanto o representante da secretaria municipal de agricultura como o representante da Associação Aroeira informaram não ter conhecimento de tal ação por meio de algum órgão do município.

Nesta direção, pode-se compreender que pelas condições econômicas e das receitas do município de Piaçabuçu encontra-se dificuldade de realizar compras através do PAA, principalmente pelo município não se encontrar em seu território um hospital de grande porte, uma universidade pública ou até um presídio, que possa através de orçamento próprio realizar as compras por meio do PAA e incentivar a produção da agricultura familiar.

6.1.2 PNAE em Piaçabuçu-AL

O Programa Nacional de alimentação escolar – PNAE tem uma atuação distinta do PAA em cada município. Enquanto o PAA, modalidade doação da CONAB, tem orçamento dependente do governo federal, o PNAE já tem o orçamento pré-definido, de acordo com a quantidade de alunos matriculados no ano anterior, em que os recursos são depositados em 10 parcelas nas contas dos municípios, levando em conta o valor do custo aluno. Além de ser possível haver orçamento oriundo das três esferas para alocar em aquisição de alimentação escolar. Neste sentido, compreende-se que o poder executivo municipal pode exercer grande influência no estímulo da produção de alimentos em âmbito local.

Assim, nota-se que o poder executivo municipal pode utilizar os recursos do PNAE e direcioná-los para a compra de produtos da agricultura familiar, não somente os 30% como determina a legislação, mas também os 70% restantes para criar e estruturar cadeias produtivas diversificadas dentro da realidade de cada município. Podendo estimular a produção agroecológica local, buscando incentivar a transição nos modelos de produção.

Tabela 12 – Valor¹⁷ Total investido pelo PNAE e valor destinado aos 30% da Agricultura Familiar, no período de 2011 a 2022 –em Piaçabuçu.

ANO	Piaçabuçu	
	100% do Valor do PNAE (R\$)	30% da A.F. (R\$)
2011	256.500,00	-
2012	295.236,00	-
2013	301.896,00	30.997,92
2014	321.354,00	78.469,20
2015	441.986,00	120.166,07
2016	305.341,18	116.063,10
2017	452.062,00	378.365,24
2018	519.104,80	377.393,86
2019	326.420,00	279.510,51
2020	311.902,80	-
2021	137.331,00	23.616,29
2022	185.196,20	365.534,04

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do FNDE (BRASIL, 2023). Dados obtidos até a data 24/05/2024.

De acordo com as informações da Tabela 12, verifica-se que entre os anos de 2013 e 2015 o município não atingiu os 30% exigidos na legislação. Nos anos de 2016 e 2019 foi cumprido o que determina a legislação com relação a destinar o mínimo de 30% para a compra de produtos advindos do segmento da agricultura familiar, sendo que no ano de 2016 foram destinados 38% dos recursos. De forma surpreendente nos anos de 2017 a 2019 os percentuais foram bastante elevados, sendo que em 2017 foram destinados 83% para aquisição da agricultura familiar, em 2018 foram 72% e em 2019 85%. Apesar de não ter sido possível identificar quais produtos foram adquiridos para a merenda escolar com os recursos do PNAE os resultados destes três anos indicam que o município pode ter atuação destacada no estímulo à agricultura familiar.

No ano de 2020 e 2021, ainda de acordo com as informações da Tabela 12, não foram atingidos os valores referentes ao mínimo de 30% para a compra dos produtos da agricultura familiar, sendo que em 2020 não foi direcionado nenhum valor. Contudo, compreende-se que

¹⁷ Os valores da referida tabela são nominais.

este período correspondeu a pandemia mundial, podendo ser uma possível causa para não oferta ou compra dos produtos da agricultura familiar.

No ano de 2022, notou-se que o município de Piaçabuçu direcionou para a agricultura familiar um valor bem acima do que foi transferido, ultrapassando 197% do valor total da merenda escolar. Observa-se também que o valor repassado está bem abaixo dos demais anos expostos na Tabela 12, exceto o ano de 2021, assim deduz-se que o município pode ter recebido alguma punição dos órgãos responsáveis, com redução dos valores repassados, por não ter cumprido alguma exigência.

Na pesquisa de campo foi observado que a Associação Aroeira chegou a participar do PNAE nos anos de 2016, 2017 e 2018, fornecendo uma diversidade de produtos: bolo de cenoura, macaxeira, pizza de macaxeira, banana, macaxeira, batata doce, coentro, pimentão, chuchu, tomate, alface, abacaxi, ovos, feijão, arroz, cambuí, manga, galinha, mamão. A partir de 2019, apesar de apresentar proposta e participar da chamada pública a Associação Aroeira não foi contemplada. Segundo informações da pesquisa, a partir de então a instituição quem vem sendo contemplada é uma associação formada por ex-associados da Associação Aroeira foi contemplada com a chamada pública do PNAE, e até os dias atuais vem fornecendo os produtos para a merenda escolar do município.

6.1.3 Participação da Associação Aroeira em políticas públicas regionais

Durante a realização da pesquisa de campo, durante a análise da atuação das políticas públicas, com foco âmbito local, contatou-se que a Associação Aroeira foi contemplada com quatro verbas em momentos distintos, sendo duas de participação estadual e duas da esfera federal. Estes recursos foram destinados para a aquisição de materiais que facilitem os trabalhos internos da Associação.

A primeira ação desta natureza foi uma verba individual, no ano de 2017, destinada por um deputado federal que contemplou a Associação Aroeira com um valor de R\$ 100.000,00 (dividida em duas parcelas de R\$ 50.000,00). O recurso foi destinado para auxiliar no desenvolvimento da Associação Aroeira e promover a geração de renda e desenvolvimento de município pequenos como Piaçabuçu-AL.

A segunda verba recebida pela Associação teve como origem o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza – FECOEP do estado de Alagoas. Os repasses foram realizados nos anos de 2019 e 2020, com um valor de R\$ 275.000,00 cada parcela. O valor da primeira verba foi destinado ao melhoramento da produção da pimenta rosa, como também na fabricação de bolos e doces artesanais. Tendo como um dos objetivos facilitar a produção de bolos, doces, cocadas etc, para poder participar das chamadas públicas de políticas como o PAA e o PNAE.

O valor da segunda parte da verba da FECOEP foi destinado para o projeto “cozinhar com eco - sustentabilidade”, tendo como objetivo adquirir materiais de cozinha, contratação de especialista em nutrição e capacitação das extrativistas associadas. Foram capacitadas 50 mulheres extrativistas em cursos da cozinha sustentável, divididas em turmas para produção de bolos e turmas para produção de doces, quando receberam o diploma de eco-chefes.

A contratação da nutricionista, além da formação para as extrativistas, também teve como objetivo desenvolver receitas de bolos e doces a partir dos recursos naturais da localidade. Nas capacitações, as extrativistas receberam as orientações sobre formas de embalagens para os produtos, o acondicionamento para manter a qualidade dos alimentos, orientações sobre agregação de valor aos produtos, bem como da estruturação da cadeia produtiva, administração financeira e as formas de comercialização.

Para os extrativistas associados que fazem todo o processo de beneficiamento da pimenta rosa, a direção da associação Aroeira cobra uma taxa de 30% da quantidade de pimenta rosa beneficiada, para cobrir as despesas e ajudar na manutenção interna da associação. É importante enfatizar que durante o período da safra, aproximadamente 30 extrativistas associados buscam fazer o processo de beneficiamento do fruto, da coleta a agroindustrialização, os demais buscam vender para outros associados, por um preço melhor a outro associado ou vender a granel. Infere-se que essa taxação além da dedicação e tempo gasto no processo de beneficiamento, sejam motivos pelos quais parte dos associados do período da safra não participam de todo o processo de beneficiamento da pimenta rosa. Visto que as outras etapas exigem grande dedicação de tempo e da mão de obra de cada extrativista.

6.2 O Cooperativismo: a COOPEARP

No ano de 2021 os extrativistas da Associação Aroeira conseguiram o registro de uma cooperativa, a Cooperativa Ecoagroextrativista Aroeira de Piacabuçu – COOPEARP, no qual

buscou-se pôr em prática uma antiga ideia de conseguir ampliar as atividades relacionadas ao modelo produtivo desenvolvido dentro da Associação Aroeira. É importante lembrar que nos anos de 2020 e 2021 as práticas da Associação Aroeira ficaram totalmente paralisadas, com forma de atender as restrições sanitárias provocadas pela pandemia mundial provocada pela Covid-19, e que afetou todo o setor produtivo.

A busca da criação de uma cooperativa, dentro da realidade da Associação Aroeira, aparece num momento em que as ações ligadas ao modelo produtivo desenvolvido na associação estavam se restringindo ao beneficiamento da pimenta rosa e a comercialização de bolos, cocadas e doces com parceiros privados. Os extrativistas associados não estão sendo contemplados na participação das políticas públicas, como o PAA e o PNAE.

No levantamento de informações junto à associação, observou-se que atualmente a COOPEARP tem 24 cooperados, que também são associados, mas dois cooperados não participam do processo de beneficiamento da pimenta rosa. Visto que durante o período de safra da pimenta rosa o número de extrativistas associados passa para aproximadamente 90 associados, tentou-se entender por que saber o motivo pelo qual os outros 66 associados não querem participar da cooperativa, as outras atividades informais que os extrativistas desempenham na busca de ampliar a renda, compreendendo que as atividades da cooperativa não é uma garantia de contemplar todos os cooperados.

Deve-se compreender o surgimento da cooperativa como um aperfeiçoamento das ações dos extrativistas da Associação Aroeira. Observando que os extrativistas, antes de se organizarem em associação, eram explorados por conta da sua condição sociocultural. Com a criação da Associação conseguiram desenvolver um método produtivo que permitiu agregar valor ao principal produto a pimenta rosa, desenvolver outros produtos como diversos tipos de bolos, cocadas e doces, além de participar de políticas públicas, e com o surgimento da cooperativa compreende-se que esta ação possa proporcionar aos extrativistas socioeconômicos que, antes somente por meio da associação, não foram possíveis.

Durante a realização da pesquisa na sede da associação, buscou-se saber quais foram os motivos que motivaram os extrativistas associados se unir através de uma cooperativa, contactou-se que o principal motivo está relacionado a comercialização dos produtos desenvolvidos pelos extrativistas associados. Compreendendo que através do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) da Associação Aroeira, que foi criada sem fins lucrativos, não é possível emitir nota fiscal, situação que foi revertida a partir da criação da COOPEARP. Foi observado também que através da cooperativa os extrativistas poderiam ampliar a participação

em editais e projetos de empresas que patrocinam instituições como a COOPEARP e também a participação em políticas públicas.

Como a instituição associação tem uma atuação limitada direcionada às práticas sociais, a atuação da cooperativa traz consigo um viés voltado para a prática econômica. Nesta direção, podem-se compreender os inúmeros benefícios que os extrativistas associados/cooperados, e a própria instituição podem conseguir, como o acesso a bens e serviços coletivos: como crédito, serviços de saúde, compras de medicamentos e outros materiais. Ou a instituição ser contemplada com verbas específicas para compra de materiais e máquinas que venham a beneficiar o coletivo dos extrativistas, ou até prestar serviços exclusivos como a venda de mudas para reflorestamento.

Na pesquisa de campo, na visita a associação, foi informado que a COOPEARP foi contemplada no PAA do ano de 2024. Sendo beneficiados diretamente vinte cooperados. Onde a entrega dos produtos ofertados para o programa, três tipos de bolos: caseiro, artesanal e macaxeira, iniciará durante o mês de novembro de 2024.

Observado a cooperativa tem um amplo leque de atuação, e visto que os cooperados da COOPEARP fazem parte do segmento da agricultura familiar, buscou-se saber se a cooperativa já tinha entrado em contato com alguma instituição financeira para fornecer as informações necessárias para os extrativistas cooperados poderem acessar o Pronaf. Foi constatado, que até o presente momento, a cooperativa não tinha realizado esta intermediação. Tendo a compreensão que alguns dos cooperados, principalmente por causa da burocracia, pode não ter o conhecimento necessário para conseguir acessar a referida política.

Uma ação importante que foi percebida na pesquisa, é que a COOPEARP procurou a EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, do estado de Alagoas, para realizar o estudo sobre a possibilidade da aquisição de terras por parte do crédito fundiário por parte dos cooperados. Já foram realizadas duas reuniões, inclusive está aguardando a visita técnica junto a propriedade que deverá ser adquirida. Se esta ação se concretizar poderá beneficiar aproximadamente vinte cooperados da COOPEARP.

Ainda sobre os benefícios que a cooperativa pode fornecer aos cooperados, buscou-se saber se a COOPEARP já tinha realizado alguma parceria, na área de saúde, educação etc, que pudesse beneficiar os cooperados. Foi observado, que até o presente momento, a cooperativa não tinha realizado esse tipo de serviço. Mas, a COOPEARP conseguiu para os cooperados o serviço de uma fisioterapeuta gratuitamente, e já realizou juntamente com Organização das

Cooperativas Brasileiras o “Dia C”, com atendimento para aproximadamente trezentas pessoas, ofertando consulta médica, realização de exames como o diabetes, com corte de cabelo, desenho de sobrancelha, entrega de kit odontológico etc.

Assim, consegue-se entender a importância do surgimento da COOPEARP no contexto dos extrativistas do município de Piaçabuçu-AL. Na próxima seção, será realizado um breve debate sobre as relações socioeconômicas a partir do surgimento da Associação Aroeira.

6.3 Relações Socioeconômicas a partir da Associação Aroeira

Dentro do projeto Aroeira os extrativistas associados, por meio das capacitações ofertadas pelo Instituto Ecoengenh, foram percebendo que existiam outras formas de valorizar o extrativismo da pimenta rosa e com isso aumentar sua renda através da agregação de valor. Essas ações só foram possíveis através da Associação Aroeira.

A importância das ações econômicas desenvolvidas a partir da Associação está ligada as características socioeconômicas e socioprodutivas na qual o município de Piaçabuçu está inserido. Principalmente por conta do baixo índice de formalidade que existe dentro do município, do índice de pobreza expresso nas quantidades de beneficiados das políticas sociais, e do baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.

Antes do surgimento da associação e do projeto aroeira, os extrativistas vendiam o quilo da pimenta rosa por R\$ 0,50, na safra de 2013, após todo o processo de beneficiamento: coleta, separação, lavagem, secagem, seleção e envasamento, ou seja, todo o processo de agroindustrialização, a pimenta rosa chegou a ser comercializada a R\$ 320,00 o quilo. Na safra de 2023 o quilo da pimenta rosa foi comercializado a R\$ 196,00 agroindustrializada, e a granel o preço foi de R\$ 85,00, através da Associação Aroeira. No mesmo período, no mercado local os extrativistas não associados comercializaram a pimenta rosa entre o valor de R\$ 4,50 e 5,00. Esta diferença permite ao leitor constatar as vantagens que a Associação Aroeira proporciona aos extrativistas associados.

Por meio da ação coletiva proporcionada pela Associação Aroeira, consegue-se observar a evolução da ação organizada dos extrativistas. Antes a produção da pimenta rosa era direcionada para atravessadores, que comercializavam o produto com o mercado externo.

Agora os extrativistas conseguem agregar valor ao seu trabalho, e ao mesmo tempo conseguem imprimir uma relação que beneficie e conserve uma planta do bioma local.

Durante a realização da pesquisa de campo, sobre a questão da produtividade, foi constatado que cada extrativista colhe em média de três a seis quilos por árvore, chegando à colher entre 100 e 150 quilos por safra. Verificou-se ainda que cada extrativista, dependendo da quantidade de quilos que cada árvore contenha, consegue coletar os frutos, aproximadamente, de dez árvores por dia. Sendo que, na maioria das vezes, a retirada dos frutos das árvores acontece de forma coletiva, havendo uma divisão no final do dia.

Como a natureza é a principal organizadora deste processo, a colheita da pimenta rosa não se torna um empecilho para os extrativistas, proporcionando aos mesmos a oportunidade de seguirem com outras atividades rurais como a plantação de outras culturas como o milho e o feijão.

Um fato importante constatado durante a realização da entrevista foi que durante os dois anos da pandemia mundial, 2020 e 2021, não houve o processo de coleta, agroindustrialização e comercialização da pimenta rosa através da Associação Aroeira. Principalmente por não ter conhecimento se o fruto era um vetor de contaminação da doença, e das dificuldades para se adequar às restrições sanitárias de locomoção de mercadorias exigidas durante o período da pandemia.

Durante a coleta de informações na sede da associação, soube-se que o próximo foco da direção da Associação Aroeira é a aquisição da máquina selecionadora da pimenta rosa. Essa deverá aumentar exponencialmente o formato agroindustrial de processamento da pimenta rosa. Assim permitindo agregar mais valor ao produto, e podendo beneficiar mais extrativistas associados, acima dos 30 extrativistas que beneficiam e agro industrializam a pimenta rosa, por conta da diminuição do tempo demandado durante o processo de agroindustrialização do fruto. A dificuldade atual é ter disponível o valor da máquina que custa aproximadamente R\$ 600.000,00. Foi informado que aquisição da máquina, se vier ocorrer, acontecerá por meio de emenda parlamentar ou uma política pública específica, de ação municipal ou estadual.

Por meio da pesquisa de campo foi possível observar que os extrativistas desenvolveram outros produtos comercializados durante o período de entre safra, tomando como base os recursos naturais da localidade. Dentre esses se destacam diversos tipos de bolos: bolo de macaxeira, bolo de jenipapo, bolo de rolo; diversos tipos de cocada: coco com tamarindo, coco com mangaba, coco com Cambuí tipos de doces como: doce de leite, doce de

caju, geleia de caju, geleia de mangaba etc (Figura 08). Durante um ano, entre o ano de 2016 e 2017, a associação Aroeira também ofertou frutas desidratadas para Buffet, contudo esse serviço tornou-se inviável pelos custos elevados dos produtos que deixavam uma margem de lucro pequena.

Figura 08 – Banner promocional com os produtos da Associação Aroeira



Fonte: Instituto Ecoengenho (página do facebook)

Um fato importante observado é que o coco da baía, que fornece a matéria prima para as cocadas feitas pela Associação Aroeira, segundo dados do censo agropecuário de 2017 (IBGE, 2023), é o principal recurso natural na modalidade cultura permanente do município de Piaçabuçu-AL, com 140 estabelecimentos agropecuários com mais de 140 pés cada, com uma produção de aproximadamente 1.938.000 frutos e um valor da produção de R\$ 2.393.751,00. Por ser uma região costeira, encontram-se as condições propícias para o desenvolvimento desta cultura, enquanto recurso natural.

Sobre a possibilidade de a Associação Aroeira ter os seus produtos direcionados para algum tipo de comércio justo (Fair Trade), durante a realização da pesquisa foi informado que ainda não foi possível realizar este tipo de comércio, principalmente por não ter os contatos com as empresas internacionais que realizam esse comércio.

Com relação à melhoria da qualidade de vida dos extrativistas associados, tentou-se descobrir quais foram os principais benefícios que os associados conseguiram. Mesmo sabendo

das dificuldades de efetuar esta medição, pois a maioria dos extrativistas associados desempenham outras funções para complementar renda, bem como participam de políticas públicas como o seguro defeso e o programa bolsa família. Entretanto, na coleta das informações foi observado os benefícios que os extrativistas associados tiveram após a participação na Associação Aroeira, tais como: conseguir comprar gado, terreno, comprar geladeira, uma extrativista associada conseguiu reformar a casa que nem banheiro tinha, outra conseguiu abrir uma mercearia com o dinheiro que conseguiu através da associação, e com isso deixou de coletar a pimenta rosa. Outros extrativistas conseguiram comprar moto, bicicleta, celular e outros pertences utilizados no dia a dia.

Maciel, Barbosa e Bergamasco (2020, p. 10/11), mostram que

Foi identificado ainda que o trabalho realizado no âmbito do associativismo permitiu a melhoria das condições de vida de todos extrativistas envolvidos. Essas melhorias são observadas por meio dos relatos durante as entrevistas, em que ficou claro a conquista de novas e melhores fontes de renda; possibilidades dos membros comprar ou melhorar suas casas (antes era de Taipa); conseguiram fazer compras de alguns bens de consumo (casas e motos) e algumas outras investiram parte da renda adquirida em pequenas propriedades (compra de terras e animais para produção agropecuária).

Sob a ótica da pluriatividade pode-se constatar tal ação dentro das práticas da Associação Aroeira. Na medida em que os agricultores familiares extrativistas podem exercer suas funções produtivas dentro de seu cotidiano, e no período da colheita da pimenta rosa conseguir extrair o produto de uma forma ecologicamente correta, o que lhes proporciona um aumento na renda, tendo por consequência melhorias na qualidade de vida por meio de acesso a produtos e serviços adquiridos.

Com relação ao trabalho e renda, durante o levantamento das informações, buscou-se compreender por que, após o período de safra da pimenta rosa, os números de associados caem de aproximadamente 90 para mais ou menos 30 associados. Contatou-se que dos 90 associados do período de safra, 60 associados fazem a coleta da pimenta rosa e não participam do processo de beneficiamento, pois como a realização do processo demanda muito tempo, e como a maior parte dos extrativistas são mulheres, que tendem a ter outros serviços ligados aos cuidados (alimentação diária da família e educação dos filhos), não conseguem dispor deste tempo e vendem a pimenta rosa para outros associados com o preço bem acima do praticado no mercado informal. Tornando-se uma vantagem comercializar com outros extrativistas associados.

Sobre a situação de acúmulo de funções das extrativistas associadas, Maciel (2020, p. 68) destaca que

No caso das mulheres extrativistas associadas, constata-se que não houve mudanças significativas quanto as suas atribuições no trabalho reprodutivo. Os cuidados com a casa e a família continuam sendo sua responsabilidade, que devem ser feitos antes de ir à Associação ou na volta para casa, quando não realizadas pelas mais jovens - geralmente suas filhas. Isso reforça que mesmo as mulheres se inserindo no sistema produtivo, os cuidados da casa não deixam de ser quase que exclusivamente sua tarefa.

Na análise da relação de gênero dentro da Associação Aroeira, destaca-se a maior quantidade de participantes femininas dentre os associados, ganhando ênfase pelas relações socioculturais e socioeconômicas existentes no contexto da associação. Com os dados coletados notou-se que dentre os associados cerca de 90% é do sexo feminino e somente 10% do sexo masculino.

O modelo de trabalho por associação explicita o empoderamento que as mulheres extrativistas assumem, principalmente vinculado à independência financeira. A autonomia à qual as mulheres da Associação Aroeira passaram a ter acesso ofereceu condições para romper uma fase de dominação que sofriam, com relação a dependência financeira familiar que tinha no homem a figura do provedor, típico de uma sociedade patriarcal. A geração de trabalho e renda através da associação além de permitir a participação da mulher na renda familiar, também proporcionou as extrativistas exercer influência nas decisões da família e fazer suas próprias escolhas.

Mendes et. al (2014) tomando como exemplo o extrativismo feminino no estado do Mato Grosso, mostra o papel das mulheres extrativistas onde através de sua força de trabalho, e os recursos financeiros adquiridos nessas atividades, buscam o devido reconhecimento e a conquista da cidadania. Entretanto, o autor enfatiza a necessidades de políticas públicas ajustadas ao formato de trabalho das extrativistas, de modo a valorizar o trabalho das mulheres para a produção, reprodução familiar no campo e sua contribuição social no desenvolvimento regional.

Ainda sobre o papel e os desafios que o extrativismo feminino enfrenta, Lima e Mota (2016) aponta o acúmulo de responsabilidades que as extrativistas têm e a desvalorização do trabalho extrativistas. Onde além das atividades domésticas o trabalho extrativista é tido como arranjo complementar e flexível, e por ser realizado por mulheres influencia no status de não trabalho.

Em parte, pode-se compreender a dinâmica encontrada a partir da Associação Aroeira, quando se analisa o papel de protagonismo que as extrativistas associadas conseguem

desempenhar por meio do trabalho e renda proporcionados pela Associação Aroeira. Sobre a renda, Maciel (2020) mostra que, tomando como base a renda do ano de 2019, e com uma amostra de 17 extrativistas associadas, 11 associadas, na renda média mensal familiar, participam com aproximadamente 50% do total da renda. Sendo que na renda total da família foi contabilizada aquela adquirida por todos os membros da unidade familiar, benefícios sociais (bolsa família e seguro-defeso) e a renda própria das mulheres extrativistas associadas.

Na Associação, as extrativistas que possuem melhor nível de renda combinam o trabalho de beneficiamento de pimenta rosa e demais alimentos agroindustrializados com a atividade pesqueira e com a comercialização do excedente de sua produção agrícola ou possuem outras fontes de renda no centro urbano (trabalhando informalmente como diaristas, cozinheiras e etc.) para complementação de sua renda. E as que possuem menor nível de renda entre o grupo pesquisado, são aquelas que não realizam nenhum outro tipo de atividade remunerada, tem apenas o programa bolsa família como uma fonte de renda fixa familiar e realizam o extrativismo durante as safras (no caso da pimenta rosa dura 6 meses e os demais produtos tem períodos incertos ao longo do ano) (Maciel, 2020, p. 69/70).

Sobre a inclusão, Maciel, Barbosa e Bergamasco (2020, p. 11) expõem que, foi identificado que o grupo extrativista vem exercendo outras ações além das atividades vinculadas à associação, que contribuem com sua inclusão nos espaços públicos e sociais, no caso das mulheres, que são maioria no grupo, contribuiu para seu fortalecimento pessoal e ampliação de sua participação social na comunidade.

Para Carvalho (2019, p. 41)

Percebe-se um grande destaque para as atividades realizadas pelas mulheres que mesmo sofrendo discriminação de gênero se mostram muito eficientes, tornaram-se fortes, independentes, e com o seu trabalho contribuem para a renda familiar modificando a estrutura de dominação patriarcal. As mulheres extrativistas de Piaçabuçu tornaram-se parte importante para a evolução da associação, com o conhecimento local dispõe da natureza sem destruir o ambiente com formas mais solidárias de viver promove o desenvolvimento local.

Com relação à educação dos extrativistas associados, um fato importante constatado durante a pesquisa foi que a pessoa que estava sendo entrevistada, com relação a escolaridade, tinha o ensino fundamental completo, voltou a estudar e em 2015 terminou o ensino médio, e em 2018 começou a estudar Graduação no curso de Agroecologia da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, mas ainda não concluiu. E atualmente, dos associados 04 estão cursando algum curso de nível superior, sendo que um está cursando a faculdade de administração; outro

está cursando o curso de ciências biológicas pela UFAL; e um terceiro está cursando a faculdade de medicina veterinária.

Sobre a importância da Associação Aroeira no incentivo a educação dos extrativistas associados, Carvalho (2019, p. 36) mostra que por meio das iniciativas da Associação houve uma transmissão de aprendizado coletivo, havia ainda membros associados que não sabiam ler nem escrever e após a implantação do Projeto Aroeira na comunidade de Piaçabuçu tiveram a oportunidade de ter acesso ao conhecimento.

6.4 Relações socioambientais a partir da Associação Aroeira

Por causa do clima seco e da ausência da produção natural em boa parte do ano, torna-se difícil imaginar o extrativismo na maior parte do território do nordeste brasileiro, principalmente porque a maior parte das terras localiza-se na região semiárida, e o restante, em sua quase totalidade, pertence à propriedade privada que prioriza a monocultura. Contudo, os extrativistas da Associação Aroeira estão demonstrando ser possível utilizar as amenidades da localidade, como é o caso da pimenta rosa, e conseguir melhorar a situação de vida com o incremento na renda proporcionado pela comercialização de um recurso extraído do bioma local.

Com a pesquisa constatou-se que a planta Aroeira, obedecendo ao ciclo da natureza, fornece aos extrativistas dois períodos de safra durante um ano. Sendo que a principal durante os meses de maio a agosto, onde ocorre todo o processo de agroindustrialização e comercialização da pimenta rosa, e a segunda safra durante os meses de novembro de dezembro. Entretanto, dessa segunda safra os frutos não são de boa qualidade para a comercialização, assim, E os extrativistas associados não realizam a coleta para comercializá-los.

Durante a coleta das informações, buscou-se entender se há algum empecilho, tanto nas terras públicas como nas áreas privadas, para a colheita da pimenta rosa. Foi observado que no primeiro grupo não há nenhuma restrição, por parte dos órgãos ambientais, para os extrativistas coletarem a pimenta rosa. Mas, nas terras privadas há proprietários que permitem que os extrativistas colem a pimenta rosa, e outros não autorizam entrar em suas terras. É interessante enfatizar que, mesmo com a maior parte das terras do município de Piaçabuçu serem protegidas por duas Áreas de Proteção Ambiental, onde não é permitido aos proprietários desmatarem sem a permissão dos órgãos públicos responsáveis pela fiscalização, os

proprietários de terras privadas criam empecilho para a realização de uma atividade econômica que não os prejudicam. Na coleta de informações junto à secretaria de agricultura foi constatado que não há nenhum tipo de fiscalização por parte do órgão do município, nas terras públicas ou privadas. Sendo esta fiscalização de responsabilidade dos órgãos estaduais e/ou federal.

A Associação Aroeira oferta uma capacitação, fornecida pela sua direção para os extrativistas aprenderem a colher os cachos da pimenta rosa que visivelmente estão no ponto de colheita. Momento em que são orientados sobre a importância de deixar em torno de 30% dos frutos, seja em uma árvore ou em uma área coletando de umas árvores e outras não, para que estes frutos sirvam de alimentos para os animais. Há também o treinamento para o manuseio das ferramentas e a forma correta para poda da planta, com o intuito de orientar e conscientizar cada associado da importância da preservação da espécie. Uma vez que a poda correta permitirá que a planta volte a produzir bem na próxima safra, e ao mesmo tempo, em que esta poda não seja motivo para prejudicar ou adoecer a planta.

Visto que o município de Piaçabuçu tem uma grande quantidade de extrativistas, associados ou não, que realizam a coleta da pimenta rosa, tentou-se saber se o poder público ofertava algum tipo de capacitação sobre o manejo sustentável na relação com o bioma local. Foi observado que não é promovido nenhum tipo de orientação sobre a forma sustentável de extrair os recursos naturais do seu habitat, sem comprometer o ciclo renovador do bioma.

Sobre a relação produtiva e ambiental desenvolvida pela Associação Aroeira, Carvalho (2019, p. 41) aponta que

A instituição atua com baixíssimos impactos ambientais no processo de produção. É possível observar que a manutenção da semente de aroeira é feita sem a utilização de pesticidas e a extração é feita com técnicas de manejo sustentável preservando a natureza como geradora de vida.

Na pesquisa também se observou que alguns poucos extrativistas associados também utilizam outros recursos naturais da localidade, como o cambuí, o caju e o jenipapo, os quais são comercializados no mercado local, mas em uma escala menor, pois há uma oferta maior desses produtos na localidade e a concorrência é grande também é maior. Como consequência a renda adquirida por este serviço é inferior àquela adquirida com a pimenta rosa.

Durante o levantamento das informações, procurou-se saber se a Associação exerce alguma influência nos extrativistas não associados com relação a temática da proteção ambiental. Soube-se que a Associação Aroeira não exerce nenhum tipo de influência.

Observando que estes, os extrativistas não associados que vem de outros municípios, podem coletar a pimenta rosa que seria destinada para alimentar a biodiversidade local, e impedir que seja realizado, futuramente, o processo natural de reflorestamento que pode impactar na geração de renda futura.

Sobre a utilização de tecnologias dentro das ações da Associação Aroeira, Calista (2018) mostra que os extrativistas fazem uso de um conjunto de tecnologias, durante o processo de produção. Estas combinam práticas tradicionais, como o uso do facão durante o período de colheita na coleta e na poda das árvores com práticas modernas, como o uso de placas fotovoltaicas utilizadas na geração de energia solar.

Calista (2018) descreve o organograma da utilização de cada tecnologia nas diferentes etapas do processo de agroindustrialização da pimenta rosa. Evidenciando que no período da coleta faz-se uso de tecnologias artesanais como: facão, tesoura de poda e serrote de poda; no período de beneficiamento são utilizadas: estufa, aparelho medidor de umidade, energia solar captada através de placas fotovoltaicas e termossolares e instrumento de rotulagem; na fase de comercialização é utilizado o computador para divulgação do produto; acesso as redes sociais e contato com os clientes.

Assim, pode-se apontar a partir do uso dos recursos ecotecnológicos adotados pela Associação Aroeira, que um processo de gestão embasado no uso racional dos recursos naturais através das tecnologias adaptadas ao ecossistema da localidade, tende a possibilitar um nível de produtividade mais eficiente com um mínimo de destruição natural, favorecendo a relação harmoniosa entre o homem e a natureza, garantindo a melhoria da qualidade de vida dos associados, conduzindo o desenvolvimento socioeconômico da cidade de Piaçabuçu (Calista, 2018, p. 36).

Ainda ligada a ação voltada para a sustentabilidade, a Associação Aroeira em suas ações relacionadas as suas práticas produtivas dentro de seu espaço físico, faz uso de energia solar, que foram colocadas no período da construção da sede dentro do projeto Aroeira. Durante a pesquisa de campo buscou-se saber se algum extrativista associado também fazia uso de energia solar em sua residência, onde ficou constatado que nenhum associado, até aquele momento, fazia uso de energia solar.

Sobre as ações de reflorestamento que vem sendo praticadas pelos extrativistas associados, é importante evidenciar que o bioma Mata Atlântica no estado alagoano, já teve aproximadamente 90% de sua área devastada e ocupada principalmente, pela plantação da monocultura da cana de açúcar. Esta destruição da Mata Atlântica é vista em todo território

nacional. Nessa direção, ações direcionadas à recuperação da floresta, tendem a ganhar notoriedade e ser observadas sob a ótica da sustentabilidade.

Outro fator que pode evidenciar e destacar ação ligada à defesa dos biomas, que ainda não se encontram na mesma situação da Floresta Mata Atlântica, são as atuações de base ideológica em favor do modelo do agronegócio. Tais ações são estimuladas pela ausência do controle de desmatamento dos órgãos federais, que proporcionou um avanço nos biomas da Floresta Amazônica, no Cerrado e no Pantanal.

Com esse entendimento, o projeto Bosque Berçário das Águas, desenvolvido pelos extrativistas da Associação Aroeira e financiado pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, ganha destaque por ter ações de reflorestamento no município de Piaçabuçu-AL, que é cercada por duas áreas de proteção ambiental. Esta ação se enquadra numa tentativa racional de restaurar a mata nativa.

Em linhas gerais o projeto Bosque Berçário das Águas foi direcionado para duas ações prioritárias, a primeira é a produção de mudas que serve para reflorestamento, e a segunda para estimular a criação de sistemas produtivos sustentáveis a partir das mudas produzidas. O projeto tem como objetivo principal promover o reflorestamento de 60 hectares, 30 no município de Piaçabuçu no estado de Alagoas, e 30 no município de Brejo Grande no estado de Sergipe.

As mudas produzidas para o reflorestamento foram vinculadas as benfeitorias da restauração do bioma local, bem como para estimular o potencial socioeconômico e ambiental através da produção agrícola por meio do extrativismo. Durante a realização da pesquisa de campo foi constatado que foram plantados diversos tipos de mudas, como: caju, tamarindo, mangaba, aroeira, jenipapo, cana fístula (*Peltophorum dubium*), ipê (*Tabebuia*), ingá (*Inga edulis*), cambuí, braúna (*Schinopsis brasiliensis*), maçaranduba (*Manilkara huberi*), maracujá do mato (*Passiflora cincinnata*) etc.

Durante a pesquisa de campo foi constatado que somente um extrativista associado cultiva a planta aroeira com o intuito de produzir a pimenta rosa para a comercialização. Onde foi informado que a referida extrativista tem 01 hectare plantado com várias espécies de mudas, dentre elas a planta aroeira, essas mudas produzidas foram produzidas pelo projeto bosque berçário, onde a referida extrativista tem a pretensão de chegar a 03 hectares de plantação de mudas.

Na coleta de informações também se buscou saber se alguma instância do poder público, prefeitura ou estado, em algum momento forneceu mudas ou sementes pertencentes ao

bioma local, Mata Atlântica, para promover a conservação da planta aroeira. Onde foi informado que nunca houve oferta mudas ou sementes para a Associação Aroeira, principalmente da planta Aroeira, e não tem conhecimento se algum extrativista associado ou não recebeu. Na sede da secretaria de agricultura, também foi informado que o poder público local não tem nenhuma ação ligada a distribuição de sementes e mudas.

Dois fatos importantes foram expostos durante a coleta de informações na associação Aroeira, sobre a relação socioambiental incentivada pelo projeto bosque berçário. O primeiro foi que o plantio de mudas, que deverá chegar a 03 hectares de terras, faz parte de uma ação de reflorestamento, dentro de uma área de proteção ambiental, como uma forma sustentável de extração dos recursos naturais. O segundo está ligado a aquisição da terra por parte de uma extrativista, que ocorreu por meio do crédito fundiário. Até a realização da entrevista observou-se que somente a entrevistada, dentre os extrativistas associados, realizou a plantação de mudas da pimenta rosa, como também teve acesso à política do crédito fundiário.

De um modelo geral, dentro de uma visão holística sob a perspectiva de um modelo sustentável, e observando o papel da Associação Aroeira e dos extrativistas, compreende-se que o projeto bosque berçário das águas veio com ações que complementam as ações práticas da Associação, iniciadas através do projeto Aroeira. Se de um lado, o projeto Aroeira proporcionou uma organização das práticas extrativistas tendo como foco a comercialização de um recurso natural, a pimenta rosa. Do outro lado, o projeto bosque berçário tem como foco uma ação socioambiental, por meio da restauração da mata do bioma local, Mata Atlântica, sendo através da plantação de mudas, dentre elas a planta aroeira.

Na coleta de informações junto a secretaria municipal de agricultura, tentou-se saber se o município tem algum projeto de arborização das áreas públicas, que contemplasse a plantação de mudas da planta aroeira (*Schinus terebinthifolia* Raddi), visto que o extrativismo da pimenta rosa é uma atividade econômica dentro do município. Foi informado que o poder público municipal está elaborando um projeto de arborização das áreas públicas, que contemple também a planta aroeira, mas que, no entanto, não se sabe quando será colocado em prática.

Ainda sobre a relação dos extrativistas associados com o poder público municipal, buscou-se entender se há alguma oferta de serviço ou ajuda relacionado a outras culturas produtivas como milho, feijão etc., visto que os extrativistas associados também são agricultores familiares. Foi informado que não tem conhecimento se houve alguma ajuda ou serviço para os extrativistas associados relacionados as outras culturas. Na sede da secretaria de agricultura foi informado que todo ano o poder público local faz a distribuição de sementes,

como milho e feijão, mas que esta ação não ocorre por meio de associação ou cooperativa, sendo distribuída diretamente para os agricultores.

Uma importante ação que os extrativistas associados exercem dentro do município de Piaçabuçu, ligada a visão sociopolítica e ambiental, está relacionada a participação do conselho municipal que fiscaliza as APA's do município. Durante a coleta de informações na associação foi informado que uma das ações deste conselho, é informar aos órgãos competentes atos relacionados a desmatamentos irregulares por parte dos proprietários privados dentro das APA's, mas que esta ação quase que não é exercida por falta de recursos específico e humanos para sua realização.

A partir das informações levantadas na pesquisa de campo, junto a Associação Aroeira e a Secretaria municipal de Agricultura de Piaçabuçu-AL, pode-se perceber o formato de produção desenvolvido pela Associação Aroeira. Onde foi observado o processo de produção da pimenta rosa por meio da agroindustrialização, a participação da Associação Aroeira nas políticas públicas, e as relações socioeconômica e socioambiental desenvolvidas a partir do surgimento da referida associação, com foco na melhoria das condições de vida dos extrativistas associados.

7 CONCLUSÃO

A pesquisa realizada apresentou os resultados do estudo de caso realizado na zona rural do município de Piaçabuçu-AL, na Associação Aroeira. No qual se buscou evidenciar o modelo produtivo sustentável desenvolvido a partir da criação da Associação Aroeira. Foi observada a importância da atuação das políticas públicas, diante do contexto socioeconômico do município, para a consolidação do modelo produtivo da Associação Aroeira e a criação de trabalho e renda para os associados. Além disso, também se observou um olhar para o desenvolvimento de um modelo socioeconômico e ambiental de atuação local com um viés ligado a ação sustentável, a partir das práticas dos extrativistas associados.

A referida pesquisa ganhou ênfase com a necessidade de compreensão e entendimento que a construção de um modelo alternativo de produção de base sustentável, tem que explorar outras rotas de desenvolvimento local além dos caminhos imposto pelo formato uniforme de produção capitalista. Compreendendo que o modelo capitalista de produção rural, estruturado na monocultura, no grande latifúndio e no uso de agrotóxicos, leva a devastação ambiental, por meio de queimadas e desmatamentos dos biomas como forma de aumentar a produção. Onde esse formato é indicado como um dos principais causadores na mudança do clima, que globalmente vem causando o aquecimento da terra, com secas severas, grandes enchentes, furacões de grande potencialidade, frio extremo etc.

Para este entendimento, na pesquisa, utilizou-se como parâmetro de análise o formato da evolução do modelo de desenvolvimento rural brasileiro e suas principais consequências. Que conforme observado durante a realização da pesquisa, historicamente sempre beneficiou o grande produtor, a grande propriedade e a grande produção. Onde, para fundamentar esta observação, tomou-se como principais referências às informações do censo agropecuário de 2017 e das políticas públicas, principalmente o modelo crédito rural brasileiro.

Também foi observado que o segmento da agricultura familiar, com a grande quantidade de atores sociais que compõem este segmento, que tem como principal marca a produção diversificada em pequenas propriedades, dentro do modelo rural brasileiro, sob o olhar do Estado brasileiro, só veio a conquistar seu reconhecimento a partir da década de 1990, pouco menos de 35 anos. Onde a partir de então, foi criado um arcabouço de políticas públicas que, mesmo servindo de apoio ao segmento da agricultura familiar, essas políticas e sua abrangência ainda não foram capazes de promover um progresso dentro do modelo rural

brasileiro no mesmo nível que beneficiou o grande produtor. Compreendendo a necessidade da ampliação das políticas existentes e criação de novas políticas que atenda especificamente cada ator dentro do segmento da agricultura familiar.

Com isso, a pesquisa conseguiu evidenciar os objetivos propostos, tomado como referência principal o objetivo geral que investigou a dinâmica socioprodutiva desenvolvida pela associação Aroeira a partir do extrativismo da pimenta rosa. Ou seja, a análise da evolução das relações socioeconômica e socioambiental a partir de um novo formato de coleta, beneficiamento, agroindustrialização da pimenta rosa, sob o olhar da sustentabilidade ambiental, promovida pela lógica produtiva da Associação Aroeira, que juntamente com as políticas públicas, proporcionou um avanço econômico e social para os extrativistas associados.

Para confirmar a dinâmica socioprodutiva encontrada na Associação Aroeira, a análise específica foi dividida em três etapas, envolvendo as áreas de produção, trabalho/renda e comercialização dos produtos; relação da Associação Aroeira com as políticas públicas de compras institucionais PNAE e PAA; e as práticas envolvendo a sustentabilidade ambiental, desenvolvidas pela Associação Aroeira a partir da lógica produtiva da pimenta rosa.

Nesta direção, observou-se que através do formato de associativismo os extrativistas conseguiram se organizar e desenvolver um processo produtivo da pimenta rosa, que permitiu sair do comércio com os atravessadores, agregar valor ao produto e comercializá-lo agregando valor. Além disso, no período de entressafra os extrativistas associados também, desenvolveram, e comercializam uma gama de produtos abrangendo diversos tipos de bolos, cocadas e doces. Essa dinâmica viabilizou trabalho e renda para os extrativistas associados, no qual foi possível alcançar benefícios sociais, que antes da associação os extrativistas não tinham conseguido. Ganhou notoriedade o empoderamento feminino possibilitado através da Associação Aroeira, principalmente pela sua marcante participação na renda familiar.

A relação das políticas públicas com a Associação Aroeira ganha relevância por possibilitar a continuidade do trabalho e geração de renda durante os períodos de entressafra. Na pesquisa observou-se que a Associação Aroeira participou do PAA e do PNAE durante entre os anos de 2016 e 2019, sendo contemplada com entrega de produtos no PNAE nos anos de 2016, 2017 e 2018, e o PAA nos anos de 2016 e 2019. Contudo, principalmente por questões de divergências políticas dentro do município, desde o ano de 2018 com o PNAE e o ano de 2020 com PAA, os extrativistas da Associação Aroeira não foram contemplados para entregarem seus produtos nessas políticas, sendo substituídos por outra associação composta por extrativistas não associados.

A ligação da Associação Aroeira com o meio ambiente ganha destaque por todo o processo de produção da pimenta rosa está estruturado com práticas vinculadas a sustentabilidade ambiental. Observado que no período de colheita os extrativistas imprimem um formato de manejo que envolve a poda correta da planta aroeira com instrumentos específicos, além de deixar uma determinada quantidade de frutos na planta para a alimentação da fauna local e não interromper o processo natural. Tendo também a plantação de mudas com foco no reflorestamento da Mata Atlântica por parte dos extrativistas através do projeto bosque berçário. É importante frisar que as pessoas que vivem no município de Piaçabuçu-AL, têm um nível avançado de relação com a temática ligada a conservação e preservação ambiental, por ter seu território duas APA's e uma forte presença do seguro defeso contemplando as famílias dos pescadores artesanais.

A pesquisa também demonstrou dois fatores que se tornam um empecilho para o fortalecimento do Associativismo praticado pela Associação Aroeira. O primeiro é a baixa quantidade de extrativistas associados após o período de safra, onde dois terços dos associados se afastam do cotidiano da associação; e o segundo está ligado à relação política com o poder público municipal, onde em um município com as características socioeconômicas iguais às de Piaçabuçu, os benefícios proporcionados pelas boas relações com as secretarias municipais da prefeitura podem ajudar na estruturação da associação e os extrativistas e suas famílias.

Outra ação que ganhou destaque dentro da pesquisa foi o modelo do cooperativismo que vem sendo desenvolvido pelos extrativista da Associação Aroeira. Levando em conta que a COOPEARP foi criada no de 2021, ano da pandemia mundial provocada pela COVID-19. Sendo que a cooperativa já foi contemplada com o PAA, no ano de 2024, trazendo benefícios de trabalho e renda para os cooperados, e está pleiteando junto a EMATER o acesso ao crédito fundiário para a aquisição de terras para os cooperados.

Com isso, as informações constatadas nesta pesquisa confirmam a hipótese da pesquisa, onde a ação organizada dos extrativistas por meio do associativismo, através da comercialização da pimenta rosa e apoiado pelas políticas públicas, conseguiu promover uma evolução na vida dos associados com benefícios socioeconômicos e consciência socioambiental, considerando o contexto social e econômico em que estão inseridos. Saindo de um formato desorganizado, para o desenvolvimento de um sistema socioprodutivo, do extrativismo da pimenta rosa, pautado na sustentabilidade ambiental, e avanço para o modelo do cooperativismo com foco, também, em ampliar as oportunidades socioeconômicas para os cooperados.

A análise do formato produtivo encontrado na Associação Aroeira também indicou que este modelo se contrapõe ao modelo hegemônico de produção estruturado na devastação ambiental provocada pela monocultura, em grandes latifúndios que concentra riqueza e poder, com o uso de insumos químicos e artificiais. O formato visto na Associação Aroeira, com o beneficiamento da pimenta rosa, apontou práticas na direção de uma relação socioambiental sustentável, indicando as possibilidades existentes diante da diversidade de recursos naturais existentes nos diferentes biomas do território brasileiro.

Como formar de contribuir com o formato produtivo encontrado na Associação Aroeira indica-se três ações possíveis para ajudar a estruturar este formato. A primeira delas é um projeto de arborização das vias públicas do município de Piaçabuçu, contemplando plantas da Mata Atlântica, com o objetivo de ampliar a conscientização e relação harmonia homem/natureza; a segunda está ligada a organização de um território envolvendo os municípios do baixo São Francisco dos estados de Alagoas e Sergipe com os extrativistas da pimenta rosa, buscando a indicação geográfica da localidade para demonstrar o diferencial do produto; e a terceira tem como foco ampliar o comércio da pimenta rosa através da Associação Aroeira buscando atender o mercado internacional, o continente europeu principalmente, através dos canais de fair trade e comércio justo.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel. Agroecologia: **A dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4.ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

AMMANN, Safira Bezerra. **Participação social**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1977.

Andrade, J. R., Santos, S. C. Estudo sobre o desmatamento da mata atlântica na Paraíba. Revista Brasileira de Educação e Saúde - **REBES** (Pombal - PB, Brasil), 4, p. 24-33, mai.-jun. 2014.

ALAGOAS. **Alagoas em Mapas 2014**. Disponível em: <<http://dados.al.gov.br/dataset/alagoas-em-mapas>>. Acessado em: 15/05/2023.

BACEN. Banco Central do Brasil. **Valores do crédito rural**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabili-dadefinanceira/micrrural>. Acesso em: 28/04/2024.

BRASIL₁. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. PNAE – quantidade de municípios e valores**. Disponível em: <<https://www.fnede.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>>. Acessado em: 18/10/2023.

BRASIL₂. Ministério da Casa Civil. **Decreto nº 1.946 de 28 de junho de 1996 – Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%201.946%2C%20DE%2028%20DE%20JUNHO%20DE%201996&text=Cria%20o%20Programa%20Nacional%20de,PRONAF%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs>. Acessado em: 18/10/2023.

BRASIL₃. Gov.br. **Acessar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)**. Disponível em: <[https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-o-programa-nacional-de-fortalecimento-da-agricultura-familiar-pronaf#:~:text=O%20Programa%20Nacional%20de%20Fortalecimento%20da%20Agricultura%20Familiar%20\(Pronaf\)%20foi,produtor%20e%20de%20sua%20fam%C3%ADlia.](https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-o-programa-nacional-de-fortalecimento-da-agricultura-familiar-pronaf#:~:text=O%20Programa%20Nacional%20de%20Fortalecimento%20da%20Agricultura%20Familiar%20(Pronaf)%20foi,produtor%20e%20de%20sua%20fam%C3%ADlia.)>. Acessado em: 14/12/2023.

BRASIL₄. Ministério da Casa Civil. **Decreto nº 3.991 de 30 de outubro de 2001 – Dispõe sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e dá outras providências**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3991.htm>. Acessado em: 14/12/2023.

BRASIL₅. Ministério da Casa Civil. **Lei nº 10.696, DE 02 DE JULHO DE 2003 - Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.696.htm> Acessado em: 14/12/2023.

BRASIL₆. Portal da Transparência – Controladoria Geral da União. **Programa Bolsa Família/Seguro Defeso**. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/beneficios?ano=2020>. Acesso em: 28/04/2024.

BRASIL⁷. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério do Meio Ambiente. **Instrução Normativa Conjunta n. 17, de 28 de maio de 2009**. Aprovar as normas técnicas para a obtenção de produtos orgânicos oriundos do extrativismo sustentável orgânico. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério do Meio Ambiente: Brasília, 2009.

BRASIL⁸. Lei nº: 11.947 – **PNAE**. Brasília-DF, de 16 de junho de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm>. Acessado em: 15/06/2023.

BRASIL⁹. Ministério da Casa Civil. Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004 – **Cria o Programa Bolsa Família**.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm>.

Acessado em: 16/05/2023.

BRASIL¹⁰. Câmara dos Deputados. Lei 14.284, de 29 de dezembro de 2021 – **Institui o Programa Auxílio Brasil e Programa Alimenta Brasil**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm>.

Acessado em: 20/05/2024.

BRASIL¹¹. Ministério da Casa Civil. Lei 14.601, 19 de junho de 2023 – **Institui o Programa Bolsa Família**.

Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14601.htm>.

Acessado em: 20/05/2024.

CALISTA, J. L. **Desenvolvimento Sustentável, Ecotecnologia e Extrativismo em Piaçabuçu, Alagoas: discutindo as estratégias socioprodutivas sustentáveis da Associação Aroeira**. 43f. Monografia (graduação em Ciências Econômicas)- Universidade Federal de Alagoas, Santana do Ipanema, 2018.

CAMPOS, Arnaldo de. **O custo da soja para o Brasil: renúncias fiscais, subsídios e isenções da cadeia produtiva**. WWF Brasil e Instituto Clima e Sociedade (iCS). 2023.

CARVALHO, Cicero Péricles de. **Economia Popular: uma via de modernização para Alagoas**. 3 ed. Maceió: Edufal, 2008.

CARVALHO, Joelson Gonçalves. **Economia agrária**. Rio de Janeiro: Cecierj, 2015.

CARVALHO, P.R De. **Associação Aroeira, Piaçabuçu-Alagoas: um olhar a partir da Economia Solidária**. 42f. Monografia (graduação em Ciências Econômicas)- Universidade Federal de Alagoas, Santana do Ipanema, 2019.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA – **quantidade de contratos e valores**. Disponível em: <http://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultatransparenciapaa.do?method=abrirConsulta>. Acesso em: 02/05/2024.

DATAx. PRONAF. **Quantidade de Contratos e Valores**. Disponível em: < <https://datax.net.br/pronaf/>>. Acessado em: 28/04/2024.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. 1. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

DELGADO, Guilherme C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965 – 2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DELGADO, G. C.; LEITE, S. P. O agro é tudo? Pacto do agronegócio e reprimarização da economia. **Revista Rosa**, São Paulo, v. 6, n. 2, 2022. Disponível em: <https://revistarosa.com/6/agro-e-tudo>.

EBBESEN, Lucas. **Vegetação de Alagoas**. Infoescola. Disponível em: < <https://www.infoescola.com/geografia/vegetacao-de-alagoas/>>. Acessado em: 5/08/2023.

FAVARETO, Arilson. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Iglu: FAPESP, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. SÃO PAULO: Atlas, 2008.

GONSALVES, Elisa P. **Iniciação à Pesquisa Científica**. 4 ed. Campinas-SP. Editora Alínea, 2007.

GRISA, C.; PORTO, S. I. **Dez anos do PAA: as contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural** In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org). Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 133-180.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil**. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org). Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 19-52.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org). Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

GUERRA, Elaine Linhares de Assis. **Manual de pesquisa qualitativa**. Belo Horizonte, 2014. studocu. Disponível em:< <https://www.studocu.com/pt-br/document/universidade-federal-de-santa-maria/metodologia-da-pesquisa/manual-de-pesquisa-qualitativa/71690025>>. Acesso em: 13 abril 2018.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro Séculos de Latifúndio. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional - 1500-1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2ª ed. 2011, p. 35-77.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio**. São Paulo: Fulgor, 1963. Disponível em: < file:///C:/Users/janay/Downloads/pdfcoffee.com_quatro-seculos-de-latifundio-alberto-passos-guimaraespdf-pdf-free.pdf>. Acesso em: 22 Ago. 2023.

HOLYOAKE, George J. **Os 28 tecelões de Rochdale**, 5. ed. Porto Alegre: WS, 2004.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 2017**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017#caracteristicas-estabelecimentos>. Acesso em: outubro de 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2024. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/piacabucu/panorama>> Acesso em: agosto de 2024.

ICMBIO- Instituto Chico Mendes de Biodiversidade. **Área de Proteção Ambiental, Plano de Manejo**. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

INSTITUTO VERDE BRASIL – Semeando o futuro. **Tamanho da Mata Atlântica**. Disponível em: < <https://www.institutoverdebrasil.org/index.php/como-trabalhamos/nossas-bases#:~:text=A%20Mata%20Atl%C3%A2ntica%20%C3%A9%20considerada,de%20aproximadamente%201.306.421%20km2.>>. Acessado em: 24/05/2024.

KAGEYAMA, Ângela A. **Desenvolvimento Rural: conceitos e aplicações ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

KAGEYAMA, A. A questão agrária brasileira: interpretações clássicas. **Revista da Associação Brasileira da Reforma Agrária – ABRA**, v. 23, n. 3, set/dez, 1993.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade e Poder**. 5ª ed. Petrópolis, Ed. Vozes, 2001.

LESSA, Fábio Lins. **Resquícios da Mata Atlântica em Alagoas: Belas Imagens. Cultura e Viagens**. 2016. Disponível em: <https://culturaeviagem.wordpress.com/2016/01/08/resquicios-da-mata-atlantica-em-alagoas-belas-imagens/>. Acessado em: 29/04/2023.

LIMA, J. R. O.; SILVA, I. O. Associativismo e cooperativismo como elementos que compõem arranjos estratégicos para o desenvolvimento local. **CADERNOS do DESENVOLVIMENTO**, Rio de Janeiro, vol. 15, n. 27, p. 165-182, jul.-dez. 2020.

LIMA B. F., MOTA D. M. Percepção de mulheres extrativistas sobre o trabalho na ilha de Marajó-Pará. **Rev. Ideias**. Vol. 7:89-110. 2016.

LOULY, Julyete. **Sexto princípio cooperativista, a intercooperação é uma das bases do sistema**. Portal sicoobexecutivo. Disponível em:

<<http://www.sicoobexecutivo.com.br/ns/sexta-principio-cooperativista-a-intercooperacao-e-uma-das-bases-do-sistema/>>. Acessado em 09/05/2024.

MACIEL, K. N. **Mulheres da Aroeira e o Trabalho Associado: Ações Organizativas de Extrativistas em Piaçabuçu, Alagoas**. Dissertação - Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR. Araras – SP. P. 101. 2020.

MACIEL, K. N., BARBOSA, L. C. B. G., BERGAMASCO, S. M. P. P. ASSOCIATIVISMO RURAL: A EXPERIÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO EXTRATIVISTA DE PIMENTA ROSA NO MUNICÍPIO DE PIAÇABUÇU, ALAGOAS. IX SIMPÓSIO DE REFORMA AGRÁRIA E

QUESTÕES RURAIS, 2020, ARARAQUARA-SP. **Anais eletrônico**. Disponível em: <<https://m.uniara.com.br/arquivos/file/eventos/2020/ix-simposio-reforma-agraria-questoes-rurais/anais-ix-simposio.pdf>>. Acessado em 05/06/2024.

MAPA- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Baru: Boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável orgânico**. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. – Brasília: MAPA/ACS, 2012. 25p. Disponível em: < https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/arquivos-publicacoes-organicos/baruweb_para_o_site.pdf > acesso em: 20/05/2024

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, A. **Potencialidades e limites do extrativismo para o desenvolvimento sustentável local**. Margens (UFPA), 2009.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2011.

MENDES, Maurício Ferreira et al. A organização das mulheres extrativistas na região Sudoeste mato-grossense, Brasil. **Rev. Estud. Fem.** Florianópolis, v. 22, n. 01, p. 71-89, abr. 2014.

MINAS GERAIS. Secretaria da Fazenda. **FPM - Fundo de Participação dos Municípios**. Disponível em: <[MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio; GOLDFARB, Yamila. **O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo**. São Paulo: ABRA, 2021. p. 40. Disponível em: < <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/18319-20211027.pdf>>. Acesso em: 23/07/2024.](https://www.fazenda.mg.gov.br/governo/assuntos_municipais/repassa_receita/informacoes/fpm.html#:~:text=O%20Fundo%20de%20Participa%C3%A7%C3%A3o%20dos,sobre%20Produtos%20Industrializados%20(IPI).>>. Acessado em: 18/09/2024.</p></div><div data-bbox=)

MOREIRA, A. M. A. **Estudo sobre o Agronegócio e o desmatamento nos biomas terrestres brasileiros – período 2007 e 2021**. **Dissertação** – PUC. Campinas, 144 fls. 2023.

NÚMERO DE COOPERATIVAS DO BRASIL. Anuário Coop. 2024. Disponível em: <<https://anuario.coop.br/>>. Acessado em: 09/03/2024.

OLIVEIRA, W. M.; SILVA, L. O.; MAKISHI, F. Extrativismo, produção de alimentos e segurança alimentar e nutricional das famílias: um estudo sobre a cadeia produtiva do pequi. **VI Colóquio Internacional Povos e Comunidades Tradicionais**, 2019. Disponível em: < <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/49797/2/Extrativismo%2c%20produ%C3%A7%C3%A3o%20de%20alimentos%20e%20seguran%C3%A7a%20alimentar%20e%20nutricional%20das%20fam%C3%ADlias.pdf>>. Acessado em: 05/04/2024.

OLIVEIRA, A. J. de. **Capital social e tecnologia social: um estudo de caso na Associação Aroeira em Alagoas**. Tese – Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador – BA. P. 162. 2016.

RAMOS, P. **Referencial teórico e analítico sobre a agropecuária brasileira.** IN: RAMOS, P. (Org.). Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectiva. Brasília: MDA (Nead Estudos; 15), 2007, p. 18-52.

ROMEIRO, A. R. **Economia ou política econômica da sustentabilidade.** In: Economia do Meio Ambiente: teoria e prática. Cap. 7. pp. 173-195. MAY, P. et al. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

SECCHI, L. Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** 2º Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

SILVA, R. V.; NUNES, E. M. Desempenho Do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Nordeste brasileiro no período de 2003 a 2019. *REN*, vol. 55, nº 1, p. 158–180, fev. 2024.

SIMONI, J. A Revitalização do Extrativismo: Práticas de Economia Solidária e Sustentabilidade. **Boletim de Mercado de Trabalho? Conjuntura e Análise**, Brasília, p. 49 - 53, 02 fev. 2010.

SINGER, P. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil.** In: Boaventura de Sousa Santos (org.) Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações:** das causas do aprimoramento das forças produtivas do trabalho e a ordem segundo a qual sua produção é naturalmente distribuída entre as diversas categorias do povo. Tradução de Maria Teresa Lemos de Lima. Curitiba: Juruá, 2006.

SOMOSCOOP. **Cooperativismo X associativismo: qual é a diferença?** 2023. Disponível em: <<https://www.somos.coop.br/noticias/cooperativismo-x-associativismo-qual-e-a-diferenca>>. Acessado em: 10/05/2024.

SOUZA, Celina. **Coordenação de políticas públicas.** Brasília: Enap, 2018.

SOUSA, Rafaela. IDH DO BRASIL. **UOL. Mundo Educação.** Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/idh-brasil.htm>>. Acesso em: agosto de 2022.

SOUSA, Rafaela. "Biomás brasileiros". **UOL. Brasil Escola.** Disponível em: <https://brasilescuela.uol.com.br/brasil/biomas-brasileiros.htm>. Acesso em novembro de 2024.

TSAI, Davi Et al. **Análise das Emissões Brasileiras de Gases de Efeito Estufa e Suas Implicações para Metas Climáticas no Brasil, 1970 - 2022.** Sistema de Estimativa de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG), 2023. Disponível em: <<https://energiaambiente.org.br/produto/analise-das-emissoes-de-gases-de-efeito-estufa-e-suas-implicacoes-para-as-metas-climaticas-do-brasil-1970-2022>>. Acessado em: 07/06/2024

USP. **PNAE: História da Alimentação Escolar no Brasil.** São Paulo. 2022. Disponível em: <<https://fsp.usp.br/eccco/index.php/2022/11/12/pnae-historia-da-alimentacao-escolar-no-brasil/#:~:text=Nesse%20per%C3%ADodo%2C%20o%20abastecimento%20de,garantida%20pela%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20de%201988.>>. Acessado em: 21/12/2023.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida. Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.** Porto Alegre RS: UFRGS, 2009.

Yin, R. K. **Estudo de caso planejamento e métodos.** 2. ed. porto alegre: 2001

APENDICES

QUESTIONÁRIO

Nome: _____ **Data:** _____

Sexo: _____ **Cargo na Associação:** _____

ASSOCIATIVISMO

1. Como surgiu e qual o motivo para a criação a Associação Aroeira? Comente
2. De quantos municípios são os filiados da Associação Aroeira? E quais são eles?
3. Qual o período de mandato da direção da Associação e qual a forma escolha? Quantas reuniões ocorrem em um ano e como é tratada a pauta dessas reuniões?
4. Qual o preço do quilo da pimenta rosa? E qual o maior preço que ela já foi vendida? E em média qual o valor no mercado informal?
5. Quais os benefícios para os extrativistas estarem associados em comparação com os que não são associados?
6. Ao se tornarem associados os extrativistas deixam de receber alguma política pública como o programa Bolsa Família ou Seguro defeso?
7. Tem algum critério específico para se associar na Associação Aroeira?
8. A Associação Aroeira iniciou suas atividades com quantos associados? E quantos continuam atuantes? Por que saíram da Associação?
9. Sobre o quantitativo de associados, quantos são do sexo masculino e quantos são do sexo feminino?
10. Na Associação Aroeira, as famílias dos extrativistas associados da Associação Aroeira possuem quantos membros? É permitido o casal como associado?
11. A Associação Aroeira recebe alguma ajuda mensal ou verba do poder público? Se sim qual?
12. No quadro de associados tem algum que mora na zona urbana? Se sim, quantos?
13. Todos os associados são agricultores familiares? Todos os associados tem propriedade rural? Qual o tamanho em média?
14. Os Associados da Associação Aroeira acessam o recurso do PRONAF? Se sim quantos? A Associação fornece alguma instrução para os associados acessarem as linhas de crédito do PRONAF?

15. Desde que iniciou as atividades da Associação Aroeira quantos associados se desfilaram? E qual o motivo? Comente
16. Poderia comentar o porquê de alguns extrativistas não quererem se Associar?
17. O associado contribui com alguma ajuda financeira mensal ou durante o período de produção da pimenta rosa?
18. A Associação Aroeira fornece alguma ajuda financeira para os diretores ou algum Associado?
19. É permitido algum Associado adquirir a pimenta rosa de algum extrativista não associado e revender através da Associação?
20. Quais as principais dificuldades enfrentadas pela Associação para desenvolver suas atividades?
21. A Associação Aroeira fornece capacitação para os associados, no manejo da pimenta rosa ou em outra área? Se sim quais?
22. A Associação Aroeira recebe algum tipo de capacitação do poder público para o desempenho de suas funções, seja na área de produção ou comercialização?
23. Quanto às atividades realizadas na Associação, são de maneira sustentáveis pensando na preservação/ conservação do meio ambiente? Comente
24. Da Associação Aroeira já derivou uma cooperativa, todos os associados são cooperados? Comente? Quais os benefícios da cooperativa?

I. EXTRATIVISMO E RECURSOS NATURAIS

24. Todos os Associados também produzem individualmente a pimenta rosa em sua propriedade?
25. Fora a pimenta rosa, na Associação Aroeira os associados também tem relação com outras frutas ou recurso natural? Se sim quais?
26. Qual a relação da Associação Aroeira com áreas de Proteção Ambiental – APA? Com os proprietários de terra os extrativistas tem passagem limpa para fazer a extração da pimenta rosa?.
27. Qual a relação da Associação Aroeira com áreas de Proteção Ambiental – APA? Dentro das áreas públicas os extrativistas tem passagem limpa para fazer a extração da pimenta rosa?.
28. Há algum mapeamento público das áreas para a coleta da pimenta rosa?

29. Com relação à coleta da pimenta rosa, em média:

a) Quantos quilos de pimenta rosa são coletadas por safra?

b) Quantos quilos de pimenta rosa são coletadas por associado por árvore?

1 à 3 quilos 3 à 6 quilos 6 à 10 quilos outros. Quantos: _____

c) Quantas horas são gastas para fazer a coleta da pimenta por árvore?

1 à 2 horas 2 à 3 horas 3 à 4 horas outros. Quantos: _____

d) Em um dia de trabalho, quantas árvores um associado consegue fazer a coleta da pimenta rosa?

1 à 2 árvores 2 à 4 árvores 4 à 6 árvores outros. Quantos: _____

e) A árvore de aroeira flora quantas vezes ao ano?

1 vez 2 vezes 3 vezes outros. Quantos: _____

30. Na opinião do(a) Senhor(a), há uma diferença de produtividade das árvores de pimenta rosa que estão dentro das propriedades dos fazendeiros em relação a que estão em local protegido?

sim Não na mesma quantidade

31. Algum associado cultiva a pimenta rosa em sua terra?

Sim Não

Caso ocorra, o associado maneja de forma natural a árvore de aroeira ou utiliza algum insumo produtivo para fazer a planta produzir uma maior quantidade de pimenta rosa?

Sim Não

32. A Associação oferta treinamento para capacitar os associados para a coleta da pimenta rosa?

33. Nas áreas de coleta da pimenta rosa o associado sabe como ocorre a reprodução da árvore de aroeira?
34. Quando termina a safra da aroeira, quais atividades a Associação desenvolve?
35. Existem outras atividades produtivas (produtos) desenvolvidas pela Associação Aroeira?
36. Os associados desenvolvem outras atividades produtivas (produção) além do extrativismo da pimenta rosa? Quais?
37. Quando acaba o período da coleta de pimenta rosa, como o associado faz para obter outra renda?
38. O extrativismo da pimenta rosa compõe a maior parte da renda da família ou a maior parte da renda advém de outra atividade produtiva? Qual?

II. ASSOCIATIVISMO E PROGRESSO SOCIAL

39. Qual o nível de escolaridade dos associados?
40. Algum Associado foi incentivado a concluir alguma graduação após a Associação Aroeira?
41. Há algum incentivo (indicação) por parte da Associação para os associados continuarem os estudos? Se sim qual?
42. Há algum incentivo por parte da prefeitura, do governo do estado ou do governo federal para os associados continuarem os estudos? Se sim qual?
43. A Associação Aroeira tem alguma parceria com a secretaria de saúde para tratar da saúde dos associados? Se sim qual?
44. Após a Associação Aroeira os associados conseguiram acessar bens e serviços (reformular ou comprar uma casa ou terreno, comprar computador e internet) que antes da associação não era possível?
45. Quais transformações ocorreram na vida dos associados após o surgimento da Associação aroeira?
46. Há algum indício que a renda conseguida através da associação aroeira é a principal renda da casa?
47. Além de produzir por meio da agricultura familiar, algum associado ou conjugue do

associado tem trabalhos informais? Se sim quais?

III. ASSOCIATIVISMO, COMERCIALIZAÇÃO E MERCADOS

48. Além da Pimenta Rosa quais são os produtos que são produzidos através da Associação Aroeira?
49. A pimenta rosa é comercializada após o processo de agroindustrialização ou in natura também?
50. Para qual quais cidades, estados ou países a pimenta rosa é comercializada?
51. A Associação Aroeira tem algum concorrente que também agroindustrializa a pimenta rosa e revende em Piaçabuçu?
52. Para exportar a pimenta rosa a Associação recebeu alguma capacitação do poder público ou outra agência?
53. A produção da pimenta rosa consegue atender a demanda dos mercados? Se houver um aumento na produção os mercados (nacional e internacional) absorvem?
54. Qual a quantidade de pimenta rosa é comercializada por ano através da Associação? Há alguma previsão da quantidade de pimenta rosa é comercializada por meio de atravessadores pelos extrativistas não associados?
55. Em média, quantos quilos de pimenta rosa da Associação Aroeira são comercializados por ano?
56. A Associação Aroeira participa das chamadas do PAA (CONAB modalidade doação)? Quais produtos são comercializados?
57. A Associação participa do PNAE de algum município? Se sim qual produto entrega? E quantos associados são beneficiados com o PNAE?
58. A Associação Aroeira recebe informações sobre a abertura das chamadas públicas para participar das políticas públicas?
59. Os produtos que são comercializados nas políticas públicas também têm acesso no mercado privado local?
60. Alguma outra fruta do bioma local também é comercializada através da Associação Aroeira? Se sim quais são e quais mercados acessados?



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE
(DOUTORADO)

**QUESTIONÁRIOS DIRECIONADOS PARA PODER EXECUTIVO MUNICIPAL -
SECRETARIA MUNICIPAIS DE AGRICULTURA - DE PIAÇABUÇU-AL**

1. COM RELAÇÃO AS ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, OFERTA SERVIÇOS DE ASSITÊNCIA TÉCNICA, RELACIONADOS AO CULTIVO DAS PRINCIPAIS CULTURAS DA LOCALIDADE?

() SIM. QUAIS: _____ ()
NÃO. POR QUÊ? _____

2. ESPECIFICAMENTE SOBRE A ASSOCIAÇÃO AROEIRA É OFERTADO OS SERVIÇOS DE ASSITÊNCIA TÉCNICA, RELACIONADOS AO CULTIVO DA PIMENTA ROSA?

() SIM. QUAIS: _____ ()
NÃO. POR QUÊ? _____

3. A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA COM RECURSOS PRÓPRIOS, TEM ALGUM PROGRAMA PRÓPRIO OU PROJETO DIRECIONADO PARA A CULTURA DA PIMENTA ROSA?

() SIM. QUAIS: _____ ()
NÃO. POR QUÊ? _____

4. COM RELAÇÃO AO COMÉRCIO POR MEIO DOS MERCADOS INSTITUCIONAIS, AS POLÍTICAS PÚBLICAS PAA E PNAE, A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA INCENTIVA AS ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS A PARTICIPAREM DAS CHMADAS PARA ESTAS POLÍTICAS?

() SIM. COMO? _____
() NÃO. POR QUÊ? _____

5. A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIAÇABUÇU TEM ALGUM PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) PARA INCENTIVAR A PRODUÇÃO LOCAL?

() SIM. QUAL? _____

() NÃO. POR QUÊ? _____

6. COM RELAÇÃO AO MERCADO PRIVADO, A SECRETARIA DE AGRICULTURA AUXILIA OS AGRICULTORES FAMILIARES, OU ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS, PARA QUE ESTES CONSIGAM COMERCIALIZAR SEUS PRODUTOS? INCLUSIVE EM OUTROS MERCADOS?

() SIM. COMO? _____

() NÃO. POR QUÊ? _____

7. ESPECIFICAMENTE SOBRE A ASSOCIAÇÃO E COOPERATIVA AROEIRA, SOBRE O MERCADO PRIVADO, A SECRETARIA DE AGRICULTURA OFERTA ALGUM AUXÍLIO OS PARA QUE ESTA CONSIGA COMERCIALIZAR SEUS PRODUTOS? INCLUSIVE NO MERCADO EXTERIOR?

() SIM. COMO? _____

() NÃO. POR QUÊ? _____

8. SOBRE O CRÉDITO PRODUTIVO, A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, OFERTA SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS RELACIONADO AO ACESSO AO CRÉDITO (ESPECIALMENTE DO PRONAF)?

() SIM. QUAIS: _____

() NÃO. POR QUÊ? _____

9. ESPECIFICAMENTE SOBRE A ASSOCIAÇÃO E COOPERATIVA AROEIRA, A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PROMOVE ALGUMA CAPACITAÇÃO COM RELAÇÃO AO MANEJO DA PLANTA AROEIRA EM ÁREAS DE PÚBLICAS DE CONSERVAÇÃO/PROTEÇÃO AMBIENTAL?

() SIM. COMO É FEITA A CAPACITAÇÃO: _____

() NÃO. POR QUÊ? _____

10. ESPECIFICAMENTE SOBRE A ASSOCIAÇÃO E COOPERATIVA AROEIRA, OU SIMILAR, A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, FORNECE SEMENTES PARA SEREM CULTIVADOS PELOS EXTRATIVISTAS, EM ÁREA PÚBLICA OU PRIVADA? COMO POR EXEMPLO SEMENTE DA PIMENTA ROSA.

() SIM. QUAIS: _____

() NÃO. POR QUÊ? _____

11. O MUNICÍPIO DE PIAÇABUÇU TEM DUAS ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL, NO QUAL SERVEM TAMBÉM PARA OS EXTRATIVISTAS COLHEREM A PIMENTA ROSA. DESTA FORMA, EXISTE ALGUMA FORMA DE MONITORAMENTO POR PARTE DA PREFEITURA, PODENDO SER EM PARCERIA COM O ESTADO OU A UNIÃO, PARA PODER MONITORAR OU CONTROLAR AS ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL, E ASSIM EVITAR O DESMATAMENTO?

() SIM. QUAL? _____

() NÃO. POR QUÊ? _____

12. A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA PROMOVE ORIENTAÇÃO E CAPACITAÇÃO PARA A CRIAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES E/OU COOPERATIVAS?

() SIM. COMO É FEITO? _____

() NÃO. POR QUÊ? _____